

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS**

**“POSSEIRO BOM É POSSEIRO MORTO”: CORONEL GEORGINO E
O CONFLITO AGRÁRIO DE CACHOEIRINHA NO NORTE DE MINAS
GERAIS**

Luís Fernando de Souza Alves

**Montes Claros/MG
2024**

LUÍS FERNANDO DE SOUZA ALVES

“POSSEIRO BOM É POSSEIRO MORTO”: CORONEL GEORGINO E O
CONFLITO AGRÁRIO DE CACHOEIRINHA NO NORTE DE MINAS
GERAIS

Dissertação apresentada em cumprimento às exigências do Mestrado em *Sociedade, Ambiente e Território* pela *Universidade Federal de Minas Gerais* e *Universidade Estadual de Montes Claros*.

Orientador: Luiz Paulo Fontes de Rezende.

Coorientador: Laurindo Mekie Pereira.

Montes Claros/MG
2024

Alves, Luís Fernando de.

A474p
2024 “Posseiro bom é posseiro morto” [manuscrito]: coronel Georgino e o conflito agrário de Cachoeirinha no Norte de Minas Gerais/ Luís Fernando de Souza Alves. Montes Claros, 2024.
112 f.: 14 il.

Dissertação (mestrado) - Área de concentração em Sociedade, Ambiente e Território. Universidade Federal de Minas Gerais / Instituto de Ciências Agrárias.

Orientador: Luiz Paulo Fontes de Rezende

Banca examinadora: Luiz Paulo Fontes de Rezende, Laurindo Mekie Pereira, Rômulo Soares Barbosa, Edineila Rodrigues Chaves.

Inclui referências: f. 94-106

1. Georgino Jorge de Souza, Coronel – Teses. 2. Ditadura – Teses. 3. Conflitos de terra – Teses. 4. Comissão Estadual da Verdade (Minas Gerais) – Teses. 5. Violência virtuosa – Teses. I. Rezende, Luiz Paulo Fontes de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Agrárias. III. Título.

CDU: 333



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



ICA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
MESTRADO ASSOCIADO UFMG - UNIMONTES EM SOCIEDADE, AMBIENTE E TERRITÓRIO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 08 dias do mês de novembro de 2024, às 13:30 horas, sob a presidência do Professor Luiz Paulo Fontes Rezende, D. Sc. (Orientador – UFMG/ICA), e com a participação dos Professores Laurindo Mekie Pereira, D. Sc. (Coorientador - Unimontes), Rômulo Soares Barbosa, D. Sc. (Unimontes) e Edineila Rodrigues Chaves, D. Sc. (UFVJM), reuniu-se, por videoconferência, a banca para defesa de dissertação de **Luis Fernando de Souza Alves**, estudante do Curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, que apresentou a dissertação intitulada: **“Posseiro bom é posseiro morto”: Coronel, violência e Camponeses sob a Ditadura Militar no Norte-Mineiro**. Alteração do título para **“Posseiro bom é posseiro morto”: Coronel Georgino e o conflito agrário de Cachoeirinha no Norte de Minas Gerais”**

O estudante foi considerado **aprovado** com a seguinte recomendação: incorporar as indicações e sugestões da banca.

Obs.1) O estudante somente receberá o título após cumprir as exigências do regulamento do Curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, conforme apresentado a seguir:

Art. 83 – Para dar andamento ao processo de efetivação do grau obtido, o candidato deverá, após a aprovação de sua Dissertação e a realização das modificações propostas pela banca examinadora, encaminhar à secretaria do colegiado do curso, com a anuência do orientador, um exemplar da dissertação impressa e um cópia digital da dissertação, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Obs.2) O estudante deverá apresentar junto com a versão final da dissertação, comprovante de submissão de um periódico com Qualis/Capes na área Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

Montes Claros, 08 de novembro de 2024.

Assinatura dos membros da banca examinadora:

Luiz Paulo Fontes Rezende
Orientador - (UFMG/Unimontes)

Laurindo Mekie Pereira
Coorientador- (Unimontes)

Rômulo Soares Barbosa
Membro interno - (Unimontes)

Edineila Rodrigues Chaves
Membro externo - (UFVJM)



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo Fontes de Rezende, Professor do Magistério Superior**, em 11/11/2024, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rômulo Soares Barbosa, Usuário Externo**, em 11/11/2024, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laurindo Mekie Pereira, Usuário Externo**, em 11/11/2024, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edneila Rodrigues Chaves, Usuária Externa**, em 12/11/2024, às 23:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3721293** e o código CRC **EBC50853**.

AGRADECIMENTOS

Nunca fui um grande fã de escrever essa parte de trabalhos acadêmicos que leva o nome *Agradecimentos*. Nunca o fui por temor de soar como um demagogo ou puxa-saco, além de poder deixar a minha pessoa em maus lençóis, seja por esquecimento de algo ou alguém, por alguém simplesmente poder achar que merecia ter um agradecimento aqui ou por alguém ficar ofendido com algo. Seja como for, sendo digno de menção aqui ou não, quero que saibam que, de um modo ou de outro, sou grato a todos os que passaram por meu caminho, apesar de, em certos momentos, ter tido a tendência de achar que não. No fim, tudo tem seu propósito. Das alegrias e tristezas, sempre é possível colher lições e crescer. Também, agradeço inclusive a quem está sendo leitor deste texto no agora e aquele que não é leitor, mas o será, de modo que quando vier a ser, não mais será, por simplesmente estar sendo aquele que agora lê e é.

Agora, indo ao que interessa, vamos a agradecimentos de modo nominado e mencionado. Não só por força da obrigação e por questões contratuais de bolsa, sou grato ao *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)* pelo financiamento desta pesquisa. Sabemos o quão bom é poder ter um dinheirinho ali, a cada mês, de modo a poder gastá-lo com gastos e preferências pessoais, além de poder ter o benefício de fazer uma pesquisa estando com a mente mais tranquila nessa parte financeira, bem como o diferencial de ter em meu currículo e caminhada o fato de ter sido bolsista de mestrado por esse órgão público. Agradeço aos professores *Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território*. Abaixo, menção especial faço a alguns nomes, em se tratando da jornada de mestrado.

Ao professor Eduardo Magalhães Ribeiro, pela instrução e dádivas, como o livro *História dos Gerais* e a oportunidade de escrever um capítulo em conjunto, publicado no livro *Caminhos do desenvolvimento*, o que me leva a agradecer ao professor André Luiz Mendes Athayde, que também entrou na parceria de escrita do referido capítulo e tem estimulado o meu crescimento como pessoa e acadêmico. Ao professor Luiz Paulo Fontes de Rezende, meu orientador, e professor Laurindo Mekie Pereira, meu coorientador, por terem topado a minha loucura de terminar esta dissertação e mestrado em tempo recorde de três meses, a fim de que eu pudesse correr atrás de um velho sonho de mexer com coisas velhas, isto é, buscar concretizar a bolsa na Espanha no mestrado em Arqueologia.

Também, eternizo aqui e para além do meu coração, a gratidão de ter os pais que tenho, André Luiz Alves e Izabel Cristina Rodrigues de Souza Alves. Sem eles, eu não poderia ser o que sou. Obrigado pela instrução, tempo, suor, dinheiro e tantos outros sinais dirigidos e derramados sobre a minha pessoa, que são marcas de um amor que só tem sua explicação por

vir dos mais altos céus. Por fim, o mais importante: partindo do pressuposto de que o último é o primeiro, dedico meu agradecimento vital àquele cujo nome não é digno de estar em meus lábios e nas pontas dos meus dedos, enquanto termino de digitar este texto...

Se trata de que, uma vez mais, o homem se perdeu. Porque não é uma coisa nova, nem acidental. O homem se perdeu muitas vezes e ao largo da história – mais ainda, é constitutivo do homem, à diferença de todos os demais seres, ser capaz de perder-se, de perder-se na selva do existir, dentro de si mesmo e, graças a essa outra sensação de perdimento, reobrar energicamente para voltar a encontrar-se. A capacidade e desconforto de sentir-se perdido é seu trágico destino e seu ilustre privilégio

– José Ortega y Gasset
(1964, p. 99, minha tradução)

RESUMO

Parte do título desta pesquisa deriva de uma charge, onde um coronel aparece a dizer que índio e posseiro bons só são se forem mortos. O objetivo geral é analisar como ações desse militar, chamado Georgino Jorge de Souza, durante a ditadura militar brasileira, ajudam na compreensão da dinâmica de disputas por terras e violências perpetradas contra posseiros no Norte de Minas Gerais, especificamente em Cachoeirinha. Para cumprir tal objetivo, a metodologia parte de uma abordagem histórica e de uma revisão de literatura sobre a atuação do referido indivíduo durante o Brasil ditadura, no caso Cachoeirinha, onde houve disputas territoriais. No primeiro capítulo, é mostrado que, durante a ditadura militar no Brasil, o país foi impactado a partir da ideia de que era necessário fazer o bolo crescer e depois dividi-lo. Com um foco no crescimento econômico e industrialização, negligenciou-se o desenvolvimento social e agravaram-se desigualdades. O poder centralizado nas mãos de militares promoveu um tipo de modernização que gerou êxodo rural, concentração de terras, aumento da pobreza urbana, especulação fundiária e desigualdade para o Norte de Minas Gerais. A criação da SUDENE transformou a região e a cidade de Montes Claros. A cidade funcionou como uma espécie de lugar central, de onde decisões eram espalhadas para e afetavam cidades menores ao redor desse polo. A modernização urbana, sob o prefeito Antônio Lafetá Rebello, serve como exemplificadora de alterações ocorridas durante a ditadura. O capítulo dois indica que, no campo e na cidade, durante a ditadura militar, houve aumento de repressão e violência, conforme demonstram dados da *Comissão da Verdade em Minas Gerais*. Nesse regime, iniciado com o golpe militar de 1964, violências, prisões, torturas e execuções foram empregadas para reprimir camponeses e ideias de reforma agrária. Agentes públicos, como policiais militares, junto a fazendeiros, grileiros e jagunços, agiram contra camponeses. O espírito desenvolvimentista no Norte de Minas acabou por beneficiar determinados grupos, em detrimento de posseiros. Durante a ditadura, um coronel, representando os interesses desses grupos, chamado Georgino, ligado à polícia militar, foi um dos indivíduos que ficou conhecido por perseguir e reprimir violentamente posseiros em Cachoeirinha, Minas Gerais, durante a ditadura militar brasileira, assunto esse que é abordado no capítulo três. Ele é creditado como responsável por despejos ocorridos ali na região, que beneficiaram fazendeiros, dos quais ele era. Para análise dessa história, o conceito de violência virtuosa, conforme Alan Page Fisk, é usado. Grandes fazendeiros faziam uso da imprensa para deslegitimar camponeses e adotavam outras estratégias, tudo para desviar o foco de ideias de reforma agrária e expandirem seu poderio e influência na região.

Palavras-chave: comissão da verdade em Minas Gerais; conflitos agrários; coronel Georgino Jorge de Souza; ditadura militar; violência virtuosa.

ABSTRACT

Part of the title of this research comes from a cartoon, in which a colonel appears saying that Indians and squatters are only good if killed. The general objective is to analyze how the actions of this military man, called Georgino Jorge de Souza, during the Brazilian military dictatorship, help us to understanding of the dynamics of land disputes and violence perpetrated against squatters in the north of Minas Gerais, specifically in Cachoeirinha. To achieve this objective, the methodology is based on a historical approach and a literature review review of the literature on the actions of this individual during Brazil's dictatorship, in the case of Cachoeirinha, where Cachoeirinha, where there were territorial disputes. In the first chapter, shows that during the military dictatorship in Brazil, the country was impacted with the idea of making the cake grow and then dividing it. With a focus on economic growth and industrialization, social development was neglected and inequalities became worse. Centralized power in the hands of the military promoted modernization that generated rural exodus, land concentration, increased urban poverty, land speculation, and inequality in the North of Minas Gerais. The SUDENE's creation transformed the region and Montes Claros. This city functioned as a central place, from where decisions were spread to and affected smaller cities around this pole. Urban modernization under Mayor Antônio Lafetá Rebello is an example of changes during the dictatorship. Chapter two indicates that, in the countryside and in the city, during the military dictatorship, there was an increase in repression and violence, as shown by data from the *Truth Commission in Minas Gerais*. In this regime, initiated by the military coup of 1964, violence, arrests, tortures, and executions were used to repress peasants and ideas of agrarian reform. Public agents, such as military police, besides farmers, land grabbers, and gunmen, acted against peasants. The spirit of development that took place in the North of Minas ended up primarily benefiting determined persons, to the detriment of squatters. During the dictatorship, a colonel, representing the interests of some groups, called Georgino, linked to the military police, was one of the individuals who became known for violently persecuting and repressing squatters in Cachoeirinha, Minas Gerais, during the Brazilian military dictatorship, a subject that is addressed in chapter three. He is credited with being responsible for evictions that took place there in the region, which benefited farmers, of which he was one. To analyze this story, the concept of virtuous violence, according to Alan Page Fisk, is used. Big farmers used the press to delegitimize peasants and adopted other strategies, all to divert the focus from ideas of agrarian reform and expand their power and influence in the region.

Keywords: truth commission in Minas Gerais; agrarian conflicts; colonel Georgino Jorge de Souza; military dictatorship; virtuous violence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Edifício no Recife e logo da SUDENE.....	33
Figura 2 – Parque de exposição, inaugurado em 3 de julho de 1957.....	34
Figura 3 – Parte de feira no antigo Mercado Municipal.....	36
Figura 4 – Antigo Mercado Municipal com a torre e o regulador público.....	37
Figura 5 – Antônio Lafetá Rebello.....	39
Figura 6 – Construção da rodoviária de Montes Claros.....	40
Figura 7 – Inauguração do terminal rodoviário de Montes Claros.....	41
Figura 8 – Coronel Georgino entre as Madsen e, à direita, com seu pelotão em Brasília, quando do golpe.....	44
Figura 9 – Charge de Chicho Caruso sobre Antônio Delfim Netto, de 6 de outubro de 1979.	49
Figura 10 – Abraham Lincoln, George B. McClellan e oficiais, em 03/10/1862, após a Batalha de Antietam.....	70
Figura 11 – Coronel Georgino.....	71
Figura 12 – Reconstrução de charge sobre o coronel Georgino.....	72
Figura 13 – Georgino retratado por Konstantin Christoff.....	76
Figura 14 – Casarão da fazenda Caetité.....	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tratores em estabelecimentos agropecuários (1940 – 1980).....	30
Tabela 2 – Cidades mineiras com o maior número de mortes durante a ditadura militar.....	53

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Regiões de planejamento de Minas Gerais.....	24
--	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tratores em estabelecimentos agropecuários (1940 – 1980).....	30
Gráfico 2 – Repressão no campo durante a ditadura militar (Minas Gerais).....	52
Gráfico 3 – Formas de violência nos crimes no campo durante a ditadura militar (Minas Gerais).....	53

LISTA DE ABREVIATURAS

AP – *Ação Popular*

BDMG – *Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais*

Belo Horizonte – BH

CEPEDOR – *Centro de Pesquisa e Documentação Regional*

cf. – conferir, conferir com

CNPq – *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*

CONTAG – *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura*

COSEG – *Coordenadoria Geral de Segurança*

COVEMG – *Comissão da Verdade de Minas Gerais*

CPT – *Comissão Pastoral da Terra*

DNOCS – *Departamento Nacional de Obras Contra as Secas*

DOI – *Destacamento de Operações de Informação*

DOPS – *Departamento de Ordem Política e Social*

ed. – Edição

Ed. – Editor

FETAEMG – *Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais*

FJP – *Fundação João Pinheiro*

FRIGONORTE – *Frigorífico Norte de Minas*

IBGE – *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*

Ibid. – *Ibidem*

IBRA – *Instituto Brasileiro de Reforma Agrária*

Id. – *Idem*

INCRA – *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária*

IPARDES – *Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social*

MATSULFUR – *Companhia de Materiais Sulfurosos*

OAB – *Ordem dos Advogados do Brasil*

Op. cit. – *Opus citatum*, obra citada

Org.– Organizador

PCPM – *Programa Cidades de Porte Médio*

PND – *Plano Nacional de Desenvolvimento*

PNRA – *Plano Nacional de Reforma Agrária*

POA – Porto Alegre

RURALMINAS – *Fundação Rural Mineira*

ss. – subsequente

SUDENE – *Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste*

SUPRA – *Superintendência de Política Agrária*

TELEMIG – *Telecomunicações de Minas Gerais S. A.*

Trad. – Tradutor

UDPR – *União Democrática dos Produtores Rurais*

UNIMONTES – *Universidade Estadual de Montes Claros*

V. Ex^a. – vossa excelência

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 – O NORTE DE MINAS NA DITADURA MILITAR, A DITADURA MILITAR NO NORTE DE MINAS	28
<i>1.1 Manda quem pode: decisões de cima para baixo</i>	<i>28</i>
<i>1.2 Que venham logo as mudanças: a mão da ditadura no Norte mineiro</i>	<i>32</i>
<i>1.3 Mudanças patentes aos olhos, outras nem tanto</i>	<i>35</i>
<i>1.4 Atitudes individuais que revelam uma época.....</i>	<i>44</i>
<i>1.5 E o bolo? Foi dividido?.....</i>	<i>48</i>
CAPÍTULO 2 – “A DITADURA SÓ PEGAVA QUEM ERA VAGABUNDO”	51
<i>2.1 Ações contra trabalhadores rurais e seus apoiadores</i>	<i>51</i>
<i>2.2 Mudanças no Norte mineiro.....</i>	<i>55</i>
<i>2.3 A ditadura realmente pegava só quem era vagabundo?.....</i>	<i>59</i>
<i>2.4 A racionalidade da violência</i>	<i>64</i>
CAPÍTULO 3 – “POSSEIRO BOM É POSSEIRO MORTO”	70
<i>3.1 Cavalgando atrás de posseiros.....</i>	<i>71</i>
<i>3.2 O despejo foi brabo</i>	<i>74</i>
<i>3.3 Um padrão nos modos de ação.....</i>	<i>88</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS	94
ANEXO A – ESTADO DE SÃO PAULO – 22 DE NOVEMBRO DE 1967	107
ANEXO B – O ESTADO DE SÃO PAULO – 24 DE NOVEMBRO DE 1967.....	109
ANEXO C – TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA – 04-17 DE JULHO DE 1981.....	110

INTRODUÇÃO

No Norte de Minas Gerais¹, Brasil, ligação é feita, por meio de uma charge, entre George Armstrong Custer e um indivíduo conhecido como coronel Georgino Jorge de Souza, o qual desempenhou papel de liderança na polícia militar de Montes Claros. Durante a ditadura brasileira, ele ficou conhecido por sua fama de envolvimento em mortes e expulsões de pessoas de suas terras. Parte do título deste trabalho é extraída deste desenho, que critica Georgino, ao atribuir a ideia de que índio e posseiro são bons só se mortos. Esse militar ficou conhecido no Norte de Minas Gerais por seu papel de liderança na polícia de Montes Claros, durante a ditadura brasileira, além de ter expulsado e agido com violência² contra posseiros³, como no caso de Cachoeirinha (Alves; Athayde; Bicalho; Costa, 2023).

Costumeiramente, afirmava ter orgulho em ter participado da ação armada contra o comunismo, à época da ditadura militar. Nesse período, atuou como advogado de fazendeiros interessados em terras na região de Cachoeirinha, chegando a receber algumas como pagamento por serviços advocatícios e militares prestados naquele lugar. O conflito ocorrido nesse lugar, contra camponeses, é datado do início da década de 1960. Localizado a aproximadamente duzentos quilômetros de Montes Claros, atualmente o povoado faz parte de Verdelândia. Naquela época, este lugar fazia parte do município de Varzelândia.

Esse episódio de lutas por terras é descrito no relatório da *Comissão da Verdade de Minas Gerais* (COVEMG, 2017) e é um exemplo de violações de direitos humanos contra camponeses durante a ditadura militar, sendo uma das mais violentas expulsões de posseiros no estado mineiro. Relatos e narrativas de posseiros focam em como foram submetidos a violências e despejos, a mando e sob responsabilidade do coronel. A ditadura militar, que ocupa lugar de destaque na história do país, ainda tem suas sombras e efeitos do passado ainda presente. O Estado brasileiro pratica uma tímida justiça de transição. O presente ainda testemunha efeitos desse passado que não deixou de ser presente.

Constantemente, vê-se e são retomadas discussões sobre o período ditatorial brasileiro. Afirmações de senso comum são motivos para conflitos familiares e discussões acaloradas. Na

¹ Esta pesquisa adota o conceito de *Norte* de Minas Gerais a partir da divisão do estado em dez regiões de planejamento (Diniz; Batella, 2005), como explicado mais adiante, no tópico *Metodologia*.

² O sentido de violência adotado segue Fisk e Rai, os quais afirmam que “[...] ‘violência’ consiste na ação em que o perpetrador considera infligir dor, sofrimento, medo, angústia, lesão, mutilação, desfiguração ou morte como o meio intrínseco, necessário ou desejável para os fins intencionados [...] para os propósitos da teoria da violência virtuosa, ‘violência’ é o dano, sofrimento ou morte que pessoas cometem de propósito [...]” (Fisk; Rai, 2015, p. 2-3, ênfase dos autores).

³ Ocupantes de uma terra devoluta ou não (Correia; Ribeiro; Ayres, 2010).

política, deputados recorrem ao período para legitimarem algo no presente, fazendo uso do tema como oportunidade para palanque eleitoral e promoção pessoal. Diferentes sujeitos e narrativas disputam a construção de relatos acerca da ditadura. Grupos e sujeitos distintos, como os camponeses brasileiros, viveram de modo singular a ditadura, e isso por conta de seus marcadores sociais, como classe, gênero, raça, geração e sexualidade, bem como posicionamentos políticos e trajetórias individuais (Dellamore; Amato; Batista, 2018).

Para tratar de questões relativas aos camponeses que tendem a ser ignorados em uma ótica histórica mais ampla, articula-se a temática da violência perpetrada por e a mando do coronel Georgino, com vistas a questões ligadas ao campo de estudos territoriais, como é o caso dos conflitos por terras em Cachoeirinha. Com o golpe militar, houve uma intensificação da continuidade das ações do Estado centralizador e desenvolvimentista⁴, oferecendo crédito, financiamentos e incentivos, vão ao encontro de interesses de fazendeiros e grandes empresas, de modo a intensificar e estimular a concentração fundiária. Como financiamentos tendiam a depender de garantias, levava mais quem tinha mais terra.

Além disso, passou a estar presente no Estado a tendência de respaldar e executar a expulsão de pequenos trabalhadores de suas terras. Forças concorrem para supressão de mobilizações camponesas no que diz respeito a reconhecimento de direitos e lutas de acesso à terra, além de se fazer ainda mais intenso um agravamento de violações de direitos humanos contra trabalhadores rurais e seus apoiadores (COVEMG, 2017). Um caso representativo e emblemático dessa violência cometida por agentes estatais, no Norte de Minas é o já mencionado caso de Cachoeirinha. Nesse recanto do sertão mineiro, ocorreram despejos de posseiros, com destaque para os anos de 1964 e 1967, beneficiando não só o coronel Georgino, mas, também, outros grandes fazendeiros que buscaram expandir suas propriedades. Esses eventos estão alinhados ao contexto de investimentos, créditos e financiamentos promovidos durante o regime militar, favorecendo a concentração de terras na região.

Por mais de quinze anos, o povoado de Cachoeirinha foi submetido a um regime onde Georgino Jorge de Souza, o coronel da Polícia Militar em Montes Claros, era a lei (COVEMG, 2017; Alves; Athayde; Bicalho; Costa, 2023; Alves; Athayde, 2023). Essa população oprimida foi tratada como ninguém, não reconhecida como portadores de direitos, obstáculos ao propósito de obtenção territorial. Assim, para o cumprimento dos propósitos do coronel, de fazendeiros e do regime ditatorial, a violência acaba por ser considerada legítima e moral, uma *violência virtuosa*, onde fins justificam meios. Portanto, diante das informações apresentadas

⁴ O modelo desenvolvimentista não foi exclusivo do período da ditadura militar. No governo Vargas, por exemplo, ele também é observado (Schneider, 2013).

até aqui, como problema de pesquisa, elabora-se a seguinte questão: como ações do coronel Georgino, durante a ditadura militar brasileira, ajudam a entender violências e violações de direitos humanos contra posseiros no Norte de Minas Gerais?

Objetivos

Objetivo geral

Analisar como ações do coronel Georgino, durante a ditadura militar brasileira, ajudam na compreensão da dinâmica de disputas por terras e violências perpetradas contra posseiros no Norte de Minas Gerais.

Objetivos específicos

- a. Contextualizar principais transformações pelas quais passou o meio rural e urbano Norte-mineiro durante a ditadura militar;
- b. Discutir acerca de violências ocorridas a partir do golpe de 1964 por meio do coronel Georgino;
- c. Estudar como ações militares do supramencionado coronel, a partir de Montes Claros, lançam luz sobre conflitos territoriais contra posseiros e indivíduos que sofreram efeitos de violências.

Para atingir os objetivos propostos, a metodologia parte de uma abordagem histórica, incluindo revisão de literatura sobre a atuação do coronel Georgino durante o período do Brasil ditadura, especificamente no caso Cachoeirinha, onde houve disputas territoriais. Foco é dado à história desse indivíduo, de modo que ela traga luz para a discussão sobre violência contra posseiros e conflitos agrários. As referências utilizadas tratam de assuntos que são alvo da pesquisa, como dissertações, teses, livros, artigos, fotos, jornais, crônicas e filmes.

Consultas foram feitas em bibliotecas, como a do *Instituto de Ciências Agrárias* da *Universidade Federal de Minas Gerais* e a da *Universidade Estadual de Montes Claros*, e a documentações e arquivos mineiros físicos e digitais, como os do *Centro de Pesquisa e Documentação Regional* (CEPEDOR); *Biblioteca Pública Doutor Antônio Teixeira de Carvalho*, pertencente ao *Centro Cultural Hermes de Paula*; *Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*; e *Comissão da Verdade em Minas Gerais*.

A pesquisa, portanto, tem caráter *qualitativo, bibliográfico e documental*. *Qualitativo* por conta de lidar com informações sobre a ditadura, o conflito em Cachoeirinha e o coronel Georgino, as quais foram categorizadas, interpretadas e apresentadas em forma de texto final (Gil, 2002). Buscou-se trabalhar com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e ações, correspondendo ao espaço das relações, processos e fenômenos. Procedeu-se assim por considerar que essa abordagem se aprofundaria no mundo dos significados de ações e relações humanas (Minayo, 2002; Bauer; Gaskell, 2008), buscando ver a situação histórica a partir dos pesquisados (Veal, 1997), algo julgado necessário para compreender interpretações que esses sujeitos sociais têm do mundo ao seu redor (Bauer; Gaskell, 2008).

A ênfase *bibliográfica* é por conta de a pesquisa ser feita a partir de material criado, como livros e artigos científicos. Investigações sobre ideias e argumentos analisam diferentes posições sobre um problema. Ademais, o teor bibliográfico é essencial em estudos históricos, como é o caso desta pesquisa. Em muitos casos, tomar conhecimento de informações referentes ao passado só é possível a partir de dados bibliográficos, sendo que, também, contribuições de diferentes autores devem ser consideradas a respeito do assunto delimitado (Gil, 2002).

A pesquisa bibliográfica tem como um de seus objetivos a captação de informações e dados, sendo algo feito de modo reflexivo e científico, buscando responder questões concernentes à pesquisa. Esse tipo de pesquisa usa métodos científicos, reflexão sistemática e checa informações reunidas com o conhecimento já acumulado. Faz parte dela a operacionalização de um levantamento de livros, revistas, desenhos, músicas, objetos de arte, cartazes e entrevistas disponibilizadas (Medeiros, 2006).

Esse modo de investigação permite a articulação de conceitos e sistematização da produção de um campo de conhecimento, objetivando a criação de novas questões em um processo de incorporar e superar o que já está à disposição do leitor. A pesquisa bibliográfica, além disso, une desejos do pesquisador e autores que lhe interessa. A discussão de ideias e pressupostos, portanto, acaba por ser privilegiada por levantamentos feitos em bibliotecas, centros especializados e arquivos, o que caracteriza um confronto de tipo teórico acerca de um contexto histórico-social (Minayo, 2002).

Por fim, pesquisa *documental* porque dá tratamento analítico a materiais usados segundo os objetos da pesquisa. Nela, a busca por uma variedade de documentos visa ter à disposição uma coleção rica de dados. As fontes são diversificadas e dispersas, incluindo documentos em arquivos públicos e privados, por exemplo, bem como documentos pessoais, fotografias, gravações, pesquisas e bibliografia (Gil, 2002). Nesta dissertação, estes documentos estão relacionados ao coronel Georgino e aos posseiros que sofreram violências e despejos.

A pesquisa documental busca levantar documentos que sirvam como base para uma pesquisa. Investigações também são feitas em autobiografias, memórias, jornais e periódicos (Medeiros, 2006). Nesse sentido, por conta de péssimas condições a que muitas vezes documentos são submetidos, podendo vir a ser perdidos, julga-se necessário registrar materiais consultados, com suas respectivas transcrições, a fim de que possam ser encontrados, de modo acessível, por futuros leitores e pesquisadores. Portanto, mesmo que textos de figuras sejam apresentadas, junto a suas transcrições, a intenção é enriquecer este trabalho e manter um registro de materiais para futuras pesquisas e consultas.

É necessário mencionar quatro questões específicas e relativas à metodologia aplicadas neste tema estudado. *Em primeiro lugar*, ao se observar a história de vida do referido coronel, que teve papel preponderante no Norte de Minas Gerais sob a ditadura militar brasileira, é possível compreender como a história da época é representada pela ação de um indivíduo que representava um interesse social de uma classe. Olhar para as ações de Georgino também pode mostrar modos e práticas sociais que existiram durante a ditadura militar brasileira. Memórias contadas oralmente, transcritas pela *Comissão da Verdade em Minas Gerais*, por exemplo, revelam dores e sofrimentos. Reviver o passado, enquanto o conta, é algo notado em depoimentos de indivíduos cujas vidas sofreram ao terem entrado em contato com a vida de Georgino. A dor é algo duplo, nesse sentido, por ser algo que ocorreu e por ser algo que é trazido à memória. Como disse, um dos entrevistados, é ruim ficar lembrando dessas coisas ruins (COVEMG, 2017). Apesar disso, é necessário contar e compreender a trajetória dessas pessoas e os impactos dessas histórias.

Nas lembranças de indivíduos que sofreram violência, é possível verificar uma história social desenvolvida, eles passaram por um tipo de sociedade, com características específicas, viveram quadros de referência familiar e cultural reconhecíveis. Grupos assim, apesar dos pesares, possuem e buscam fixar sua imagem para a história, a fim de que não sejam esquecidos ou perdidos (Bozi, 1979). “A lembrança”, afirma William Stern (1938, p. 249, minha tradução), “é a história da pessoa e seu mundo como experienciado. A história da pessoa se desdobra em íntima relação com a história do mundo que a rodeia imediatamente [...]”, os elementos de sua vida e as metamorfoses pelas quais ela passa são combinados com acontecimentos e situações externas, de modo a transformar e moldar a vida do indivíduo.

É como um dito latino anônimo: “*Tempora mutantur et nos mutamur cum illis*”, isto é, “*Os tempos mudam e nós mudamos com eles*” (In: Harrison, 1994, p. 170, minha tradução e ênfase). Histórias individuais não ocorrem em um vácuo histórico, elas têm nexos com a vida social, com o meio onde a pessoa está inserida. Questionando decisões de seu tempo, Cícero

avultou a relação entre tempo e práticas, ao afirmar, em latim: “*O tempora, o mores*”, ou seja, “*Ó tempos, ó maneiras*” (Cicero, 1952. p. 10, minha tradução e ênfase). Escrevendo acerca do músico Wolfgang Amadeus Mozart, Norbert Elias (1975) sustenta que esse ser humano foi influenciado por sua situação social e relações que tinha.

O mundo ao redor age sobre e influencia o indivíduo. Este também age em relação ao mundo que sobrevém sobre ele, sendo transformado e com ele entrando em choque. O mesmo ocorre em relação às relações, isto é, quando um determinado indivíduo se depara e entra em contato com outro indivíduo. É à semelhança de um artista, cujas ideias “[...] sempre estão ligadas ao material e à sociedade. São uma forma específica de comunicação, que pretende arrancar aplausos, acolhida positiva ou negativa, despertar alegria ou raiva, palmas ou vaias, amor ou ódio” (Elias, 1975, p. 64).

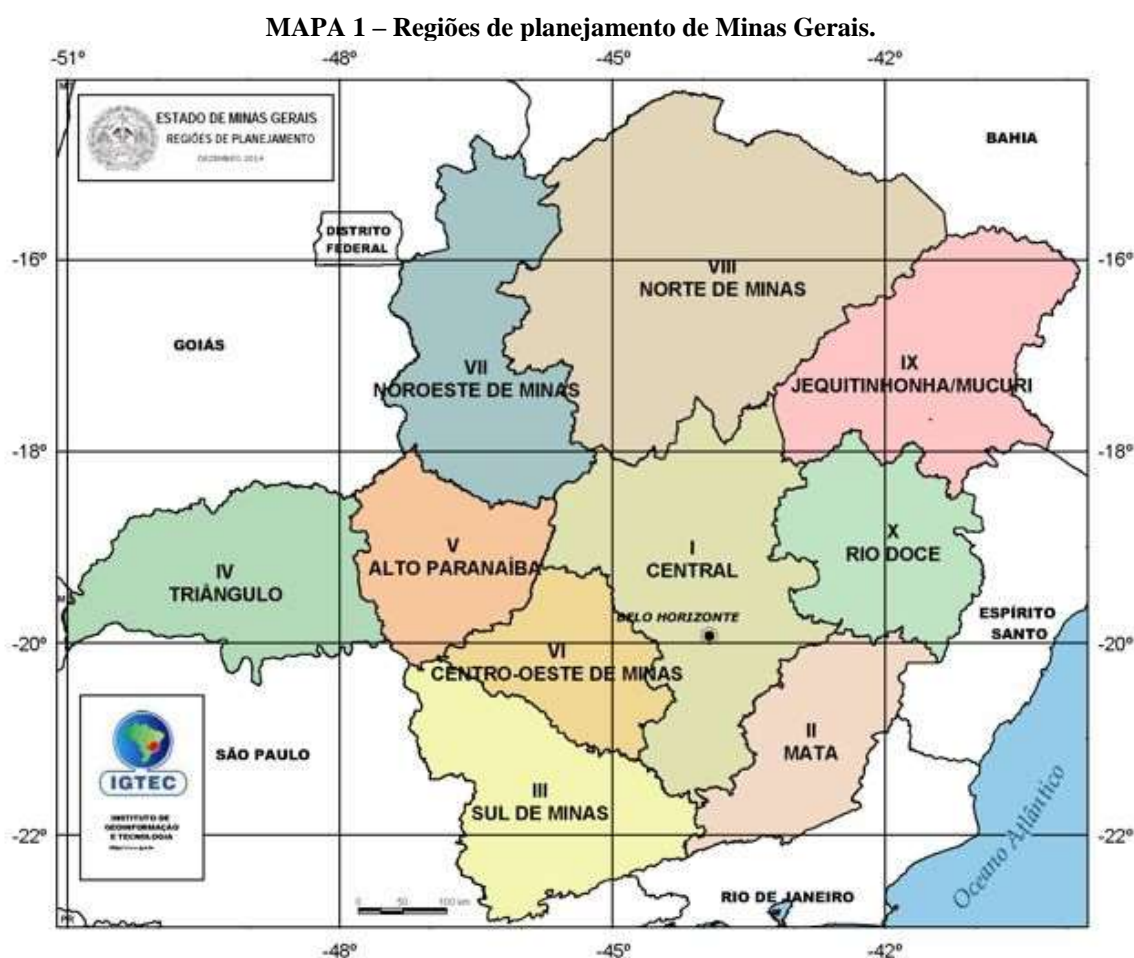
Em segundo lugar, na análise de entrevistas e depoimentos disponibilizados pela *Comissão da Verdade em Minas Gerais*, uso é feito de princípios da história oral, a qual tem suas contribuições para análises historiográficas, ampliando perspectivas acerca de um assunto, trazendo a possibilidade de edificar uma história a partir de diferentes olhares e captar significados presentes na linguagem do entrevistado, permitindo chegar em elementos não encontrados em outras modalidades de fontes históricas⁵ (Alberti, 2004; Meihy, 2005). Entrevistas podem dar pistas de questões que poderiam não ser percebidas de outros modos ou meios (Ginzburg, 1989a; 1989b).

Segundo Alessandro Portelli, narrativas orais e testemunhos que constituem a história oral são “[...] uma ferramenta adicional na panóplia de fontes do historiador – e, assim, estão sujeitas ao mesmo escrutínio crítico que todas as outras fontes, a fim de averiguar sua confiabilidade e usabilidade [...]” (Portelli, 2016, p. 9). Tal criticidade é importante, uma vez que, a partir do conteúdo de entrevistas a serem utilizadas, entrevistados podem não mencionar determinados assuntos ou questões, as quais precisam ser buscadas e encontradas a partir de outras fontes.

Em terceiro lugar, em se tratando de Norte de Minas, a delimitação assumida para tal região é das dez regiões de Minas Gerais, segundo a divisão, de 1992, do estado em regiões de planejamentos pela *Fundação João Pinheiro*. O motivo para a escolha de tal divisão é para dar um melhor tratamento ao material disponibilizado pela *Comissão da Verdade em Minas Gerais*,

⁵ Histórias escritas ou divulgadas em mídias podem ser subordinadas ao poder financeiro da sociedade, levando a histórias manipuladas ou reprimidas. Ao buscar outras fontes, um pesquisador de uma determinada história pode se deparar com uma outra história, recontada ou escrita em outra versão, inclusive em épocas mais distantes do tempo da ocorrência dos fatos.

a qual segue a mesma divisão do estado em regiões de planejamento (cf. mapa 1). A partir de demandas da *Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais* (SEPLAN-MG), a *Fundação João Pinheiro* (FJP) terminou, em 1992, a divisão do estado nas referidas regiões.



Fonte: MG, 2024.

Essa delimitação teve como base a *Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1990, e *Estrutura Espacial do Estado de Minas Gerais*, da FJP, de 1988, tendo como objetivo ordenar demandas de órgãos e comunidades, racionalizando suas ações, a fim de atingir maior grau de eficiência e eficácia na alocação de recursos disponíveis. A divisão é baseada no critério de interdependência, enfatizando áreas de influência urbana e elementos de homogeneidade, buscando respeitar limites de microrregiões. As dez regiões de planejamento são resultantes da agregação de fatores técnicos ligados aos de caráter político administrativo, com vistas a atender necessidades de planejamento e otimização de sua aplicação à realidade do estado mineiro (Diniz; Batella, 2005).

Em quarto e último lugar, os termos *camponês* e *posseiro* são intercambiáveis, seguindo a definição da própria *Comissão da Verdade em Minas Gerais*, isto é, há a adoção de uma visão ampla do termo *camponês*, a fim de viabilizar a investigação de fatos, circunstâncias e autores relacionados às violações contra trabalhadores rurais, agricultores familiares, lavradores, posseiros e sindicalistas do campo. O termo amplo *camponês* abrange indivíduos que são trabalhadores e moradores do campo, os quais têm dependência especial em relação à terra a fim de assegurarem seu desenvolvimento individual e em comunidade (COVEMG, 2017; cf. Augusto, 2011, p. 71). Quando necessário, delimitações e definições específicas são apresentadas quanto a diferentes termos.

Por fim, conclui-se esta introdução com um panorama geral de ideias e propósitos dos capítulos que compõem a presente dissertação. No primeiro capítulo, intitulado *O Norte de Minas na ditadura militar, a ditadura militar no Norte de Minas*, a intenção é trazer uma visão geral de mudanças mais nítidas que ocorreram no Norte-mineiro, durante a ditadura militar, tendo como ponto de referência a cidade de Montes Claros, para onde decisões de cima eram como que espalhadas, isto é, afetavam outros lugares da região, uma vez que a referida cidade funciona como uma espécie de capital ou cidade representativa da região.

O plano foi tecer ideias amplas contextuais das mudanças ocorridas em âmbito rural e urbano após o golpe de 1964, de modo que as ideias viessem a ser afinadas, oferecendo pano de fundo do que estava acontecendo durante a ditadura militar na região e que também trouxesse luz sobre ações de Georgino, que agiu em outros municípios tendo Montes Claros como sua base de operações, servindo como um exemplo representativo de como geralmente se davam modos de ações em disputas por terras envolvendo o despejos de posseiros.

Assim, são apresentadas questões como mudanças urbanas, aumento da pobreza e de periferias sem estrutura adequada, menos favorecidos financeiramente sendo empurrados para os extremos da cidade, e histórias, edifícios e memórias sendo demolidos por conta de uma ideologia desenvolvimentista por parte dos militares, a qual não considerou especificidades em se tratando de desenvolvimento e políticas públicas. É nesse cenário de políticas, também marcado por incentivos de crédito rural e financiamentos favorecendo aqueles que tinham mais terras, que Georgino atuou em e a partir de Montes Claros, além de outras regiões do Norte de Minas Gerais.

Com apoio de liderança da imprensa local, buscou silenciar jornalistas e vozes que falassem contra o regime implantado e o que ocorria sob sua responsabilidade em municípios como o de Cachoeirinha, de modo que vozes dissonantes só viessem a ser encontradas longe dali (Belo Horizonte), em jornais de sucursais, de cunho marxista. Diante de um cenário de

desfavorecimento ao pequeno agricultor, que cada vez mais ia para grandes centros, no caso montesclarenses, o que ele via de regra iria encontrar seria entre a grande massa crescente de pobres metropolitanos empurrados cada vez mais para as periferias da cidade.

No capítulo dois, “*A ditadura só pegava quem era vagabundo*”, a intenção é mostrar como o modelo assentado a partir do golpe militar de 1964 intensificou violências contra camponeses no Norte de Minas Gerais. Repressões aumentaram, assim como o número de violências e crimes contra pessoas do campo. Ações contra trabalhadores rurais e seus apoiadores. Nesse contexto, o Estado teve envolvimento, seja se omitindo, seja agindo. A partir de atitudes do coronel Georgino, é possível observar como se deu o avanço militar e dos intentos e consequências da ditadura no Norte mineiro.

É possível notar que um esquema foi articulado, em e a partir da cidade de Montes Claros, com transações e trocas de serviços, a fim de beneficiar indivíduos de destaque e elevada posição naquela sociedade, aproveitamento os ímpetus do avanço do espírito desenvolvimentista que vinha sendo injetado na região. Imprensa foi mobilizada, com intentos de abafar eventos obscuros e violentos que buscavam ser mantidos debaixo de tapetes e por detrás de cortinas. Grandes fazendeiros, tendo a cidade montesclarenses como centro de atuação, buscavam ampliar seu poderio e expandir territórios em lugares fora dessa cidade em processo de expansão.

O coronel Georgino, simbolizado por seu *10º Batalhão de Polícia Militar*, age no sentido de despejar posseiros de lugares onde habitavam. Para isso, uso é feito de discursos, narrativas e violências, de modo a identificar esses camponeses como indivíduos considerados comunistas e obstáculos para o avanço de intentos de certos grupos sociais que buscavam crescer em propriedades territoriais, a fim de colherem benefícios injetados na região via *Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste* (SUDENE). Nesse contexto, na região de Varzelândia, é que emerge, por exemplo, um dos mais conhecidos fatos, além do caso Cachoerinha, ocorrido no Norte de Minas, a saber, o da história de Salustiano, mais conhecido como Saluzinho, que acaba por revelar como existiam teias tecidas, de modo a ligar relações e acontecimentos entre a cidade de Montes Claros, como cidade polo da região Norte, e o campo que a cerca.

Por último, tendo Custer, militar da história dos Estados Unidos, como ponto de partida para explicar uma charge envolvendo o coronel Georgino, o capítulo 3, intitulado *Posseiro bom é posseiro morto*, apresenta eventos desenrolados em Cachoerinha, como conflitos por terras e violências sofridas por posseiros, tendo em vista ações deste último militar na região. Um panorama é trazido acerca do povoado que se estabeleceu na região que veio ser conhecida

como Cachoeirinha e como ideias ligadas aos desenvolvimentismos acabaram por afetar o povo que ali vivia. O capítulo foca em disputas por terras, mencionando despejos e violências sofridas por cachoeirenses, até chegar em tempos mais recentes, quando lutas de reconquistas de terras foram sendo concretizadas por meio de ações coletivas locais, bem como ajuda de órgãos e grupos ligados a sindicatos e de luta a favor dos posseiros da região.

CAPÍTULO 1 – O NORTE DE MINAS NA DITADURA MILITAR, A DITADURA MILITAR NO NORTE DE MINAS

“É preciso fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo”

(Netto *apud* Faucher, 2018, p. 124)

A frase em questão tem a capacidade de captar e sintetizar em poucas palavras muito do que foi o período da ditadura militar que ocorreu no Brasil. A sentença, que carrega em seu bojo uma ideia desenvolvimentista de crescimento econômico, que exige priorizar investimentos na industrialização (Contador, 1975), sem priorizar desenvolvimento social, veio a mostrar que o bolo cresceu, fermentado por anulação de direitos e aumento de desigualdades. Grandes pedaços de bolo ficaram nas mãos de poucos e os abismos das diferenças sociais ficaram ainda mais escancarados pelo país (Torres, 2016; Braga, 2020). Sim, o bolo pode ter crescido, mas sua divisão foi como de costume, preservando uma das maiores desigualdades econômicas do planeta em termos de índices e um custo de vida com tendências cada vez mais crescentes (Arruda, 2016).

É com tal ideia que este capítulo é iniciado, visa-se focar sobre mudanças urbanas, rurais, políticas e sociais ocorridas no Norte de Minas Gerais, tendo a cidade de Montes Claros como ponto de referência, servindo como uma amostra parcial de tendências e modos de governo que passaram a ocorrer durante o referido período ditatorial (1964 – 1985). A escolha dessa cidade se deve ao fato de, na época em questão, ela ser uma cidade de peso representativo maior na região Norte de Minas Gerais. Ali, decisões e ações relacionadas ao campo ocorreram.

O propósito é mostrar as mudanças trazidas pelo modelo militar desenvolvimentista e suas consequências em diversos setores da sociedade norte-mineira, até que, munido de tais informações, seja possível ao leitor chegar ao coronel Georgino, o qual, conforme será visto nos capítulos subsequentes, atuou a partir da cidade montesclareense e ali teceu alianças que redundaram em benefícios pessoais e calamidades para posseiros que foram alvo de suas investidas. É fazer à semelhança de Euclides da Cunha (2013), o qual, em sua obra-prima, monta o cenário, na primeira parte, para, então, colocar os sujeitos nesse cenário.

1.1 Manda quem pode: decisões de cima para baixo

Este tópico, tem como parte de seu título um dito popular que pode ser tomado como representativo de modos como políticas públicas e modos de governo eram colocados em

prática durante a ditadura militar. A nível nacional, militares buscaram centralizar o poder em suas mãos e isso foi notado a partir de mudanças ocorridas na cidade e no campo. Com a instauração da ditadura, houve um impulso no sentido de tornar o planejamento centralizado e com forte intervenção do Estado, ou seja, *decisões vinham de cima para baixo*, daí o emprego da expressão *manda quem pode, obedece quem tem juízo*. A estratégia foi no sentido de favorecer a modernização de setores produtivos e investir pesado na melhoria da infraestrutura, o que acabou levando ao que ficou conhecido como *milagre econômico* ou *milagre brasileiro* (Gonçalves Neto, 1997; Martine; Garcia, 1987).

Isso também acabou afetando a dinâmica migratória, pois o modelo de modernização no âmbito agrícola favoreceu a concentração de propriedade e uso da terra (Correia; Ribeiro; Ayres, 2010). Subsídios trouxeram incentivos para que houvesse a mecanização do campo, o que levou à redução da necessidade de mão de obra e à explosão migratória rural-urbana, comumente conhecida como o *êxodo rural* brasileiro das décadas de 1960 e 1970 (Martine, 1994), que, também, contribuiu para o aumento da pobreza em cidades maiores. Geralmente, parte das grandes levas de migrantes que se dirigia para metrópoles era composta de rurais empobrecidos, os quais, passando a viver na cidade grande, se tornaram pobres metropolitanos (Rocha, 2003). Daí falar-se sobre a *metropolização da pobreza*, já que mais e mais brasileiros pobres passaram a ficar concentrados em metrópoles (Tolosa, 1991).

Parte disso é explicado por conta do abandono de modos tradicionais de produção por aqueles considerados tecnologicamente avançados. Mesmo em lugares que não passaram por mudanças significativas na base tecnológica, a política modernizadora acarretou impactos sociais, por meio do fortalecimento e penetração do complexo agroindustrial e da majoração da precificação da terra. As raízes dessa transformação estrutural produtiva agrícola têm origens no intensificar da implantação de um parque industrial de grande extensão, durante os anos 1950, cujo propósito foi acelerar o processo de substituição de importações (Martine; Garcia, 1987).

Tal estrutura foi realmente efetivada no contexto do estilo de desenvolvimento implantado com o golpe de 1964, quando começa a implementação da ideologia da *modernização conservadora*, por meio de internacionalização e aceleração do processo de industrialização (Szmrecsányi; Suzigan, 2002; Delgado, 1985). Por conta de estímulos e subsídios à produção, o meio industrial acabou estendendo seus braços sobre o meio rural, com a agricultura sendo cada vez mais incorporada ao processo de acumulação capitalista.

A agricultura não prestou somente ao serviço de produzir matéria-prima e alimentos, ela também teve seu papel no quesito de mercado para o parque industrial em termos de

maquinário e insumos agrícolas (Martine; Garcia, 1987). A partir de dados do IBGE, apresentados na tabela 1, é possível ter noção de mudanças que vinham ocorrendo no cenário agropecuário brasileiro, por conta de incentivos e políticas de planejamento por parte dos militares:

TABELA 1 – Tratores em estabelecimentos agropecuários no Brasil (1940 – 1980).

Ano	1940	1950	1960	1970	1980
Período	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos
Tratores	3.380	8.372	61.345	165.870	545.205

Fonte: Adaptado de IBGE, 2023.

Os dados sobre o aumento de unidades de tratores refletem uma tendência, isto é, houve uma intervenção no sentido de consolidar uma industrialização pesada no Brasil, uma rápida intensificação de mecanização agrícola no país. O aumento no número de tratores é atribuído aos efeitos da política de crédito rural subsidiado. Houve uma intensificação da produção interna, preços nominais de tratores foram reduzidos, além de ter existido uma relação favorável de preços relativos de produtos da agricultura, comparados com o preço de tratores, questões que favoreceram um avanço da mecanização agrícola.

Gráfico 1 – Tratores em estabelecimentos agropecuários (1940 – 1980).



Fonte: Elaborado pelo autor.

No gráfico 1, observa-se que o primeiro salto qualitativo no uso de tratores ocorreu nos anos 1950, como consequência da mecanização incipiente e seletiva da produção agrícola no

Centro/Sul. Nos anos 1970, depois da institucionalização do crédito agrícola, percebe-se um aumento na adoção das referidas máquinas (Martine; Garcia, 1987). O novo modelo de agricultura, portanto, foi propiciado pela internacionalização do pacote tecnológico da dita *revolução verde*, ocorrida nos anos 1960, pacote esse com promessas de aumento da produtividade por meio de sementes melhoradas. Para que houvesse aproveitamento efetivo dessas sementes foi necessário o uso integrado de máquinas e insumos químicos. Esse modelo, com origem por volta dos anos 1930, é baseado em formas de produção da agricultura dos Estados Unidos e veio sendo aplicado, de modo parcial, ao redor do globo (Almeida, 1985; Martine; Garcia, 1987; Delgado, 1985).

Condições favoráveis para essas mudanças de cenário no Brasil se fizeram presentes por conta de recursos financeiros do exterior, arrocho salarial, bons preços internacionais e recuperação da economia, que levaram a um excedente de proporções, do qual a maioria era canalizada a fins especulativos. Entre 1969 – 1971, o mercado de ações expande por causa de recursos disponibilizados. No último ano desse recorte, há a queda da bolsa de valores, além de tentativas de diversificar carteiras de investimentos. Desse modo, boa parte de excedentes financeiros foi direcionada à aquisição de bens julgados seguros, especialmente para o mercado de imóveis, com foco na compra de terras agrícolas, o que resultou em aumento do preço da terra, com uma valorização de quase 2.000% nos anos 1971 – 1977 (IPARDES, 1979; Rezende, 1982; Sayad, 1977).

Isso ocorreu devido a promessas da atividade agrícola e por causa da especulação nutrida por obras do governo no sentido de infraestrutura rural. O acesso ao crédito bancário dependia da garantia proporcionada pelo possuir terras. Quanto maior fosse a posse de terras, maior seria a disponibilidade de recursos de crédito (Correia; Ribeiro; Ayres, 2010). Como esses recursos tinham fiscalização mínima, eles foram usados para diversos fins, incluindo a compra de mais terras. A pressão por terras, para fins de especulação e de produção, levou estados a legislarem com o fim de ordenar disputas fundiárias, mas isso acabou por legitimar grilagens e expropriação de posseiros e pequenos produtores na luta contra um maquinário com aparências legais (Martine; Garcia, 1987). Além da pressão por terras, desigualdades regionais tiveram agravamento, porque mais terras implicavam maiores chances de grandes financiamentos, significava que favorecidos seriam aqueles com titulação da terra. Além disso, a preferência administrativa foi por operações de maior vulto, com menor trabalho e menor custo administrativo (Munhoz, 1982).

O crédito rural subsidiado, nesse sentido, serviu como meio de articulação e convergência entre proprietários rurais, burguesia agrária e o grande capital com interesse na

agricultura. A partir do ano de 1967, especialmente, o crédito rural em valores constantes expandiu a tal ritmo que chegou a ser maior que a produção (Martine; Garcia, 1987; Delgado, 1985). Nesse cenário, houve desvios de verbas concedidas pela SUDENE para estados fora de sua atuação, além de casos de indústrias de fachada e indivíduos cujo propósito foi beneficiar a si mesmo com financiamentos e investimentos dessa autarquia (Rosas, 2015; Ribeiro, 2023), o que, no caso de Montes Claros, acabou por contribuir para que alguns autores dessem a alcunha de *cemitério de indústrias* (Dulci, 1999) à cidade, por conta de muitas indústrias ali não vingarem.

1.2 Que venham logo as mudanças: a mão da ditadura no Norte mineiro

Adentrando em Minas Gerais, um acontecimento que não pode ser ignorado e trouxe mudanças para o Norte-mineiro foi a criação da SUDENE, por meio da lei de número 3.692, datada do dia 15 de dezembro de 1959 (BRASIL, 1959). A lei em questão indica que ela fora criada sob subordinação direta do presidente da república. Na época, o presidente era Juscelino Kubitschek de Oliveira. O órgão foi criado como administrativamente autônomo e com sede em Recife, Pernambuco. A lei tem, inicialmente, o Nordeste como região abrangida, incluindo estados como Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Além desses estados, a área de atuação da SUDENE também veio a abranger, além da parte Norte do Espírito Santo, a zona Norte de Minas Gerais.

Áreas de atuação da referida superintendência chegam a abranger o *Polígono das Secas*⁶. Assim, recursos concedidos, direta ou indiretamente, à autarquia em questão, só podem ser aplicados em sua área de abrangência. Segundo a lei 3.692, de 15 de dezembro de 1959 (BRASIL, 1959), a superintendência foi criada com o objetivo de estudar e propiciar diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste (cf. figura 1); supervisionar, coordenar e controlar a criação e execução de projetos a cargo de órgãos federais na sua área de ação e que estão ligados a seu desenvolvimento; executar, diretamente ou por meio de convênio, acordo ou contrato, projetos ligados ao desenvolvimento da região que lhe forem atribuídos; e coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste.

⁶ Delimitação criada pela lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936 (Brasil, 1936). A legislação que envolve a região veio sendo alterada no decorrer dos anos. Em resumo, trata-se de uma área que pega parte no nordeste do Brasil e parte do Norte de Minas Gerais. O polígono em si é conhecido pelas longas estiagens e por ações do setor público no sentido de promover o seu desenvolvimento (Andrade, 1980; Silva, 2006). Com a lei nº 63.778, de 11 de dezembro de 1968 (Brasil, 1968), a regulamentação de inclusão de municípios no *Polígono das Secas* foi delegada ao superintendente da SUDENE.

Figura 1 – Edifício no Recife e logo da SUDENE.



Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Fonte: Adaptado de SUDENE, 2014a, 2014b.

No Norte mineiro, foram envolvidos quarenta e dois municípios, tudo em convergência com Montes Claros como o centro de desenvolvimento da região. Santos e Souto (2014) afirmam que, por conta de incentivos fiscais, indústrias foram instaladas na cidade, empregos foram gerados e, conseqüentemente, houve incremento no número de habitantes locais, nome popular dado ao referido assento humano. Segundo os autores, o crescimento capitalista expandiu rumo à região de atuação da SUDENE. Em julho de 1965, o escritório deste órgão foi instalado e sediado em Montes Claros. Com a chegada de tal superintendência, ocorreu um crescimento (cf. figura 2), com indústrias instaladas e milhares de empregos que beneficiam a

população local, que cada vez mais presenciou um crescimento em seu número de habitantes (Graça, 2007; Alves; Athayde, 2023).

Figura 2 – Parque de exposição, inaugurado em 3 de julho de 1957.



Fonte: Adaptado de INTER TV, 2014b.

Após 1965, houve fornecimento mais adequado de energia elétrica para Montes Claros e Pirapora, e maior atuação do governo do estado junto à SUDENE. Assim, nessas cidades e em Várzea da Palma, a industrialização e modernização do campo avançaram significativamente. As primeiras indústrias da SUDENE estavam chegando. Especificamente em 1965, por meio de ações do órgão, foi implantada no Norte de Minas a primeira indústria, o *Frigorífico Norte de Minas* (FRIGONORTE), em uma iniciativa do governo estadual, sócio majoritário, com incentivos do *Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais* (BDMG) e outros investidores da região (Santos; Souto, 2014).

A pecuária de corte era forte na região, pois, conforme Pereira (2007), a implantação dessa indústria foi uma resposta a um desejo da elite regional, bem articulada e organizada por sinal, indústria essa ligada à principal atividade econômica da região, a pecuária. A fábrica de cimento *Companhia de Materiais Sulfurosos* (MATSULFUR) estava a caminho de ser uma realidade. A obra, iniciada em 1964, veio a ser inaugurada em 1969 (Pereira; Lopes, 2014). Nessa época, portanto, a SUDENE é considerada um órgão relevante por conta das instalações de indústrias no Norte de Minas Gerais, por meio de incentivos fiscais disponibilizados via

⁷ A partir desta imagem, nota-se que a cidade, na região do referido parque, era praticamente inabitada.

governo, o que acarretou em reflexos na vida da população e sociedade montesclarenses até os tempos atuais (Santos; Souto, 2014).

Ao se estudar a história de Montes Claros, nota-se que sua industrialização ocorre de modo tardio. Seu ponto intensivo ocorre nos anos 1970, por conta de ações da SUDENE no sentido de resolver problemas estruturais básicos das desigualdades regionais do Brasil, o que acabou por atrair para o local indústrias como FRIGONORTE (1964), MATSULFUR (1966), Cortnorte (1967), *Metalnoc* (1967), TOK S. A. (1969), Coteminas (1969), *Metalúrgica Norte de Minas S. A.* (1970), *Fuji Eletric* (1971), *Passonorte* (1974), *Fiação e Tecelagem Santa Helena* (1974), *Itacolomy* (1976), *Quartzo do Brasil* (1977) e *Petrogard* (1977), por exemplo, além da implantação da *Telecomunicações de Minas Gerais S. A.* (TELEMIG) (Paula, 1979).

A maioria das indústrias que usou recursos via SUDENE foi com o propósito de se instalar em Montes Claros. A implantação dessas indústrias ocorreu no *Distrito Industrial de Montes Claros*, o qual teve a criação em fins dos anos 1960, na região Norte montesclarenses, a cinco quilômetros do centro. Tal distrito foi criado de modo estratégico, situado entre eixos de rodovia da cidade, na saída para Janaúba e Januária. Além disso, à leste do distrito está o eixo de ferrovia da *Estrada de Ferro Central do Brasil* (Gomes, 2007). O crescimento pelo qual algumas cidades brasileiras passaram de 1970 em diante, como é o caso de Montes Claros, se deveu a uma lógica de desenvolvimentismo e de tecnologia da informação, que afetou a organização econômica, além de remodelar territórios, especialmente a partir do modernizar do processo produtivo (Santos, 2005), como será visto adiante. A implantação de indústrias, portanto, levou à explosão demográfica e ao crescimento da urbe, com um modelo que alterou estilos de vida, territórios e paisagens (Canan, 2014).

1.3 Mudanças patentes aos olhos, outras nem tanto

Montes Claros vinha passando por mudanças urbanas. No ano de 1967⁸, por exemplo, sob a ideologia do desenvolvimento, o famoso antigo mercado da cidade foi demolido, por decreto do prefeito Antônio Lafetá Rebello (Almeida, 2011)⁹. Cabe aqui estender o assunto do

⁸ A partir de referências pesquisadas, há discordância de datas quanto ao ano específico da demolição do antigo mercado.

⁹ Há fontes que revelam que o motivo para demolição do antigo mercado era por conta de riscos que o mesmo poderia trazer para a população, por conta das péssimas condições de seu telhado, que corria risco de queda. Escrevendo sobre isso, Terezinha Campos (2020), por exemplo, afirma: “Foi ali que se desenrolou a minha história infantil. Um dia, eu vi o *Mercado Municipal de Montes Claros* sendo demolido; foi na década de sessenta, mais precisamente 1967 – 1968 [...] Muitos lamentavam. – Mas sabe o porquê da demolição? Aquela madeira pesada estava ameaçando a vida dos que por ali transitavam e/ou trabalhavam. Estava prestes a acontecer

mercado municipal antigo (cf. figuras 3 e 4), pois ele aponta não só para mudanças no aspecto visual da cidade, mas, também, para mudanças e alterações sociais, culturais e de estilos de vida de habitantes, além de questões relativas a memórias (Cruz; Ribeiro; Perondi; Araujo; Maltez, 2022). A figura 3 apresenta parte do antigo mercado. Seu processo de demolição é sinal de tendências que começaram a impactar a vida cotidiana das pessoas e a dinâmica da cidade, especialmente a partir do golpe de 1964.

Acima de tudo, as mudanças ocorrem por conta do modelo desenvolvimentista, o qual acabou por enterrar antigas memórias e modos de ser da vida em Montes Claros. Ao contemplar o conteúdo abaixo, o leitor poderá notar que o modo de governo implantado durante a ditadura alterou modos de funcionamento sociais e de se encarar território. As maneiras de ser e viver a seguir são fortemente marcadores de uma cidade sobre a qual ainda não tinha passado o trator da ditadura, na fase de 1964 a 1985, com seus ímpetus desenvolvimentistas.

Figura 3 – Parte de feira no antigo Mercado Municipal.



Fonte: Adaptado de Graça, 2007, p. 63.

Para isso, é útil citar descrições feitas pela escritora e memorialista Ruth Tupinambá Graça: “Quem não se lembra do nosso antigo Mercado Municipal, que durante anos dominou a Praça Dr. Carlos?” (Graça, 2007, p. 61). Para algumas pessoas, “[...] era considerado um prédio feio, grotesco e mal construído. Mas, para outros, ele era o máximo! Considerando as dificuldades em que fora construído, ele merecia um voto de louvor” (*Ibid.*, p. 61). Foi em “[...] setembro de 1899 [...]” que “[...] o mercado foi inaugurado solenemente [...] Um enorme

ali um acidente, em que muitas vidas seriam ceifadas, com aquele telhado desmoronando sobre nós que ali convivíamos”.

casarão branco (tipo chalé) com quase 30 metros de frente e 32 de fundos, com sete cômodos de cada lado, para vendas, onde se instalaram os comerciantes daquela época” (*Ibid.*, p. 62).

Figura 4 – Antigo Mercado Municipal com a torre e o regulador público.



Fonte: Adaptado de IHGMC, 2006.

No centro dali havia uma grande área vazia, “[...] onde os tropeiros e bruaqueiros espalhavam suas bruacas. Mais tarde, ampliaram-no, com uma torre de 17 palmos, onde colocaram um regulador público, que foi inaugurado em 1906, com muita festa [...]” (*Ibid.*, p. 62). Por muitos anos, o mercado foi “[...] ponto vital da nossa cidade, onde os encontros se repetiam diariamente, os bate-papos, conversas políticas, negócios, decisões sobre famílias, até problemas de casamento, tudo era discutido no mercado” (*Ibid.*, p. 62).

Aos sábados, tornou-se o hábito de todos, era o dia da feira, ou ‘procissões dos aflitos’, como diziam, todos os moradores da nossa cidade antiga, dirigiam-se ao mercado para fazerem suas compras [...] Encontrava-se de tudo: arroz com casca ou socado em pilão, açúcar mascavo bem ‘moreninho’, rapadura cerenta gostosa, doce de cidra, laranja em formas embrulhadas nas palhas de bananeiras, batida de Santo Antônio, bem clara. Café em grão (torrado em casca) tão saboroso. Ainda me lembro, na Rua de Baixo, onde morava, que quando a Maria Flora (mãe de Alcebiades Santos) torrava o café, estendia-se a toda a rua aquele cheirinho quente e gostoso!

Os bruaqueiros, com enorme variedade de mercadorias, iam com suas mercadorias, chegando desde a madrugada e enchendo o mercado: farinha de milho bem amarelinha e torrada, queijos, requeijão, farinha de mandioca, a famosa do ‘Morro Alto’, beijú de goma, tão clarinhos. As carnes de porco, carne de sol de ‘dois pelos’ em grandes mantas colocadas em giráus pequenos. Muita linguiça feita em casa com muito tempero, cheirosa... Muita fruta: banana roxa, mulata, caturra, prata, enormes, lima da Pérsia (que hoje não se vê), coco azedinho, muita manga-rosa, sapatinha, umbu, espada, tão bonitas! Melancias aos montões, verdinhas. E lustrosas, ‘cabeça-de-negro’, panãs, araticum, gravatás, pitombas, tamarindos e o nosso célebre pequi. Os ‘rosários de coco’ (eu me lembro ainda, enrolava-os no pescoço e ia para casa comendo... despreocupadamente). Muito caldo de cana, tabuleiros enormes de bolo de arroz, que delícia! Doce de mocotó de boi, daquele escurinho, gostoso sem tapeação (*Ibid.*, p. 62, 64).

Ali, também era possível ouvir bruaqueiros a oferecer suas mercadorias naquela simplicidade típica do caipira: “[...] ‘Compra, minha dona, é feijão novo catado, cozinha só com uma água; arroz do bão mesmo, culhido agora, socado no pilão, sem quebrá, os ovo fresquinho, culhido de manhãzinha, ovo de galo bão mesmo’ [...]” (*Ibid.*, p. 64). O centro, frente e fundo do mercado ficavam lotados, faltava lugar para passar, as pessoas entravam empurrando, esbarrando-se umas nas outras, pulando por cima de bruacas cheias de mercadorias. Segundo Graça, o barulho provocado pelas conversas das pessoas “[...] punha a gente zozna, mas era tão bonito aquele espetáculo colorido” (*Ibid.*, p. 64).

Mocinhas da roça vinham para vender verduras que cultivavam à beira de regos. Elas traziam abóboras, quiabo, chuchu, maxixe, pequenos tomates para molho, salsa e cebolinha, por exemplo, todas verdes e fresquinhas. Eram garotas “[...] bonitinhas, de vestido novo de chita meio amarrotado, com um *rouge* [*vermelho*, em francês] muito vermelho, boquinha de coração, brincos e colares de contas coloridas, e quando riam mostravam sempre falhas de dente, na frente [...]” (*Ibid.*, p. 65). De boca fechada, informa a memorialista, passavam. Mesmo faltando-lhes os dentes, conquistas conseguiam, moços da cidade lhes davam uma *colher de chá*.

Os cheiros fortes de pinga e fumo podiam ser sentidos atravessando o mercado. No fim do dia, bruaqueiros dormiam no chão, com chapéu no rosto, para se protegerem do sol. “[...] Na maioria das vezes nem este cuidado tinham, e com a boca aberta, lambuzada, roncavam alto, enquanto os mosquitos passeavam saboreando, entrando e saindo, escondendo-se nos bigodes molhados de pinga e saliva” (*Ibid.*, p. 65). Durante o dia inteiro havia movimento de pessoas e animais por aquele lugar. Era comum ver aqueles bruaqueiros voltando, no fim da tarde, para suas respectivas casas, fossem eles ébrios ou sóbrios.

Quanto aos que voltam a pé, faziam seu caminho “[...] com alpercatas de couro cru, chapéu desabado pelo tempo e pela chuva, cigarro de palha no canto da boca, tocando seu burrinho lerdo, as bruacas vazias, os ‘cobrinhos’ no bolso. Iam felizes da vida, já pensando na feira no próximo sábado para tomarem outra bebedeira” (*Ibid.*, p. 65-66). Segundo a autora, esse espetáculo protagonizado no antigo mercado durou anos. Com o crescimento da cidade,

[...] tudo foi se modificando por causa da civilização. Estas lembranças simples ficaram guardadas em nossa mente e em nossos corações.

O Mercado Municipal, anos depois, foi demolido. A Praça Dr. Carlos perdeu seu companheiro. A cidade assistiu, tristemente, aquele espetáculo como se fosse o enterro de um amigo.

E, com isto, a cidade vai se descaracterizando, perdendo seu encanto natural, os casarões e sobrados, que nos lembram histórias do passado, estão desaparecendo...

O relógio antigo, do Mercado Municipal, está hoje [1987 – data da publicação da primeira edição da autora] silencioso, na Catedral. Era ele que, durante anos, quebrava a monotonia daquela Praça, com suas fortes e compassadas badaladas, cujo eco levava para longe, desaparecendo por trás dos montes. Quantas vezes acordaram as crianças para a Escola e os homens para o trabalho, com seu badalar amigo e pontual?! Ele hoje deveria estar ainda funcionando, para ver e sentir o progresso desta cidade que viu engatinhando e dando os primeiros passos! Agora, resta-nos a saudade e a esperança de que a cidade acorde, grite, proteste contra a demolição dos monumentos do nosso passado e preserve nossas tradições e nossa história! (*Ibid.*, p. 66).

O mercado não servia só para compra de mantimentos, era um lugar de socialização, um lugar onde pessoas da cidade se encontravam para conversar sobre diversos assuntos. Depois que foi demolido, o terreno foi usado como estacionamento. Posteriormente, foi construído o atual *Shopping Popular* (Canan, 2014). Essas alterações, portanto, não são só visuais, há intenções por trás delas (no caso, o desenvolvimentismo). Com a demolição do que era presente e movimentava toda uma socialidade e modos de vida, muitos desses elementos são relegados ao passado destruído.

Figura 5 – Antônio Lafeté Rebello.



Fonte: Adaptado de AMAMS, 2021.

Agora, voltando a Rebello (cf. figura 5), especificamente em 1969, ele procedeu com o envio do plano diretor da cidade para ser apreciado pela *Câmara Municipal* local. O plano apresentou um projeto de planejamento urbano cujo propósito foi mudar a cidade. Setembro de 1970 foi a data de aprovação do referido plano, o qual apresentou tendências modernistas e estéticas¹⁰, além de incentivar a organização do uso e ocupação do solo urbano (Gomes, 2007; Silva, 2008).

¹⁰ Como será observado mais adiante, em uma entrevista concedida pelo professor Laurindo Mekie Pereira, essa tendência modernista acabou empurrando parcelas da sociedade para as periferias da mesma. Com isso, destaca-se que nenhum planejamento territorial é ingênuo, isto é, pode carregar em seu bojo consequências e toda uma ideologia e intenções por trás (Monte-Mór, 2006). Exemplo claro disso, na história do Brasil, foi o caso daquilo que ficou conhecido como *bota-abaixo*, no Rio de Janeiro, a partir de 1903. Em um contexto de modernização

O tom modernizador de tal plano foi comunicado no sentido de trazer para a história da cidade uma proposta considerada avançada e moderna, segundo anseios do executivo local e expressões da elite modernizadora do município. O discurso foi eliminar o congestionamento de áreas centrais, criando espaços mais largos para um sistema de vias amplas, estacionamentos e áreas institucionais, adequando a cidade para a industrialização intensiva pela qual ela vinha passando (Silva, 2008).

Uma das primeiras obras de maior estatura, sob Rebello, foi a construção da rede de esgoto e águas pluviais na área central da cidade, algo que foi financiado pelo governo federal, sem custos para a prefeitura. Em seu governo, existiram mudanças evidentes no aspecto urbanístico de Montes Claros, de modo que a cidade ficou pronta para receber as já mencionadas indústrias, instaladas por conta de incentivos da SUDENE. Outro feito desse prefeito foi ter colocado em prática a construção dos mercados municipais da rua Joaquim Costa e o da rua Melo Viana, além do Parque Municipal Milton Prates, escolas e postos de saúde (Rebello; Silveira, 2014; Montes Claros, 2019).

Figura 6 – Construção da rodoviária de Montes Claros.



Fonte: Adaptado de INTER TV, 2014c.

Lafetá era um dos grandes fazendeiros da região, tendo sido apoiado, por exemplo, pela *Sociedade Rural de Montes Claros*, instituição que presidiu de 1975 a 1976 (Oliveira, 1994;

da cidade e higienismo, despejados, os quais sequer foram realocados, juntavam “[...] restos de madeira dos caixotes de mercadorias descartados no porto e se puseram a montar com eles toscos barracões nas encostas íngremes dos morros que cercam a cidade, cobrindo-os com folhas-de-flandres de latões de querosene desdobrados. Era a disseminação das favelas” (Sevcenko, 1998, p. 23). Os livros *Becos da memória* (2018a) e *Olhos d’água* (2018b), de Conceição Evaristo, em seu texto, apresenta um pouco dessa realidade de planejamento urbanístico em Belo Horizonte, pois apresenta um conteúdo que aponta para a realidade de indivíduos de favelas e a derrubada destas.

Ferreira, 2001), algo acontecido depois de seu primeiro mandato como prefeito da cidade montesclarenses^{11 12}, cargo onde ficou também conhecido por obras da cidade como o *Centro Cultural*, urbanização da avenida Deputado Esteves Rodrigues, finalização da obra de saneamento do rio Vieira e da estação rodoviária Hildeberto de Freitas (cf. figuras 5 e 7).

Figura 7 – Inauguração do terminal rodoviário de Montes Claros.



Fonte: Adaptado de INTER TV, 2014a.

A inauguração desta última foi feita em 1980 pelo então presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo. Em reportagem do *Jornal O Norte* (2021), Rebello é descrito por ter dado importância para ações políticas daqueles que seguiam princípios políticos semelhantes ao dele, o que acabou por acarretar em evitar ouvir lideranças de bairros e associações comunitárias, o que, conseqüentemente, significou uma tendência de não beneficiamento destes últimos com obras administrativas municipais.

Além disso, por conta da determinação do *Conselho de Desenvolvimento Urbano do Ministério do Interior*, a cidade, sob o segundo mandato do Rebello, teve participação no *Programa Cidades de Porte Médio (PCPM)*¹³, cujo fim foi o estímulo do desenvolvimento de cidades com habitantes entre 50.000 e 500.000 habitantes, programa esse criado em 1975 e que

¹¹ Aqui, há diferenças quanto ao período do primeiro mandato deste prefeito. A partir da pesquisa, foi possível notar datações diferentes no que concerne a acadêmicos e prefeitura de Montes Claros. De acordo com informações da prefeitura, o primeiro mandato de Rebello foi de 1966 – 1970 e 1977 – 1982 (PREFEITURA, 2024), enquanto que o professor Laurindo Mekie Pereira (2007), por exemplo, coloca como 1967 – 1970 e 1978 – 1982. Inconsistência quanto àquela primeira datação é notada especialmente no *site* da prefeitura, uma vez que, em outras partes do endereço de *internet*, há as datas 1967 – 1970 e 1977 – 1982 (Maurício, 2023).

¹² Aqui, a escolha dos mandatos de Antônio Lafeté Rebello se deve ao fato de englobar quase que o início e quase que o fim do período da ditadura militar no Brasil. A partir dos dois períodos na prefeitura, é possível notar os tipos de transformações pelas quais a cidade, e conseqüentemente a região Norte de Minas Gerais, vinha passando.

¹³ Os efeitos desse programa viriam no mandato de Tadeu Leite (Castro, 2009).

pertenceu ao *Plano Nacional de Desenvolvimento* (PND) da administração do presidente Ernesto Geisel (Nunes, 2020). O *Cidade de Porte Médio* injetou recursos na cidade montesclarenses, dando oportunidade para que a prefeitura local se reorganizasse e realizasse transformações de cunho urbanístico local.

Outras mudanças de teor urbano, realizadas por Rebello, incluem a mudança da *Prefeitura* e da *Câmara Municipal* da cidade para um edifício da avenida *Coronel Prates*, bem como a abertura de ruas que antes eram fechadas (Arruda, 2022). Desse modo, ficou, na memória dos que viveram a época, uma ideia de um bom período, questão essa constatada em entrevistas feitas pela cidade (Sena, 2019; Medeiros, 2019; Oliveira, 2019). Gilson Lopes de Oliveira, um dos entrevistados, que viveu por volta dos seus trinta e sete anos em diante no período da ditadura militar brasileira, afirma que essa foi a melhor época da sua vida: “[...] Foi bom demais aqui, foi a época melhor, dos que tem feito no Brasil, tirando Juscelino, foi o militarismo que fez” (Oliveira, 2019).

À época, o tio deste entrevistado atuou como chefe de batalhão local, o que pode ser revelador de tendências, preferências e posições políticas pessoais. Essa fala dá lugar de destaque para o governo Juscelino Kubitschek e para a ditadura militar. Via de regra, esse tipo de pensamento tem sua justificativa por, na história brasileira, esses serem momentos históricos geralmente caracterizados como de investimentos infraestruturais, grandes obras concretizadas, como a da cidade de Brasília, que teve sua inauguração no ano de 1960. Mesmo isso não é capaz de apagar um outro lado histórico, a saber, o de dívidas, desigualdades e tipos de violência crescentes pelas quais o país e a região passaram (Gaspari, 2002; Fausto, 1995; Santos, 1985; SUCURSAL BH, 1981).

Em entrevista, Laurindo Mekie Pereira (2019) afirma que, do momento do golpe militar, não existem efeitos e mudanças repentinas em Montes Claros e outras cidades de menor porte. Junto a isso, alterações no dia a dia não são tão evidentes por conta de não ter existido movimentos sociais, sindicais e estudantis combativos, organizados e fortes, à semelhança do que ocorria nas principais capitais do país. Os efeitos da ditadura não são tão perceptíveis inicialmente na cidade montesclarenses por conta de terem sido esses movimentos aqueles que estiveram primeiramente na mira da intervenção feita pelos militares.

O impacto, a curto prazo, é pequeno, quase imperceptível, porque a cidade prossegue tendo eleições municipais, a câmara funciona. Impactos mais evidentes são aqueles de cunho econômico e social, são transformações no sentido de urbanização acelerada da cidade, datadas principalmente da década de 1970, porque se faz presente uma intensa industrialização, na maior parte graças a incentivos da SUDENE e governo estadual. Consequente e

concomitantemente a isso, há o famoso êxodo rural brasileiro. Na companhia do elemento transição rural para urbano, houve o crescimento de favelas, falta de infraestrutura em periferias e aumento da desigualdade social. Desse modo, Montes Claros sofre com aquilo que foi dito anteriormente sobre o período da ditadura militar. A cidade, assim como o restante do país, por causa do modelo econômico implantado, que promoveu um tipo de crescimento, o econômico em números, também promoveu um outro tipo de crescimento, o da desigualdade não só em números, mas em rostos e vidas (Pereira, 2019).

Por conta de escolhas no sentido de renovar e dar outros ares à parte do centro da cidade, negligenciando o que não era tido por central nos planos de governo, Montes Claros passou a testemunhar um grande aumento de favelas, problema esse que piorou ainda mais com outro fluxo que vinha ocorrendo, o de migrações (Delgado, 1997; Gonçalves Neto, 1997). Problemas sociais, portanto, crescem na medida em que cresce a cidade e o descaso com a periferia (Primo, 2012). A indiferença com periferias foi um dos grandes problemas no período em que a cidade viveu sob a ditadura militar. Sob pretexto de desenvolvimento, com todo um investimento em infraestrutura, bairros explodiam cada vez mais para fora do centro, em sua maior parte sem estrutura básica em quesitos como água, esgoto, escolas e postos de saúde (Valmor, 2002).

Aspecto que pode ser revelador do que ocorria no âmbito político da cidade é aquele que diz respeito a cargos políticos, durante a ditadura militar. Na época, o executivo municipal era composto por representantes e partidos com ligação com arranjos políticos a nível do estado mineiro. Ademais, há o fator de bases eleitorais terem seu fundamento sobre políticas de trocas e de benefício próprio, tipicamente arraigadas na identidade brasileira, sendo uma herança do passado que é bem presente no país (Quadros, 2014; Queiroz, 1977). É dentro desse cenário desenvolvimentista e de transformações na cidade e em âmbito nacional, durante a ditadura militar, que surgem nomes de alguns indivíduos que viveram em Montes Claros, como o coronel Georgino Jorge de Souza, responsável por expulsar posseiros em lugares do Norte de Minas Gerais.

Outro nome, que também habitou em Montes Claros, é o do médico búlgaro Konstantin Christoff Raeff. Este foi um dos indivíduos que, após o despejo de posseiros de Cachoeirinha, recebeu parte da subdivisão judicial de terras, em um processo que beneficiou fazendeiros de grande porte. As terras desse médico, foram depois vendidas a Manoelito Maciel de Salles, fazendeiro de Vitória da Conquista, Bahia, e a Sebastião Alves da Silva, gerente do *Banco Econômico da Bahia* (COVEMG, 2017; Sanglard; Camisasca, 2020). Essas informações apontam para relações de troca existentes entre grandes grupos e indivíduos centrais desses

diferentes grupos (cf. Mauss, 2003), além de relações que transcendiam fronteiras do estado mineiro.

1.4 Atitudes individuais que revelam uma época

Em uma entrevista, um habitante da cidade de Montes Claros, o senhor Saul Ramos de Sena (2019), nascido no dia 10 de abril de 1950, quando indagado se houve algum traço perceptível da ditadura militar na cidade montesclarensense, na década de 1960, afirma que, na época do golpe, militares se reuniram em Brasília. Segundo ele, o coronel Georgino comandou o *10º Batalhão de Polícia Militar* até Brasília e esses militares viajaram em caminhões do *Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)*¹⁴. A marcha de membros do referido batalhão até Brasília foi, de acordo com Sena, para honrar a memória do *10º Batalhão da Polícia Militar*.

Figura 8 – Coronel Georgino entre as Madsen e, à direita, com seu pelotão em Brasília, quando do golpe.



Fonte: Adaptado de Alves; Athayde; Bicalho; Costa, 2023.

¹⁴ Essa informação é confirmada pela autobiografia do coronel, o qual afirma que, à época, “[...] nuvens de guerra sombrearam o país. Minas se levantaria em armas contra o Presidente João Goulart. ‘Vamos que vamos’, instruir esse povo para a briga. E em duas semanas, estavam prontos para o que desse e viesse [...] O velho e querido 10º dispunha de umas dez metralhadoras pesadas da 1ª Grande Guerra, uns poucos fuzis metralhadores e munição com sessenta por cento de falha, porque fabricada em 1915 em sua maior parte. De transporte, o Batalhão tinha apenas um caminhão e um jipe em razoável estado. O espírito da Tropa, porém, empurrava o Comandante para as mais audaciosas decisões. Confiscaram-se os caminhões do DNOCS e outros tantos da Central do Brasil e de empresas transportadoras [...] Deflagrada a Revolução, o 10º partiu sobre os caminhões confiscados, não para incorporar-se em Curvelo à Coluna Coronel Vale, conforme ordens recebidas, mas rumo diretamente a Paracatu, onde se estabeleceu, sozinho, para defender a cidade, ameaçada pelo Batalhão de Guardas Presidenciais, reforçado por três tanques, dali distante apenas quarenta e dois quilômetros” (Souza, 1996, p. 152-153).

A marcha com militares do *10º Batalhão*, foi conduzida na manhã do dia 1 de abril, para apoiar a revolução. Na figura 8, Georgino aparece mais ao centro, sem alguém à sua frente, na cidade de Brasília, depois da queda de João Belchior Marques Goulart (Vieira, 2007). Em entrevista, Georgino afirma que, à época liderou seus homens para Brasília, a fim de limpar a pátria de toda corrupção e fazer de tudo para impedir que bandidos comunistas cubanizassem o Brasil (Alves; Athayde; Bicalho; Costa, 2023).

Na opinião do entrevistado (Sena, 2019), a cidade, durante a ditadura, foi muito bem vigiada pelo *Departamento de Ordem Política e Social* (DOPS), não havendo *nada de agravante*. O senhor Saul também trouxe, em sua fala, o coronel Georgino, considerado responsável pelo *10º Batalhão da Polícia Militar*. Foi sustentado que não houve agravantes na cidade. Aparentemente, à primeira vista, realmente pode ter parecido que não houve problemas com o advento da ditadura militar, mas a cidade estava passando por mudanças. Além disso, outras perspectivas revelam que coisas graves começaram a ocorrer na região e em Montes Claros, cidade polo do Norte de Minas.

A literatura confirma que, após conduzir sua tropa para Brasília, para apoiar o golpe de 1964, o coronel Georgino, após voltar para a cidade montesclarensense, passou a restringir e agir com violência contra determinados grupos de indivíduos. Mesmo que o golpe aparentemente não tenha trazido mudanças repentinas sobre cidadãos de Montes Claros, houve uma repressão, mas não tão nítida como ocorreu em cidades brasileiras de maior porte. Em conversas informais com pessoas de Montes Claros, foi possível notar que o Georgino possui uma boa reputação. Sua fama é no sentido de ser uma pessoa bem situada socialmente¹⁵; respeitado professor universitário de direito¹⁶; presidente da *Ordem dos Advogados do Brasil* (OAB), em Minas

¹⁵ O ser bem posicionado social e politicamente, pode ser visto, por exemplo, no fato de, em sua autobiografia, ele falar de suas histórias com indivíduos como Juscelino Kubitschek, enquanto governador e presidente; José Maria Alkmin, enquanto ministro da fazenda (cf. Souza, 1996, p. 134-138); e Darcy Ribeiro. Este último, inclusive, prefacia a autobiografia, onde afirma: “Pego este livro com as duas mãos. É a história de vida de seu autor, o bravo Coronel Georgino, um homem que deu certo. Hoje, Georgino é glorioso Coronel da Polícia Mineira e Professor de Direito Penal da UNIMONTES. É também figura da sociedade local e até herói entre seus companheiros. Dele lembro duas passagens que quero contar aqui. Seu empenho, impossível de resistir, para fazer da velha cadeia de Montes Claros um ginásio, obra que tive que pagar como Chefe da Casa Civil e que ele concluiu e pôs em funcionamento com o maior êxito. A segunda passagem é que o pobre Georgino passou cinco dias com sua tropa briosa me procurando em Brasília nos dias da derrubada de Jango, para prender-me. Eu era, então, uma das pessoas mais odiadas pela reação que desejava pôr as mãos em mim a qualquer custo. Depois, quando voltei do exílio, Georgino me disse: - Eu procurava, Professor, mas não queria achar. Este livro é uma biografia atípica e, por isto mesmo, tanto mais valiosa. Mostra como um jovem, saindo das camadas mais sofridas, consegue ser soldado, por quê caminhos ínvios salta obstáculos mil para fazer carreira como militar, construindo simultaneamente uma vida admirável de cidadão” (Souza, 1996, p. 7).

¹⁶ Em sua autobiografia, ele afirma: “[...] meus alunos da Faculdade de Direito da UNIMONTES” (Souza, 1996, p. 46).

Gerais, na 11ª Subseção Montes Claros, do ano de 1979 a 1981; membro da *Academia Montesclarensis de Letras*; e conhecido por sua atuação no golpe de 1964 (Souza, 1996; OAB, 2023; ACADEMIA, 2018).

Nessas mesmas conversas pessoais, foi possível notar que o referido coronel é semelhante a uma moeda com suas duas faces. Na cidade de Montes Claros, lugares como a OAB e unidades da *Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)* carregam referências ao coronel. Há desde teatro que leva o seu nome até placas e fotos homenageando a sua pessoa. Nos diálogos desenvolvidos, pessoas de Montes Claros desconhecem e, algumas chegaram até a duvidar de ações opressivas e repressivas de sua parte, como a sua atuação em redações de jornais e no caso Cachoeirinha. Apesar disso, a partir do vigorar do período militar no Brasil, a vida diária de redações de jornais passou a ter a presença de soldados à paisana ou fardados, os quais buscavam vigiar o que seria publicado. Ao voltarem da operação de apoio ao golpe de 1964, em Brasília, afirma Souza (2017), os policiais militares passaram a agir como censores em redações de jornais como o *Diário de Montes Claros* e *Jornal de Montes Claros*.

O coronel Georgino foi responsável por realizar o controle da imprensa. Mesmo depois de reformado, em 18 de novembro de 1973, ele continuou tendo envolvimento em arranjos de relações e interesses no Norte de Minas Gerais. O controle da imprensa ocorreu por meio de censura, com acordos entre o 10º *Batalhão* e donos de jornais quanto a temas que poderiam ser publicados. Havia combinação entre as partes quanto ao que podia ser publicado. Dentro daquele contexto de parte do estado mineiro estar inserido na SUDENE, que atraiu indústrias e incentivos por intermédio do Estado, conseqüentemente a área da imprensa acabou também passando pelo processo de modernização. A ideia de anseio pelo progresso da cidade era o que devia, portanto, ser a pauta de redação de jornalistas.

Com isso, havia uma tentativa de abafamento realizado, a fim de tirar o foco de repressões ocorridas, como a do caso Cachoeirinha. Por meio de acordos, combinações, alianças e trocas, determinados indivíduos, com base de atuação na e a partir da cidade montesclarensis, acabavam se beneficiando com privilégios e favorecimentos possibilitados por meio da tônica modernizadora e militar da ditadura. Apesar da censura que fiscalizava matérias, havia casos em que fiscalizações eram dribladas, por meio de metáforas e linguagem em entrelinhas. Também, existiram situações em que a censura preferia permitir a divulgação de uma produção para não gerar muita repercussão. Um exemplo clássico, representativo de canções produzidas no período, é a música *Cálice*, por Chico Buarque de Hollanda:

Pai, afasta de mim esse cálice
 Pai, afasta de mim esse cálice
 Pai, afasta de mim esse cálice
 De vinho tinto de sangue
 [...]

Como beber dessa bebida amarga?
 Tragar a dor, engolir a labuta?
 Mesmo calada a boca, resta o peito
 Silêncio na cidade não se escuta
 De que me vale ser filho da santa?
 Melhor seria ser filho da outra
 Outra realidade menos morta
 Tanta mentira, tanta força bruta
 [...]

Como é difícil acordar calado
 Se na calada da noite eu me dano
 Quero lançar um grito desumano
 Que é uma maneira de ser escutado
 Esse silêncio todo me atordoa
 Atordoadado eu permaneço atento
 Na arquibancada pra a qualquer momento
 Ver emergir o monstro da lagoa [...] (Cálice, 1978).

Segundo Eduardo Almeida Brasil (*apud* Silva, 2010), jornalista que passou pelas tentativas de silenciamento em Montes Claros, a canção apresenta, repetidas vezes, a sentença *Pai afasta de mim esse cálice*. Essa frase que percorre a música é cheia de simbolismo, especialmente no termo *cálice*, o qual tem a intenção de transmitir um trocadilho com a ideia intencionada pela palavra *cale-se*. O significado comunicado é o de um *cala a boca*. Para intensificar essa ideia de dor e sofrimento, o significado inicial, patente aos olhos, na frente do texto, é o do texto sagrado do cristianismo, na passagem que o Cristo afirma, no jardim do Getsêmani: “[...] Meu pai [...] passe de mim este cálice! [...]” (Bíblia, 2009, Mateus 26.39, p. 1291).

A imagem é alusiva, forte e evidente, há um entrelaçamento de ideias entre os diversos tipos de violência presentes no período da ditadura e o sofrimento do Cristo, momentos antes da crucificação, descrito pelo médico e evangelista Lucas nas seguintes palavras: “[...] estando em agonia [...] aconteceu que o seu suor se tornou como gotas de sangue caindo sobre a terra [...]” (Bíblia, 2009, Lucas 22.44, p. 1379). Somados esses elementos, o entendimento pode ser de um período ditatorial de agonia, marcado por sangue, dor, sofrimento, solidão e desespero, elementos esses também experienciados pelo Cristo. Um jeito, portanto, de desviar a fiscalização e censura, era as mensagens, comunicadas por jornalistas e artistas durante a ditadura militar, serem transmitidas via comunicação subliminar.

Pessoas que trabalharam na imprensa da Montes Claros daquela época afirmam que censores cortavam partes de materiais que viriam a ser publicações, não deixando passar

conteúdo que fosse julgado como polêmico aos olhos do regime (Silva, 2010). Sob a liderança de Georgino, houve uma busca por impedir e excluir partes de conteúdos que seriam publicados no período militar, na referida cidade do Norte de Minas. Por meio do discurso contra o comunismo, falas contrárias ao regime seriam censuradas. Discursos também eram produzidos, na intenção de manter e administrar o controle e poder a favor de si. O referido coronel foi além de uma atuação na imprensa, pois trabalhou como advogado para fazendeiros da região Norte de Minas, além de ter liderado tropas que violentaram camponeses dali (Camisasca, 2018). Esses modos de agir possibilitaram ao coronel-advogado o recebimento de terras como pagamento por conta de trabalhos prestados àqueles grandes fazendeiros. Consequentemente, Georgino crescia ainda mais em poder de repressão, exclusão e interdição.

De acordo com Evelina Antunes Fernandes de Oliveira (1994), empresários e militares montesclarenses tinham ciência da organização do golpe militar, o discurso deles era lutar contra o comunismo e contra a reforma agrária, considerada uma bandeira comunista. Partindo dessas ideias, jagunços e polícias fizeram uma caça a comunistas no Norte mineiro. Cobertura armada foi dada para que posseiros e pequenos produtores rurais fossem expulsos de terras em que habitavam. Propriedades rurais foram ampliadas de modo fraudulento na região, sendo o conflito de Cachoeirinha o mais conhecido dos casos. Ali, em síntese, Georgino atuou sob o lema da luta armada contra comunistas. Ele foi advogado de fazendeiros interessados em terras e também recebeu pagamentos em terras por serviços advocatícios e militares (Santos, 1985; COVEMG, 2017; Sanglard; Camisasca, 2020).

1.5 E o bolo? Foi dividido?

Por fim, voltando ao início do capítulo, especificamente à frase “É preciso fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo” (Netto *apud* Faucher, 2018, p. 124), que ficou conhecida na história brasileira como atribuída a Antônio Delfim Netto, ministro da fazenda de 1967 – 1974 (Rocha, 2021). O ex-ministro nega veementemente ter dito tal frase. Segundo ele, o que foi dito é que não é possível distribuir o que não foi produzido, a não ser que se tome emprestado (Netto, 2019; Novo, 2014). Independentemente de como foi, a charge a seguir (cf. figura 9), que funciona como uma crítica a um tipo de pensamento, aponta para tendências centralizadoras e desenvolvimentistas que caracterizaram a ditadura militar.

Figura 9 – Charge de Chicho Caruso sobre Antônio Delfim Netto, de 6 de outubro de 1979.



Fonte: Caruso, 1979.

Ao se analisar a disposição da época, é necessário ir além de questões racionais e decisórias tomadas por militares. A fim de que uma análise holística possa se tornar uma realidade, é mister considerar não só uma mudança que afetou o Brasil, mas as várias alterações pelas quais o país passou sob a ditadura militar brasileira. Atividades produtivas foram estruturadas de um novo modo. Houve um agravamento da concentração fundiária, por conta de questões relativas a crédito. Com mudanças decorrentes da modernização no campo, veio o aumento do êxodo rural, o que, conseqüentemente, trouxe um crescimento da pobreza urbana e da fome.

Tal processo de modernização é feito com diferenciação e exclusão de grupos da sociedade e de regiões econômicas do país. Não foi um processo que considerou singularidades e especificidades do espaço econômico, nem que se preocupou de modo central com a questão social. Regiões e estabelecimentos não inseridos no processo modernizador acabam sendo relegados a papéis periféricos na agricultura. Agricultores que vivem em estabelecimentos pequenos foram considerados força de trabalho restante, difícil de ser encaixada em algum ramo produtivo da economia rural.

Transformações no mercado de trabalho produzidas pela industrialização do campo levam ao crescimento de pessoas não beneficiadas pelo bolo repartido, as quais viveram em situação precária no que ficou convencionado sob a nomenclatura de mercado de trabalho informal (Delgado, 1985). No fim das contas, o bolo não foi dividido de forma equânime e digno de consideração, em todo esse cenário, é a questão do poder e pressões articuladas por diferentes grupos interessados em recursos concentrados no aparato estatal, recursos esses que distribuídos via políticas públicas. Sobre isso, Charles C. Mueller afirma que uma vez que

[...] recursos são a base do poder, tanto o regime como setores estão interessados uns nos recursos dos outros. O regime procura obter a combinação de recursos que considera necessária ao atingimento de seus objetivos; os setores querem recursos para seu próprio uso ou para intercambiar com outros setores e o regime [...] como estes [recursos] são escassos [...] o regime tem que decidir que setores serão mais afetados com sua alocação. Geralmente, as decisões de política tendem a beneficiar os setores com mais poder, que dão suporte ao regime. Os recursos de tais setores frequentemente são básicos para que o regime permaneça no poder [...] a formação de políticas é parte de um processo complexo do qual são parte o futuro do regime e o bem-estar de setores. Este processo compreende tanto a dimensão de racionalidade, de escolha em face de alternativas – a privilegiada pelo enfoque convencional – como a de poder, que interfere fundamentalmente nessa escolha (Mueller, 1984, p. 5-6).

Em resumo, com o golpe de 1964, que marcou o início da ditadura militar no Brasil, o meio rural sofreu alterações. O país passou, especialmente a partir dos anos 1970, por um veloz processo de urbanização. O país se torna mais urbano do que rural. Há um crescimento acentuado do comércio exterior, de modo notável de 1966 em diante. Muda-se a base técnica da produção rural, havendo ampla absorção de capital. Por fim, fechando todo esse pacote de alterações, está a questão do crédito rural, que motivou e sustentou a modernização intencionada por militares (Gonçalves Neto, 1997). A distribuição do subsídio, como visto, não ocorreu de modo homogêneo entre agricultores, mas centralizado em indivíduos com mais poder ou que já estavam envolvidos no processo de modernização, o que levou à miséria de pequenos produtores rurais e outros grupos (Gonçalves Neto, 1997).

Em suma, o bolo não foi dividido para toda a sociedade, mas repartido entre os grupos econômicos influentes e articulados com o regime ditatorial, ampliando ainda mais as desigualdades e abismos existentes entre diferentes grupos sociais. Discursos em torno do crescimento econômico, que ficou registrado na história como *milagre econômico*, além do nacionalismo-desenvolvimentista, serviram para criar uma polarização social que buscou mascarar as desigualdades sociais e alimentar um Estado repressor. Frases conhecidas, como *Brasil, ame-o ou deixe-o* e *ninguém mais segura esse país*, descrevem bem a estratégia do uso do poder militar e econômico, bem como de uma elite social para perpetuar-se no poder.

CAPÍTULO 2 – “A DITADURA SÓ PEGAVA QUEM ERA VAGABUNDO”

[...] veja bem, quando eu discuto com uma pessoa, digo que foi a época melhor da minha vida, eu estou com 80 anos, foi a época melhor da minha vida [...] Eles falam ditadura como sendo coisada assim, mas não, *eles pegava era só quem era vagabundo mesmo* [...] (Oliveira, 2019, ênfase minha)

O modelo implantado com o golpe de 1964 impactou mobilizações camponesas pelo Brasil. As mobilizações em si ocorreram no sentido de reconhecimento de direitos e lutas por acesso à terra. Violações de direitos humanos tiveram agravamento, sendo praticadas de modo sistemático contra trabalhadores rurais e contra aqueles que o apoiassem. A luta por parte de habitantes do campo, em busca de reforma agrária, foi algo ligado de modo central à tensão política e social. Militares buscavam controlar e suprimir, de modo autoritário, o tópico da referida reforma. A partir do capítulo anterior, foi possível observar algumas evidências de que, na história brasileira, durante a ditadura militar brasileira, há uma história dos que mandam e daqueles que participam do pacto político (Martins, 1981).

Durante aquele período, existiram atuações por parte de movimentos sindicais de ir contra o modelo que vinha sendo implantado. Abusos no campo fazem sindicatos cada vez mais ganharem forças entre camponeses, trazendo à tona contradições entre transição democrática e aumento da violência¹⁷ contra indivíduos do campo, questões essas resultantes de abusos e quebras de direitos humanos. Esses tópicos, além de disputas por terras, ocorreram por meio da atuação de agentes públicos. Tudo isso foi potencializado por projetos colocados em prática por militares, no sentido de modernização do país e do campo, conforme pôde ser observado de modo panorâmico no capítulo anterior.

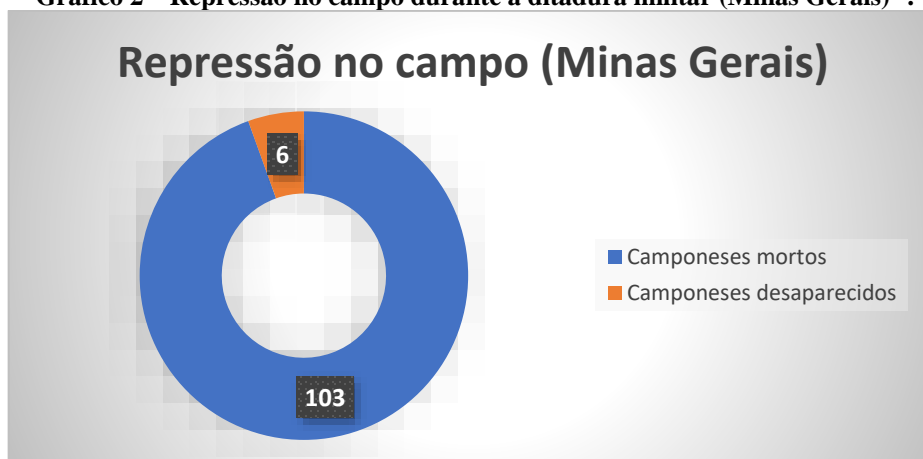
2.1 Ações contra trabalhadores rurais e seus apoiadores

A *Comissão da Verdade em Minas Gerais* (2017), a partir de suas pesquisas e levantamentos de dados, chegou à conclusão de que o caso do indivíduo do meio rural é um caso à parte, especialmente por conta de ser nesse âmbito que se observa uma exclusão intencional de camponeses da contagem oficial de vítimas da ditadura militar e de processos de reparação, o que contribui para reforçar uma ideia de ausência de conflitos e oposições políticas.

¹⁷ Cabe aqui retomar o sentido de violência adotado, que segue Fisk e Rai: “[...] ‘violência’ *consiste na ação em que o perpetrador considera infligir dor, sofrimento, medo, angústia, lesão, mutilação, desfiguração ou morte como o meio intrínseco, necessário ou desejável para os fins intencionados* [...] para os propósitos da teoria da violência virtuosa, ‘violência’ é o dano, sofrimento ou morte que pessoas cometem de propósito [...]” (Fisk; Rai, 2015, p. 2-3, ênfase dos autores).

Como já destacado na *introdução* da presente dissertação, optou-se por uma interpretação ampla da palavra *camponês*. Isso é feito com o objetivo de viabilizar a investigação de circunstâncias e autores ligados a casos graves de violações contra trabalhadores rurais, agricultores familiares, lavradores, posseiros e sindicalistas do campo, conforme ilustrado no gráfico 2.

Gráfico 2 – Repressão no campo durante a ditadura militar (Minas Gerais)¹⁸.



Fonte: Adaptado de COVEMG, 2017.

Camponês, então, engloba esses sujeitos, trabalhadores e moradores do campo, os quais dependem de maneira especial de um modo de ser com ligação à terra, isto é, são pessoas que dependem desse tipo de território a fim de obterem desenvolvimento individual e comunitário (Augusto, 2011). Quando foco é dado à violência contra esse grupo de pessoas, nota-se padrões nos modos de agir de agressores. Camponeses que eram vistos como obstáculos aos propósitos do regime, que faziam oposição aos que sofreram, que lutaram em conflitos de terras, que se mobilizaram de maneira coletiva e por reivindicações trabalhistas, eram executados de modo sumário, arbitrário e extrajudicial. Antes de execuções, vinham ameaças e tentativas de intimidação de posseiros, os quais chegavam a tentar denunciar os ocorridos a órgãos públicos.

Era comum haver desproporção entre as forças em disputa. Certamente, quem sofria com a assimetria de poder nas relações era a parte mais fraca e fragilizada, a saber, o lado dos posseiros (Teixeira; Lima, 2022; Souza, 2013; Fernandes, 2006). O período da ditadura militar ficou caracterizado por prisões e detenções não legais, arbitrárias. Já é algo bem sacramentado na literatura sobre a ditadura militar no Brasil a presença de torturas, tratamento vil, abuso de autoridade, perseguições políticas, ameaças à vida e cerceamento de acesso à justiça (Arns,

¹⁸ A partir de levantamentos de assassinatos, feitos por meio de cruzamentos de fontes (bibliográfica, documental e oral), a COVEMG identificou ao menos 109 casos de mortes ligadas a conflitos territoriais, reivindicações de direitos trabalhistas e mobilizações políticas no campo no Norte de Minas Gerais.

1985; Ferreira; Delgado, 2007; Reis; Ridenti; Motta, 2014). O gráfico 3 apresenta as formas de violências no campo praticadas durante a ditadura militar em Minas Gerais.

Gráfico 3 – Formas de violência nos crimes no campo durante a ditadura militar (Minas Gerais).



Fonte: Adaptado de COVEMG, 2017.

No caso da região Norte de Minas, violações de direitos humanos foram constatadas com base em dados levantados pela COVEMG (2017). A comissão revelou que, em áreas rurais, essas violações ocorreram principalmente em situações de expulsão de terras e expropriação de posseiros. As justificativas para essas ações são apresentadas no contexto contextualização mais amplo, discutido no capítulo anterior. A implantação de projetos governamentais, realizada frequentemente sem reparação e com uso de violência, resultou em deslocamentos forçados em várias partes do estado de Minas Gerais (cf. gráficos 2 e 3, tabela 2).

Tabela 2 – Cidades mineiras com o maior número de mortes durante a ditadura militar.

CIDADE	REGIÃO	MORTOS
Varzelândia	Norte	8
Miradouro	Zona da Mata	7
Porteirinha	Norte	4
Frei Gaspar	Jequitinhonha e Mucuri	3
Malacheta	Jequitinhonha e Mucuri	3
Paracatu	Noroeste	3
Sabinópolis	Rio Doce	3
Santa Maria do Suaçuí	Rio Doce	3
São Domingos do Prata	Central	3
São Francisco	Norte	3

Fonte: Adaptado de COVEMG, 2017.

Houve envolvimento do Estado em violações, por omissão e de modo direto, isolada e conjuntamente com agentes privados. Entre os responsáveis pelos atos perpetrados estiveram indivíduos que tinham como dever o cumprimento da lei, como a Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Federal, bem como aqueles em exercício de cargo público ligado aos poderes executivo, legislativo e judiciário. Existiram

[...] desaparecimentos forçados com participação de agentes do Estado e [...] com a participação de agentes privados. A relação de cumplicidade entre agentes do Estado e agentes privados nestes eventos, está indicada de uma forma geral na dimensão política e institucional, e de uma forma específica em casos concretos, na dimensão operacional; concluindo que de uma forma e de outra há evidência de responsabilidade do Estado (Brasil, 2013, p. 14).

Violações de direitos humanos ocorreram. Agentes privados e públicos agiam individualmente e/ou coletivamente. O poder público, por vezes, se omitia ou demonstrava conivência com o que ocorria contra posseiros. Quanto a agentes privados, são eles grandes donos de terras, como fazendeiros, grileiros e empresas rurais; enquanto que em se tratando de agentes de segurança privada, foram eles guardas, jagunços e pistoleiros. A conivência por parte do Estado foi por meio de fraudes cartoriais e esquemas de grilagem de terras devolutas no estado mineiro. A *Fundação Rural Mineira* (RURALMINAS), em sua atuação, acabou legitimando terras griladas e desfavorecendo posseiros. Comentando a respeito da atuação da RURALMINAS, durante o período da ditadura militar, Antônio Inácio Correia, agricultor e um dos dirigentes do *Sindicato de Trabalhadores Rurais de Januária*, afirma que o papel daquela

[...] era legalizar a terra. Mas qual era a atitude da Ruralminas? Na hora do confronto – ali, grileiro de um lado, reflorestadora de um lado, e comunidade de outro –, como é que a Ruralminas se posicionava? Na fazenda Casa-de-Telha a Ruralminas fez um levantamento, cobrou a taxa de medição, mas quando foi na hora de dar o título para os posseiros, roeu a corda. Eu fui a Belo Horizonte com o recibo do pagamento. Deram até um prazo para resolver, mas nunca vieram. A Ruralminas fez um trabalho verdadeiro de grileiro. Ela fazia era proteger o grileiro, trazer empresas para cá. Não importava que estava matando o povo. Dizia que ia trazer tantos milhões para a região, que ia dar tanto de emprego. A Ruralminas chefiava o negócio que lidava com a terra. Facilitou o negócio todo para esses grileiros (*In: Ribeiro, 2010, p. 55-56*).

Existiram casos específicos de policiais que apoiavam fazendeiros, algo que é notado, por exemplo, no caso de Georgino e Cachoeirinha, especificamente. A força policial também apoiava grileiros por meio de ações ilegais, violências e intimidação contra posseiros e os que buscavam apoiá-los. Ações eram tomadas no sentido de levar esses camponeses a abandonarem as terras em que estavam. Cercas, casas e plantações eram destruídas. Ameaças de execução eram feitas, além de espancamentos e detenções ilegais. A situação era ainda pior quando havia

atuação junto a pistoleiros ou jagunços, de modo a expulsar, de modo violento, camponeses, o que ocorria sem mandados judiciais. A omissão e a leniência por parte de policiais aconteciam pelo não registro de boletins de ocorrência ou por não investigar denúncias feitas por camponeses. Em relação a essas questões, a *Anistia Internacional* afirma:

É comum ocorrerem todos os tipos de violações de direitos humanos [...] no contexto de uma única disputa sobre a posse da terra. Assim, enquanto de um lado os camponeses são submetidos a detenções repetidas e arbitrárias e a maus-tratos sob custódia e ameaças de execução sumária por parte da polícia militar e dos pistoleiros, de outro, os responsáveis pela aplicação da lei deixam sistematicamente de responder a pedidos formais contra as ações dos pistoleiros ou de investigar mortes violentas de camponeses envolvidos na disputa [...] (ANISTIA INTERNACIONAL, 1988, p. 60).

Ameaças foram, portanto, praticadas por agentes públicos e privados. Essas ameaças foram dirigidas não só a posseiros, mas, também, aos sindicalistas e às pessoas que apoiavam lutas camponesas, como indivíduos que prestavam assessorias jurídicas, educativas ou sindicais. Movimentos sindicais eram monitorados e suprimidos pelo autoritarismo da ditadura militar. Órgãos do *Ministério do Trabalho* agiam em conjunto com órgãos de segurança e informação. Na história de trabalhadores rurais brasileiros, é possível notar que a trajetória desses indivíduos é de “[...] explorados, subordinados politicamente aos grandes proprietários, excluídos dos mais elementares direitos políticos e sociais [...] implica na dificuldade de preservação de sua memória social [...]” (Medeiros, 1989, p. 11).

A impressão herdada acerca do homem do campo é uma visão construída por vencedores no processo histórico. Com essa visão, buscou-se levar pessoas a pensarem que o trabalhador rural foi passivo, submisso, cordato, incapaz de criar e lutar por seus interesses. Apesar de alguns, com seus objetivos em prol de benefício pessoal, buscarem perpetuar uma ótica nesse sentido, quando se analisa o período em questão, nota-se que o indivíduo do campo não era um bobo passivo, ele reagia a ações dirigidas contra si, lutava por melhores condições de vida e trabalho.

2.2 Mudanças no Norte mineiro

Antes de aprofundar mais em discussões sobre violências e disputas de terras, fazem-se necessários comentários adicionais para melhor entender o contexto em que se deu as questões que vêm sendo discutidas até aqui. Conflitos agrários surgem, geralmente, por conta de ações estatais no sentido de planejamento territorial (Alcântara; Germani, 2004; cf. Razac, 2002; Carvalho, 2005; Dardot; Laval, 2019; Andrade, 1989; Galizoni, 2000). Como abordado no

capítulo anterior, a década de 1970 trouxe um novo impulso para a pecuária, graças à oferta de crédito subsidiado e abertura de agências bancárias no interior, facilitando e incentivando transações. A expansão do crédito e do sistema bancário coincide com registros de conflitos entre posseiros e grandes fazendeiros, decorrentes de disputas por terras comuns, que, apesar de serem transmitidas entre gerações de posseiros, apresentavam problemas de documentação. De acordo com Ferraro Júnior e Bursztyn, cinco eixos exerceram pressão sobre as comunidades de posseiros, especialmente a partir da década de 1970:

[...] 1) pressão ambiental, pela degradação da caatinga; 2) pressão política, com a criação de leis municipais obrigando o cercamento de áreas (leis dos quatro fios); 3) pressão fundiária, ocasionada pela grilagem de terras; 4) pressão econômica, pela valorização das terras; e 5) pressão técnica, em virtude das propostas de modernização da agricultura e da ampliação da pecuária (Ferraro Júnior; Bursztyn, 2010, p. 395).

Por conta de questões assim, ocorrem, nos anos 1970 e 1980, intensos conflitos, os quais, por sua vez, levam à formação de comunidades pastoris, formulação de sua categoria e aumento no número de sindicatos que buscaram lutar e defender interesses de posseiros. Como já mencionado no capítulo anterior, a influência da SUDENE, no sentido de programas governamentais, direcionou recursos para a área conhecida como *Polígono das Secas*, da qual o Norte de Minas faz parte. Por conta dessas ações, houve um avanço na ocupação de cerrados brasileiros dentro desse referido *Polígono*, algo que ocorreu por causa de uma expansão de relações capitalistas no campo.

A visão da ditadura militar era ocupar lugares julgados vazios de economia e de pessoas, como a Amazônia e cerrados, mesmo existindo diversos tipos de habitantes nesses espaços. Dentro dessa perspectiva, afirmam Luz e Dayrell (2000), solos de cerrados foram considerados estéreis, mas com topografia ideal para o mecanizar. Assim, parte dos investimentos foi direcionada para tecnologia que tornasse esses solos produtivos, de modo que produzissem produtos da pauta de exportação brasileira, como grãos, café e cana. Diante desse desenvolvimentismo, povos de cerrados, como os do Norte mineiro, são julgados pelo poder dominante como pobres e analfabetos, seres repletos de doenças e verminoses.

O desenvolvimentismo implantado, conduzido pelo poder público, não considerou os diversos tipos de populações, como camponeses, indígenas, quilombolas, pescadores, coletores e outros que ali viviam há séculos (Almeida, 2006; Ribeiro, 2010). Foi privilegiando grupos julgados como de maior contribuição aos propósitos do regime, como setores industriais e agroindustriais, que a modernização da região, investimentos públicos e financiamentos subsidiados foram levados a cabo. Os beneficiados pelo modelo adotado foram projetos

pecuários, de irrigação, reflorestamentos de monocultura, estímulo à monocultura do algodão, bem como o disseminar de práticas agrícolas consideradas avançadas (Ribeiro; Galizoni; Calixto; Assis; Ayres; Silvestre, 2005; Ribeiro, 2010).

Até os anos de 1970, a base produtiva Norte-mineira estava assentada sobre a pecuária extensiva, sendo colocada em prática em lugares com terrenos mais férteis e com morros com caatinga. A economia local e regional não era apenas marcada pela pecuária extensiva, também era conhecida por sua agricultura de subsistência e comércio. A agricultura diversificada, que geralmente tinha por produção milho, feijão, cana, mandioca e arroz, ligados à produção de pequenos animais, estava orientada para abastecer a região local. Com o desenvolvimentismo excludente, esses povos locais passaram a ser penalizados. A narrativa de elites passou a sustentar que a região era atrasada e padecia com pobreza por conta das secas. Além disso, sustentava-se que o desenvolvimento concebido por eles resolveria os problemas decorrentes do isolamento econômico da região (Luz; Dayrell, 2000; Pereira, 2022).

Não foi isso que ocorreu, pois o que se testemunhou foi um tipo de desenvolvimentismo a abalar a agricultura familiar tradicional, edificada em séculos de convivência com os ecossistemas e seus limites agroambientais. Abismos sociais e econômicos foram agravados e recursos naturais, como água, solos e biodiversidade foram rapidamente sendo deteriorados (Correia; Ribeiro; Ayres, 2010; Ribeiro, 2010). Segundo Diegues (1996), além da marginalização política, vieram supostas inovações, a partir de cidades, que contribuíram para transformar sociedades camponesas. Na América Latina, programas desenvolvimentistas focados em tecnologia foram colocados em prática a partir da agricultura moderna como matriz, sendo algo que não atendeu necessidades de camponeses locais, nem potencializou o aproveitamento de sistemas agrícolas e ecológicos.

Dentro desse cenário de mudanças trazidas pela ideologia do desenvolvimento, a pecuária extensiva foi um dos setores incentivados. Poucos proprietários tiveram acesso a crédito subsidiado para modernizarem suas fazendas e implantarem pastagens melhoradas, construção de instalações, cercas, aquisição e melhoramento de rebanhos. Fazendeiros que usaram tais financiamentos subsidiados, cercaram propriedades e retiraram pessoas que habitavam ali anteriormente¹⁹, como agregados ou posseiros (Ferraro Júnior; Bursztyn, 2010).

¹⁹ Para não fugir do escopo, não se retrocede aqui a tempos passados, na intenção de fazer um panorama, desde o Brasil colônia, para explicar quem são esses posseiros e de onde vieram, de modo a serem encontrados a habitar em territórios que vivem até tempos atuais. Caso o leitor tenha interesse sobre o assunto, sugere-se a leitura do artigo de Ferraro Júnior e Bursztyn, intitulado *Das sesmarias à resistência ao cercamento: razões históricas dos fundos de pasto*, publicado em 2010.

Costa (1997) afirma que há um rompimento de solidariedade vertical entre grandes proprietários, de um lado, e agregados e posseiros, do outro. Nos anos 1960, com o Norte de Minas dentro da área de atuação da SUDENE e com o vigorar do estatuto da terra propiciando a posseiros e agregados o domínio da terra em que estavam, proprietários de grande porte do Norte-mineiro, assim como ocorreu no restante do Brasil, quebram a solidariedade vertical com agregados, parentes e compadres, e priorizam alianças entre iguais. Com isso, há um deslocar do centro econômico de vida de grandes fazendeiros, da fazenda para a cidade.

O despejo de muitos camponeses da zona rural acaba por contribuir como fator adicional para esvaziar o campo e para o aumento demográfico explosivo de várias cidades no Norte de Minas, como é o caso de Monte Claros, e outros lugares do Brasil. Tal questão remete ao contexto trazido no capítulo anterior, quando se falou das mudanças urbanas, sociais, imigração e pobreza ligadas ao cenário mais amplo do Brasil e específico da cidade montesclarensense. Foi nessa época que, com recursos financeiros, facilidades fiscais e acesso grátis a terras que empresas reflorestadoras se instalaram em regiões do Norte de Minas Gerais.

Inicialmente, com a vinda de firmas, houve euforia. Políticos locais, técnicos de instituições públicas e gerentes de banco propalavam promessas de grandes coisas, como que a região seria mais produtiva, empregos e rendas seriam gerados e o desenvolvimento se faria presente. A propaganda era que todos sairiam ganhando (Oliveira; Rodrigues; Cardoso; Botelho, 2000). O acesso à terra também chegou a ocorrer por meio de compra de direitos de posse de posseiros. Por conta de limites de áreas ocupadas por posseiros serem imprecisos, por causa da extensão e descontinuidade da apropriação, empresas se aproveitavam da situação para cercarem grandes áreas, independente de viverem famílias ali (Correia; Ribeiro; Ayres, 2010; Ribeiro, 2010).

Governos, a nível federal e estadual, eram generosos para com grandes empreendimentos, ao passo que foram implacáveis com agricultores pequenos. De acordo com o censo de 1985, elaborado pelo IBGE, as terras do município passaram a ser mais concentradas que na década anterior. Na prática, portanto, o que se viu foi que o processo de modernização da agricultura (com a monocultura de eucalipto e pecuária extensiva, por exemplo) trouxe maior exclusão da agricultura camponesa. Aliado a isso, é possível mencionar que a RURALMINAS, em processos de regularização de posses de posseiros, só reconheceu como posse aqueles territórios fechados de quintais e roças, sem incluir a lógica de ocupação comunal e descontínua de terras de solta, há séculos manejadas por camponeses.

Em resumo, falar de violações ocorridas na área rural mineira, durante a ditadura, envolve considerar ações desenvolvimentistas por parte de um Estado centralizador. Foram

ações estatais, com iniciativas modernizadoras, combinadas com interesses de fazendeiros e grandes empresas, que resultaram em uma concentração fundiária violenta e intensa. O Estado, de diversos modos, deu respaldo e pôs em execução ações que expulsaram os trabalhadores de suas terras. Os posseiros foram cada vez mais empurrados para centros urbanos ou colocados sob modos precários de trabalho em fazendas. Ações de grileiros contra posseiros e conflitos provenientes de tentativas de expulsão foram disseminados de modo rápido.

Aumentou também a organização de trabalhadores em busca de ir contra tal processo, por meio da formação de ligas, associações e sindicatos em vários lugares do estado de Minas Gerais. Obviamente, a perseguição foi estendida a sindicatos, líderes camponeses e manifestações públicas trabalhistas e por reforma agrária. A implantação de um modelo modernizador e de mecanização da produção rural, sua associação a modelos capitalistas desenvolvimentistas, alianças com empresas de agricultura e abertura de empreendimentos com a ajuda de investimentos estrangeiros foram fatores agravantes que acabaram por prejudicar posseiros (COVEMG, 2017).

2.3 A ditadura realmente pegava só quem era vagabundo?

Como é de conhecimento público, violências e arbitrariedades foram cometidas por agentes do Estado em áreas rurais, dentro da ditadura militar, durante os processos de despejos de posseiros de lugares onde viviam. Por meio da atuação do coronel e de suas ações, algumas dessas violências são notadas no Norte de Minas Gerais. Segundo Chaves (2006), o município de Varzelândia, à época da ditadura, era tido como uma região infestada por comunistas. Houve esforços no sentido de instaurar um medo do comunismo, mesmo sem pessoas mais comuns não saberem do que se tratava aquilo. A solidariedade e união existente entre posseiros era vista como sinal demarcador de que eram comunistas.

A conjuntura não favorecia posseiros, senão ruralistas. Grandes fazendeiros, que apoiaram o golpe militar, se colocavam como vencedores na luta contra o comunismo. Posseiros eram considerados comunistas e subversivos. Em Cachoeirinha, como já destacado, o coronel Georgino, comandante do *10º Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros*, defendeu interesses pessoais e de outros grileiros, no que ficou conhecido como um dos maiores e mais violentos despejos de posseiros em Minas Gerais. Em cumprimento a ordem de despejo

que saiu em pouco tempo, emitida pelo juiz de paz conhecido como Juquinha da Ponte, da cidade de São João da Ponte, posseiros, a maioria composta por negros²⁰, sofreram violências.

Em 1967, debaixo do comando da policia militar mineira, foram mobilizados jipes da corporação, para a destruição de casebres, que, depois, eram incendiados, junto de pertences de posseiros. Os despejados passaram a viver do outro lado do rio Verde, acampados debaixo de árvores, tendo apenas a roupa do corpo. As terras onde viviam anteriormente foram repassadas a fazendeiros da região, dos quais Georgino era um, além de ter atuado ali como advogado e executor da ordem de despejo. Na mesma região do Norte de Minas, também no município de Varzelândia, é que emerge a história de Salustiano Gomes Ferreira, conhecido como Saluzinho. Em uma madrugada do mês de outubro de 1967, nas palavras do próprio, por volta de

[...] cinco horas da manhã [...] Eu já estava levantando quando ouvi um batido de animal e alguém chamando do lado de fora. Abri a porta um tiquinho e olhei. Eu estava nu da cintura pra cima. Era uma turma de homens a cavalo. O que estava na frente perguntou:

– Você é o tal Saluzinho?

– Sim, tá falando com ele mesmo.

Daí eu só ouvi o barulho. Pulei pra trás e foi aquele pipoco só. O pau da porta ficou todo esbagaçado [...] (Saluzinho *apud* Chaves, 2006, p. 98).

Foram vários disparos seguidos. O posseiro, então, pegou, atrás da porta, sua garrucha de dois canos, utilizada para enfrentar emergências em suas atividades campesinas, e atirou no rumo dos agressores, acertando dois indivíduos, cada um com um tiro. Um revólver de um dos agressores, que caiu perto dele, foi usado, de modo a afastar aqueles indivíduos. Saluzinho tinha acertado João Brejeiro, pistoleiro e empregado de fazendeiro, além do Cabo Barral, um policial militar. Depois disso, Salustiano decidiu ficar em uma gruta das proximidades, para se defender de um novo ataque, a conselho de outros posseiros.

Menos de 24 horas depois, prossegue Chaves (2006), os agressores voltam à casa onde houve a primeira investida. Todos estavam fardados, com a vestimenta da Policia Militar e mais armados ainda. Os policiais saíram prendendo posseiros, utilizando como pretexto o discurso de que eram subversivos. Alguns foram espancados por não saberem onde estava Salustiano. Dezesesseis foram levados para o *10º Batalhão de Montes Claros*, o centro de atuação, baseado

²⁰ Essa questão racial é uma constante na autobiografia do coronel Georgino. Ele apresenta vários contos de partes de sua vida, os quais carregam a temática de sua cor e preconceitos que sofreu (cf. Souza, 1996, p. 65). “Ora, sou um negro nascido trinta anos após a Abolição, e vivi minha infância ouvindo falar de libertação do elemento servil, que, assim, éramos chamados [...] Menino negro, pobre e feio, filho de pais não casados, vivi num mundo de brancos de cultura bem acima da cultura sertaneja da época, isto é, em minha Caetitê” (Souza, 1996, p. 64). Tal questão de ele ser negro e ter agido com violência para com os seus de cor não passa despercebida. O nome da cidade em que nasceu e foi criado, Caetitê, também é curioso diante de um evento da vida do coronel, o qual será visto no próximo capítulo.

na cidade e que estendia seus braços ditatoriais sobre o campo Norte-mineiro. A mulher e filhos de Saluzinho foram encontrados na casa onde se esconderam, pertencente a um vizinho.

Buscando extrair informações do paradeiro de Salustiano, na presença dos filhos e de alguns posseiros, indivíduos despiram e penduraram a mulher de Saluzinho de cabeça para baixo, em um pé de umbuzeiro, açoitando-a com uma vara de feijão andu, até sangrar, enquanto os filhos pequenos eram obrigados a comer terra misturada com feijão. Como não conseguiam informações, queimaram os bicos dos seus seios com cigarro e enfiaram uma vara em seu ânus. Um posseiro, não suportando a cena, disse aos policiais onde estava o marido da mulher.

Era 17 de novembro de 1967 quando jagunços do influente fazendeiro Oswaldo Alves Antunes, ligado a elites de Montes Claros, e policiais foram, sem mandado judicial, à casa de Saluzinho, no intento de tirá-lo daquele território. Informação curiosa é que esse fazendeiro, além de estar ligado à cidade, também era advogado, além de proprietário de *O Jornal de Montes Claros*. Esse indivíduo, para buscar seus interesses pessoais, usou a imprensa regional para criar um clima de terror, usando um discurso sobre o avanço do comunismo por aquela região (Dayrell; Cesar; Fernandes; Santos, 2018). Quando foi para a gruta, Saluzinho levou consigo a garrucha, um revólver 38 e duas espingardas (Zangelmi; Queler, 2021).

Chegando ali, policiais tentaram atirar contra ele, o qual revidou. Com um militar ferido, policiais buscaram colocar gasolina dentro da gruta e fogo. Mesmo assim, fumaça e chamas não fizeram o posseiro sair dali. Reforço policial foi enviado de Montes Claros, bananas de dinamite foram usadas para tentar explodir a gruta, o que levou o posseiro a ficar com alto grau de surdez pelo restante de sua vida. Apesar dos explosivos, ele ali continuou (Chaves, 2006). O DOPS enviou uma força especializada de quarenta homens para prender o camponês.

A repercussão da história foi tamanha que chegou até mesmo a São Paulo, com publicação no jornal *O Estado de São Paulo* (cf. Anexo A e B), com um relato com informações diferentes das apresentadas pelo artigo escrito por Chaves (2006). A única referência que o autor traz em seu texto é de uma fala de Saluzinho. Para as demais informações, embasamento teórico não é oferecido. O relato do jornal paulista descreve a situação com ênfases diferentes. Tal questão traz à tona a discussão presente no campo da história sobre diferentes narrativas e disputas históricas. Sabe-se que diferentes narrativas enfatizam diferentes óticas sobre algo. Há casos em que humanos criam, retiram, acrescentam, omitem e/ou mentem sobre algo (Alves, 2022).

Não se pretende aqui postular ou chegar à conclusão de qual narrativa está certa, mas questionar as duas visões aqui apresentadas, mostrando que diferentes lados apontam diferentes perspectivas sobre uma mesma situação. Prosseguindo, o jornal *O Estado de São Paulo*, de 22

de novembro de 1967, na reportagem, traz em letras garrafais e em negrito, o título “**Invasor de terras é cercado pela polícia**”, além dos três subtítulos “INVASÃO DE TERRAS; BALA NA CABEÇA; SUBVERSÃO”, todos em caixa alta (SUCURSAIS BH/POA, 1967, p. 5). Saluzinho é descrito como um invasor, um indivíduo armado com três espingardas, uma pistola, um revólver e várias facas “[...] resistindo ao cerco de 15 soldados da Polícia Militar mineira há três dias [...]” (*Ibid.*, p. 5).

Segundo o relato, o camponês estava escondido em uma gruta próxima de Serra Azul, a duzentos quilômetros de Montes Claros, após chefiar uma invasão de terras na região e ferido quatro policiais que buscaram prendê-lo. O periódico afirma que, de acordo com a polícia, Saluzinho é muito perigoso e age debaixo de ordens de Pedro Laurentino, um agitador profissional que já fez parte da *Superintendência de Política Agrária* (SUPRA) (cf. Natividade, 2013) e “[...] tenta agora impedir a implantação de um plano de reforma agrária na região, onde moram 200 famílias” (SUCURSAIS BH/POA, 1967, p. 5).

Segundo relato policial, tudo começou no “[...] dia 13 último, quando Saluzinho e mais quatro homens, todos armados [...]” (*Ibid.*, p. 5) invadiram a fazenda de Osvaldo Antunes, assumindo o controle da fazenda e obrigando o capataz a abandoná-la. O dono da fazenda então avisou a polícia e o delegado de Montes Claros mandou três homens investigarem o caso no lugar. Quando chegaram à fazenda, esses militares foram recebidos a tiros. Assim, o comandante do *10º Batalhão* enviou 15 soldados para a região. Avisado do fato, sustenta o jornal, Saluzinho juntou mais 14 homens, preparando armadilha para os militares. Não houve tiroteio, porque muitos abandonaram Saluzinho, o qual se escondeu na casa da fazenda, junto de um capanga apenas.

Quando o tenente, chamado Petrônio, tentou invadir sozinho a casa, ele levou “[...] dois balanças na cabeça [...] [ficando] em estado grave no Hospital Militar” (*Ibid.*, p. 5). O ferimento deste comandante da operação teria desnortado os outros soldados, possibilitando a fuga de Saluzinho e seu companheiro para uma gruta que ficava na fazenda. O comando, então, foi assumido pelo capitão José dos Santos, o qual cercou a gruta, “[...] obrigando o capanga a se render. Este, João Antônio, disse que Saluzinho já tem várias mortes no Paraná e está disposto a resistir até a morte” (*Ibid.*, p. 5).

Àquela altura, alguns indivíduos que ajudaram Saluzinho na invasão de terras já estavam presos em Montes Claros, os quais têm seus nomes mencionados: “[...] Pedro Neri de Novais, José Fonseca Neri, José Ângelo Sobrinho, Carlos Fonseca Neri, João Antônio de Oliveira e Manoel Marques” (*Ibid.*, p. 5). A partir do dado registrado na matéria, de que o delegado de Montes Claros entende que a invasão de terras tem aspecto grave na região, é possível tomar

ciência de que os conflitos agrários no Norte de Minas era algo que era conhecido de indivíduos da sociedade montesclarenses. Segundo o texto, aquele lugar era conhecido por seus “[...] meios precários de comunicações, o que favorece a atuação de agitadores [...]” (*Ibid.*, p. 5) (o que pode ser válido para o lado oposto ao dos posseiros, isto é, favorecer grandes fazendeiros).

“[...] Diariamente os posseiros derrubam as cercas construídas pelos fazendeiros da região e vice-versa, o que agrava a situação” (*Ibid.*, p. 5). Além disso, o delegado afirmou que a prisão de Saluzinho afastaria o surgimento de novos focos de subversão. Trazendo informações também diferentes, há outro recorte, publicado pelo mesmo jornal, *O Estado de São Paulo*, dois dias após a publicação anterior sobre o caso. Segundo a matéria, autoridades policiais montesclarenses ficaram surpresas com a resistência física do pistoleiro, que suportou por três dias os gases de bombas lançadas na gruta em que buscou refúgio.

“Interrogado durante a noite de ontem, Saluzinho contou que não se entregou antes porque pensava estar sendo perseguido por jagunços” (SUCURSAL BH, 1967, p. 5). Segundo o jornal, “[...] a polícia mantém presos, sob a acusação de estar implicados nos incidentes, os 13 camponeses que acompanharam Saluzinho até a gruta e depois resolveram se entregar [...]” (*Ibid.*, p. 5). João Antônio Bernardes foi o único que ficou lá por mais tempo. Quando a polícia chegou, ele saiu com as mãos para o alto, enquanto Saluzinho ficou e iniciou o tiroteio. Quando levado para Montes Claros, o posseiro ficou sentado em uma cadeira do *10º Batalhão*, contando sua história. O texto conclui afirmando que “[...] Ele ficará preso em Montes Claros até que a Justiça decida sobre seu destino” (*Ibid.*, p. 5).

Segundo Alves e Athayde (2023), no sexto dia estando na gruta e com cobertura nacional de imprensa, Salustiano negociou rendição, por medo de ser assassinado ali. Depois de se entregar, ele foi colocado em uma caçamba de caminhão, que circulou pela cidade de Montes Claros. A notícia de sua prisão espalhou e pessoas ficavam curiosas com aquele indivíduo. Por onde ia o comboio, rumo à cidade montesclarenses, havia aglomeração de povos nas ruas no intuito de vê-lo. Inicialmente, Saluzinho ficou cerca de quatro meses em uma cela do *10º Batalhão de Montes Claros*. Ali, ele foi interrogado por diferentes autoridades e parte da população ficava curiosa em saber se aquele indivíduo, considerado comunista, fazia parte de algum grupo organizado e subversivo.

Depois dessa passagem por Montes Claros, o camponês ficou preso em Belo Horizonte. Na capital do estado mineiro, um pedido de *habeas corpus* em seu favor foi negado por um desembargador, chamado Laire Santos, o qual tinha sido juiz de direito em Montes Claros e amigo do fazendeiro Oswaldo Antunes (Chaves, 2006). Segundo o relatório da COVEMG (2017), o intento da polícia em exibir o posseiro foi no sentido de mostrar que prenderam o

criminoso mais perigoso do Norte de Minas. A ideia era favorecer e reforçar o discurso presente durante a ditadura militar de luta contra o comunismo, de modo que, após sua prisão, jornais trataram-no como comunista, invasor de terras, fera, assassino incontrolável com prazer em assassinar, mesmo ele não tendo participação na política, nem ciência do que um comunista seria (Chaves, 2006).

Após sair da vida no cárcere, ele passou a viver escondido, mesmo inocentado de acusações (Miranda, 2017). Sua esposa, segundo um dos filhos, morreu meses depois do marido ser solto, por conta de sequelas de torturas perpetradas pela polícia contra ela. Por conta de torturas a que foi submetida, Dulce Gonçalves Pereira (ou Dúlcia Gonçalves de Araújo), faleceu com 42 anos, nas mãos do último médico que a atendeu, a saber, Pedro Martins (Chaves, 2006). Mesmo testemunhas oculares e outras fontes testificando que ela morreu em decorrência de maus tratos, a COVEMG (2017) sustenta que não conseguiu encontrar documentos comprobatórios da causa da morte e, assim, colocá-la como uma das vítimas da ditadura.

2.4 A racionalidade da violência

Há, na formação militar²¹, uma potencialidade que pode trazer certas influências no indivíduo sujeito a esse tipo de tratamento, o qual também tem a possibilidade de ser perpetuado, via transmissão, no modo como policiais podem vir a tratar e se dirigirem a subalternos e civis²². Uma racionalidade de violência está presente na vida militar, existe um modelo que carrega em seu bojo elementos como controle de condutas, submissão, hierarquia, regras, ordem, disciplina e comando (Motta, 1981; Ramos, 2006; Tragtenberg, 2006; Lhuilier,

²¹ Essa questão formativa e educacional é dúplice, porque, além de ter passado pela formação militar, Georgino teve um pai que também foi militar, o que pode significar que ele tenha tido uma educação mais rígida e exigente. Em sua autobiografia, Georgino fala de seu pai como “[...] Delegado [...]”, “[...] O Tenente, meu pai [...]” (Souza, 1996, p. 38) e “Tenente da Guarda Nacional, meu pai nunca vestira farda, jamais usara uma arma, mas impregnou-se de um surpreendente espírito militar, que nos comandava a todos, na base do caráter, disciplina e estudo” (Souza, 1996, p. 83).

²² Sobre a violência virtuosa na formação militar, hierarquia militar e o acostumar-se com tratamentos mais chocantes e violentos, nota-se, também em sua autobiografia, partes em que ele menciona essa educação por parte do militarismo. Ele conta sobre um instrutor que teve, Cabo Abel, durante a Escola de Recrutados, o qual se apresentou para sua turma do seguinte modo: “– ‘Eu sou o Cabo Abel, superior de vocês. Acima de mim está o sargento Souza e outros mais, superiores de nós todos. Mas eu é que vou amansar vocês. Entenderam?’”. A isso, aqueles iniciantes na vida militar responderam: “– Sim, senhor!”. O Cabo, por sua vez, retrucou: “– ‘Sim senhor, não, animais! Quando o superior pergunta ‘entenderam?’, vocês devem responder ‘entendido’. Entenderam? [...] Aos gritos e que gritos!, mandou que deitássemos, que rolássemos, que corrêssemos, que parássemos e que voltássemos à primitiva posição” (Souza, 1996, p. 59-60; cf. p. 59-62, 101). “[Cabo Antunes:] – Meninos, eu sou perito na arte da guerra e guerra é coisa feia, própria para machos e remachados. Vou judiar muito com vocês, mas quando acabar minha judiação, vocês estão prontos para a arte da guerra [...] [Georgino:] A ‘judiação’ do Cabo Antunes era ‘judiação’ mesmo, coisa de arrasar, arranca-rabos de esfolar os mais animados. Como era homem de rico vocabulário, às vezes substituiu a palavra judiação pela palavra ‘desbunde’, de desbundar, isto é, de tirar as gorduras, especialmente as da bunda” (Souza, 1996, p. 120).

2013). Formas de controle contribuem para uma dominação física, psicológica e afetiva (Enriquez, 1991, 1997; Pagès; Bonetti; Gaulejac; Descendre, 2006).

O modelo militar de organização pode fomentar idealizações e fantasias de desejo narcisista, ilusão de superpotência, vigor heroico e poder simbólico (Dias; Siqueira; Ferreira, 2023). A organização do trabalho militar é fundamentada sobre disciplina e hierarquia (Minayo; Souza; Constantino, 2008; Owen, 2016) e o poder de tais elementos é notado em rituais, treinamentos, mitos, símbolos e insígnias corporativas, de modo a comunicar a seus membros como as coisas são e funcionam, quem manda e quem obedece. Além disso, policiais tendem a estar mais expostos à violência e situações perigosas (Jenkins; Allison; Innes; Violanti; Andrew, 2018).

Por conta dessas questões, a dimensão psicológica está constantemente em jogo. *Mandar, fazer e cumprir* são infinitivos bem presentes na realidade policial. Esses termos operam como materializadores de poder hierárquico, estabelecendo uma relação de domínio e sujeição policial. Ordenança e submissão fazem parte do vocabulário militar. Por meio de regras e modos de treinamento regula-se a conduta de indivíduos (Dias; Siqueira; Ferreira, 2023). A presença de termos discursivos como *a qualquer custo*, observado em falas do coronel Georgino, bem como ideias relativas a *sacrifício e preço* pode ter ligação com a ideia de querer ser herói, além de ter reconhecimento e sensação de poder (Enriquez, 1991).

Quando, no próximo capítulo, forem observadas mais violências perpetradas por e sob responsabilidade do coronel Georgino contra posseiros, será possível notar que há indivíduos que são capazes de fazer danos a outros, sem terem remorso ou arrependimento (Bernal; Domínguez; Jiménez, 2018). Pessoas assim podem fazer danos a outras sem se sentirem culpadas (Ovejero Bernal, 2018). Esse tipo de comportamento pode até ser justificado pelo indivíduo. No trato dirigido a indesejados, a prática é de desumanizar para justificar. Para legitimar um modo ontológico, justifica-se essa maneira com motivos moralmente teóricos e pessoais. Com a crença pessoal de que se está agindo de modo pessoalmente certo, não demora muito para que um indivíduo pratique ataques e violências. Muitas pessoas realizam atos de violência principalmente por acreditarem ter o direito moral de cometê-los (Fiske; Rai, 2015).

Se um indivíduo como o Georgino afirmou estar limpando, à época, a mãe pátria da corrupção, estando disposto a pagar qualquer preço para impedir bandidos comunistas em seu trabalho de tornar o Brasil em uma espécie de Cuba, logo se nota que uma crença é usada para justificar um procedimento. Ou seja, uma epistemologia é utilizada para dar razão a uma ontologia anteriormente existente (isto é, a ontologia precede a epistemologia) (Sire, 2012). Para que o lado considerado ruim do ser não seja tão avultado, um indivíduo pode escolher

justificar seu modo de vida com uma teoria, discurso ou modelo que embase esse estilo de proceder. Às vezes, nem é necessário ter justificativas para se agir de determinado modo, pessoas simplesmente fazem porque querem e têm prazer em fazê-lo, ou porque, em seu caminho de escalada rumo a posses, ter e poder, há obstáculos (no caso, posseiros) atrapalhando e que devem ser exterminados.

Não é necessário ter traço psicopatológico para exercer violência contra outrem. Por trás de comportamentos violentos, há normas culturais que garantem que pessoas violentas não sintam que estão fazendo algo errado. Elas estão convictas de que estão agindo de modo justo (Bernal; Domínguez; Jiménez, 2018). Mesmo que, socialmente, violência seja considerado algo mal e imoral, aqueles que, por exemplo, ferem ou matam alguém, geralmente o fazem por sentirem que devem fazê-lo, isto é, sentem que, em sua perspectiva pessoal, é algo moralmente correto e que devem ser violentos. A maior parte da violência possui motivação moral.

A moralidade, portanto, regula relações sociais, sendo a violência um modo de regular essas relações. A violência, para aquele que a perpetra, não é um ato maligno, mas um ato de justiça, daí ser ela, para ele, um comportamento virtuoso, uma violência virtuosa, digna de ser praticada, para eliminar aquilo que é considerado ruim. Segundo Fiske e Rai (2015), as culturas têm muitas pessoas que acreditam que prejudicar ou matar outras pessoas é um direito fundamental, que é louvável a violência de outras pessoas contra terceiros. É por isso que esses autores afirmam que, para prevenção e redução da violência, é preciso ter em vista suas raízes morais, porque “[...] A maior parte da violência é *moralmente motivada* [...]” (Fiske; Rai, 2015, p. 1, ênfase do autor, minha tradução).

Os autores oferecem dados empíricos que sustentam sua teoria. Estima-se, por exemplo, que, no século XX, soldados mataram mais de 100 milhões de pessoas e feriram ainda mais. Em todos os casos, afirmam, os soldados fizeram-no por obediência, honra militar ou patriotismo. Quando os autores usam o termo *moral*, é no sentido do que pessoas tendem a sentir, pensar e acreditar ser moral, ou seja, seus motivos morais, percepção de suas obrigações e compromissos. Essas moralidades populares intuitivas são diferentes de julgamentos e sentimentos morais de outras pessoas. A violência é moral na ótica do perpetrador. É um uso do termo *moral* de modo descritivo, não prescritivo. Na maioria das situações, sentimentos morais de perpetradores são consistentes com sentimentos e julgamentos de suas comunidades culturais, por mais que possam diferir dos de outras culturas²³.

²³ A questão de juízo moral e pessoal, além da violência virtuosa, pode ser vista quando Georgino conta em um dos capítulos de sua autobiografia que, na posição de delegado especial de polícia, odeia estupradores e ladrões e que “[...] quando me caíam nas mãos delinquentes dessa laia, determinava se procedesse neles, bem incrustada

Segundo Castro (2022), agentes da repressão, no período da ditadura militar brasileira, perpetraram práticas de mal banal (Arendt, 2013), uma violência considerada virtuosa e necessária aos olhos do perpetrador. A vida do militar é baseada em um esquema de cumprir função e missão. A violência militar é considerada nobre, justificada e superior a outras, é uma violência virtuosa (Fiske; Rai, 2015). Segundo Castro (2022), esse processo é facilitado por causa da violência que eles sofrem e praticam desde a introdução na vida militar. A violência reproduzida não é vista como maldade, mas como digna, virtuosa, necessária para moldar o soldado e cumprir objetivos implicados nas funções e deveres militares.

No discursivo da ditadura, há uma tendência de desresponsabilização. Observa-se isso em justificativas de vocação, cumprimento do dever e chamado patriótico, como já mencionado pelo tom da afirmação do coronel Georgino de que, “[...] naquele momento histórico, acreditava piamente que [...] [estaria] limpando a pátria de toda a corrupção” e disposto a, junto dos subordinados, “[...] pagar qualquer preço [...] para barrar os bandidos comunistas no seu trabalho de cubanização do Brasil [...]” (*apud* Alves; Athayde; Bicalho; Costa, 2023, p. 2; cf. Souza, 1996).

Essa violência, virtuosa aos olhos do referido militar, é observada, de modo nu e cru, no modo como posseiros a receberam. Para testificar quanto a isso, menciona-se, como exemplo, partes de relatos de posseiros, primeiro do Adão Alves Barbosa e, depois, da Geralda Lopes da Silva: “Chegou um tal de coronel Georgino Jorge de Souza comandante do 10º *Batalhão de Montes Claros*, chegou com policiamento, aí pôs todo mundo para fora, queimou casa, matou gente e, daí para cá, virou a violência direta pro povo” (Barbosa *apud* Sanglard; Camisasca, 2020, p. 330). “[...] ele era o capataz pior que tinha aqui [...] ele chamava os sem-terra era de cachorro e que se aqueles cachorros passassem na fazenda dele, que era pra matar um por um” (Silva *apud* Sanglard; Camisasca, 2020, p. 330).

A violência considerada virtuosa por parte de oficiais da ditadura militar, segundo Castro (2022), tem papel ideológico no processo de justificar a prática do mal. A violência é tomada como necessária e justificável (Fiske; Rai, 2015). Considerando a perversidade

nas suas peles e mentes, a convicção de que tais coisas não se fazem, mas não se fazem mesmo. Ora, ainda segundo dizem, sendo eu homem piedoso e muito sensível, custava-me dar tal ordem, sem que o meliante aditasse ao seu delito, algo que me dissesse respeito muito pessoalmente” (Souza, 1996, p. 42). A partir da leitura da autobiografia, percebe-se, de modo implícito e explícito, que o coronel tinha fama de maligno e truculento. Utilizando-se do conceito de violência virtuosa, pode-se afirmar que aquele que a pratica fica cego para seu próprio mal, ele vê a violência como algo correto e que, em seu procedimento, ele está sendo justo e piedoso: “No princípio dos anos 50, era eu Delegado Especial de Polícia no Triângulo Mineiro, ‘desfrutando’ a injusta fama de sujeito muito mau e truculento. Soube então, que em Uberaba havia um salão de barbeiro, que não atendia negros [...] Sem detença, viajei para lá e me aboletei na cadeira do homenzinho, enquanto ele me olhava como se olha assombração” (Souza, 1996, p. 66).

burocrática com a qual militares podem buscar se eximir de responsabilidade pessoal, Arendt (1999) ressalta que o agente tenta tirar a si mesmo da reflexão sobre suas responsabilidades morais. Outra questão relativa à violência é notada no modo como posseiros foram tratados. Há uma tentativa de invisibilizá-los, tratá-los como ninguém, algo não humano destituído de direitos.

Considerado ninguém, o posseiro não é tomado como humano. Ele passa por um processo de redefinição, como ocorreu com judeus no holocausto (Žižek, 2002), é enquadrado na categoria de não ser, para que práticas, males e violência contra ele sejam legitimados. É a vida não digna de ser vivida, a vida sem valor, seres classificados como incuravelmente perdidos. A discussão é, então, sobre valorização e politização da vida, é a “[...] decisão sobre o limiar além do qual a vida cessa de ser politicamente relevante, e então somente ‘vida sacra’ e, como tal, pode ser impunemente eliminada. Toda sociedade fixa este limite, toda sociedade – mesmo a mais moderna – decide quais sejam os seus ‘homens sacros’ [...]” (Agamben, 2002, p. 146).

O conceito de *homo sacer* (*homem sagrado*), que aparece no direito romano, diz respeito à ideia de um indivíduo que pode ser morto. É vida matável, porém insacrificável. É vida fora do direito humano, bem como do direito divino (Agamben, 2002). Essa vida é qualificada como sagrada de modo negativo, significa *vida amaldiçoada* e, assim sendo, pode ser morta por qualquer pessoa, a qual não sofrerá penalização do direito e dos deuses, apesar de ser vida indigna de ser morta em rituais religiosos. Normalmente, esse *homo sacer* é réu isolado da coletividade, porque cometeu algo considerado delito contra alguém pertencente à coletividade. De acordo com Zygmunt Bauman (2005), são refugio, não podem ser reconhecidos, nem têm permissão para ficar, são

[...] um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade. É um inescapável efeito colateral da *construção da ordem* (cada ordem define algumas parcelas da população como ‘deslocadas’, ‘inaptas’ ou ‘indesejáveis’) e do *progresso econômico* (que não pode ocorrer sem degradar e desvalorizar os modos anteriormente efetivos de ‘ganhar a vida’ e que, portanto, não consegue senão privar seus praticantes dos meios de subsistência) (Bauman, 2005. p. 12, ênfase do autor).

A vida de um *homo sacer* é desprovida de valor. Matar a não vida não é delito punível, mas digno. É um serviço prestado matar o que não é digno de ser oferecido em sacrifício para divindades. Destituído de significação humana e divina, o *homo sacer* é inútil, um peso e, por isso, deve ser exterminado, para deixar de trazer peso sobre a sociedade. Matá-lo não é crime, mata-lo não é sacrilégio, mas mantê-lo vivo é uma ameaça ao deus do século (no caso da

ditadura militar, a divindade a ser louvada era o modelo instaurado pelo golpe de 1964). “[...] Traduzindo tudo isso em termos seculares contemporâneos, diríamos que, na versão atual, o *homo sacer* não é nem definido por um conjunto de leis positivas nem portador dos direitos humanos que precedem as normas jurídicas [...]” (Bauman, 2005, p. 44, ênfase do autor; cf. p. 43-45).

É dentro do período da ditadura que há essa mentalidade. É sob aquele modelo implantando que existiram violências proposítadas. A violência ocorria em diversos níveis, fosse federal, estadual e local, alcançando diferentes indivíduos da sociedade. Alguns se beneficiavam com vários tipos de violência, enquanto outros a sofreram e foram por ela prejudicados. O espírito modernista afetou cidades e campos, alcançou com seus braços o que estava pelo caminho, de modo a afetar modos de vida na cidade e no campo.

No caso dos posseiros, conforme será visto com mais detalhes, no capítulo a seguir, a violência considerada virtuosa, bem como seus efeitos, se revelou e foi recebida como violência bruta e crua, levando à perda de entes queridos, além de afetar o ser, o viver e a identidade ligada ao território considerado lar. Em resumo, voltando à citação do início deste capítulo, obtida a partir de uma entrevista com Gilson Lopes de Oliveira, cujo tio atuava, durante a ditadura militar, como chefe de batalhão, o tipo de vagabundo que o regime pegava era, portanto, aqueles que atrapalhassem os propósitos ditatoriais.

CAPÍTULO 3 – “POSSEIRO BOM É POSSEIRO MORTO”

Era 03 de outubro de 1862, quando uma foto, registrada pelas lentes de Alexander Gardner, fotógrafo escocês conhecido por suas fotografias da guerra civil americana, Abraham Lincoln, de conspiradores e da execução dos participantes no plano de homicídio do presidente dos Estados Unidos, deixou registrado o líder da nação ao centro, o mais alto e com seu conhecido chapéu; o general George B. McClellan, o sexto da esquerda para a direita; bem como uma pessoa deslocada à direita. Este, era George Armstrong Custer, indivíduo que suscita diversas opiniões na história dos Estados Unidos da América (cf. figura 10).

Figura 10 – Abraham Lincoln, George B. McClellan e oficiais, em 03/10/1862, após a Batalha de Antietam.



Fonte: GARDNER, 1862.

Custer é mais conhecido por ter sido o tenente-coronel que comandou o *7º Regimento de Cavalaria dos Estados Unidos* na famosa batalha de *Little Bighorn*, em 25 de junho de 1876, onde ele e homens sob seu comando foram aniquilados por uma coalizão de nativos americanos (Buchholtz, 2012; Hamilton, 2014). Para alguns, ele foi um herói da *Guerra Civil*; para outros, ele foi um narcisista imprudente, o qual subestimou seus inimigos e arrastou os homens sob seu comando para a morte, incluindo dois de seus irmãos, um sobrinho e um cunhado. Para outras pessoas, Custer personificou todos os demônios da opressão e genocídio sofridos por nativos da América do Norte (Robbins, 2014; Ambrose, 1996). Anos depois, longe dali,

especificamente no Norte de Minas Gerais²⁴, Brasil, em uma charge, o coronel Georgino (cf. figura 11), indivíduo que desempenhou papel de liderança na polícia militar de Montes Claros, durante a ditadura brasileira, é ligado a Custer.

Figura 11 – Coronel Georgino.



Fonte: Adaptado de ACADEMIA DE LETRAS, 2018; Cotrim, 2024; Arruda, 2016.

3.1 Cavalgando atrás de posseiros

O *Jornal do Sindicato dos Médicos*, na notícia *Cachoeirinha, terra para quem nela trabalha*, de setembro de 1982, traz uma charge (cf. figura 12) cujo personagem em evidência é o coronel Georgino. O desenho faz referência a Custer e sua fama de matar índios (Robbins, 2014). Na referida charge, sons do cavalo trotando aparecem junto de figuras musicais, acima da poeira levantada: “Tarata, taratata”. O coronel aparece com as características e com as roupas típicas do militar estadunidense, montado em cima daquele cavalo e a atirar (“Pou! Pou! Pou!”) em um indivíduo que foge a pé. Três balões de fala são atribuídos a Georgino: a. “Índio bom é índio morto!”; b. “Posseiro bom, idem!”; c. “Podem me chamar de Georgino ‘Custer’ Jorge!” (Charge, 1982).

²⁴ Esta pesquisa adota o conceito de *Norte de Minas Gerais* a partir da divisão do estado em dez regiões de planejamento (Diniz; Batella, 2005), como explicado mais adiante, no tópico *Metodologia*.

Figura 12 – Reconstrução de charge sobre o coronel Georgino.



Fonte: Adaptado de Charge, 1982.

O desenho critica Georgino, que ficou conhecido, no Norte de Minas Gerais, por seu papel de liderança da polícia militar de Montes Claros, durante a ditadura militar no Brasil, e pela expulsão e violência contra posseiros de Cachoeirinha (Alves; Athayde; Bicalho; Costa, 2023). O mencionado coronel afirmava se orgulhar de ter participado, durante o referido período ditatorial, da ação armada contra o comunismo. Na região referida, ele atuou como advogado de fazendeiros interessados em terras, chegando a ter recebido algumas delas como forma de pagamento. Também, como já mencionado no decorrer deste trabalho, foi coronel do *10º Batalhão da Polícia Militar*, em Montes Claros, e conduziu, em 1964, sua tropa até Brasília, para apoiar o golpe militar (Alves; Athayde, 2023).

O conflito de Cachoeirinha, contra camponeses, é datado do início da década de 1960. Localizado a aproximadamente duzentos quilômetros de Montes Claros, o povoado de Cachoeirinha atualmente faz parte de Verdelândia. À época ditatorial, fazia parte do município de Varzelândia. Esse episódio de lutas por terras é descrito pela *Comissão da Verdade de Minas Gerais* (2017). Segundo o relatório desse grupo, ocorreram violações de direitos humanos contra camponeses no período militar. Ali existiu uma das mais violentas expulsões de posseiros no estado mineiro. Relatos e narrativas apresentados por posseiros focam na violência e despejos que sofreram a mando do coronel.

Grupos e sujeitos distintos, com seus marcadores sociais de classe, gênero, raça, geração sexualidade, bem como seus posicionamentos políticos e trajetórias individuais, viveram de modo singular a ditadura (Dellamore; Amato; Batista, 2018). Isso é válido para o caso de Cachoeirinha, porque a partir do estudo de tal tema é possível notar singularidades nos modos de ação perpetrados durante o regime militar. Quando se estuda essa parte da história brasileira, foco geralmente não é dado ao campo e a camponeses, os quais tendem a ser ignorados na disciplina de história. Recuperar a história de violências perpetradas sob o coronel Georgino,

em Cachoeirinha, durante a ditadura, envolve considerar as tendências estatais modernizadoras (vistas nos capítulos 1 e 2), bem como interesses de fazendeiros e grandes empresas, que também contribuíram para agravar a concentração fundiária no país.

Segundo Leonilde Servolo de Medeiros (1989), após 1964, em se tratando de lutas camponesas, a modernização da agricultura, respaldada pelo Estado, a opção pela manutenção de uma estrutura de propriedade concentrada no campo, removeu possibilidades de reforma agrária, havendo estímulo à ocupação da fronteira pelo grande capital e intensificação de conflitos. O período inaugurado ficou caracterizado por repressão e constituição de um sindicalismo rural centralizado pela *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura* (CONTAG). Embora pouco eficaz em barrar despejos e garantir direitos, esse sindicalismo se firmou como porta-voz de bandeiras trabalhistas rurais. Também, setores eclesiais foram meios de expressão de anseios desse grupo social, denunciando misérias e opressões, buscando contribuir na organização de trabalhadores do campo.

A COVEMG (2017) afirma que iniciativas por parte de governos militares e seus apoiadores focaram em projetos de grande porte e agroindústria, destinando grande quantia de recursos para políticas que beneficiassem produtores médios e grandes. Em Minas Gerais, a RURALMINAS, criada em 1966, na gestão Israel Pinheiro, foi precursora dessa lógica modernizante do regime ditatorial, que buscava garantir um modelo agroindustrial ligado a pretensas políticas de assentamento, segurança para o trabalhador rural e reforma agrária. No período, proprietários rurais eram beneficiados com verbas de grandes programas que promoviam o agronegócio, enquanto trabalhadores rurais não tinham acesso a direitos.

Práticas de grilagem, violência e supressão de direitos de trabalhadores rurais abundam no período, contando até com a participação da RURALMINAS. Práticas de desenvolvimento agroindustrial desrespeitaram direitos de trabalhadores rurais, agravando os já graves problemas de êxodo rural e miséria no campo (Nunes, 1985). Na medida em que políticas agrícolas conduzidas pela ditadura avançavam, cresciam cada vez mais a opressão e violência no campo. Existiram conflitos agrários por todo o estado de Minas Gerais, mas a maior parte teve concentração no Norte, Noroeste e Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Existiram conflitos em Três Marias, Piumhi, Governador Valadares e Cachoeirinha. Esta última localização é um caso emblemático por ser um dos mais conhecidos e por indicar de modo aberto a participação de agentes estatais em violações contra camponeses.

Por mais de quinze anos, o povoado de Cachoeirinha viveu debaixo do regime de Georgino, o qual era a lei. Muitos trabalhadores rurais eram constantemente vigiados, tendo paredes de casas perfuradas e observadas, despejos foram colocados em prática, bem como

torturas públicas em moirões onde pessoas eram amarradas, além da morte de crianças vítimas de fome e doenças que abundaram no local. Ali, o Estado de exceção teve ápice, durante muitos anos não houve força política contrária ao coronel (COVEMG, 2017; Alves; Athayde; Bicalho; Costa, 2023; Alves; Athayde, 2023). Como visto no capítulo anterior, sujeitos como os habitantes de Cachoeirinha, por serem obstáculos a intentos de certos grupos e indivíduos, são tomados não como portadores de direitos, são *homo sacer*, refugo. Na ótica dos que praticam a violência, era legítimo e moral agir violentamente contra aqueles posseiros.

3.2 O despejo foi brabo

A história dos posseiros de Cachoeirinha está ligada à metade do século XIX, quando negros fugiram buscando liberdade e encontraram a região da lagoa de Jaíba, já ocupada por indígenas (Santos, 1985). Segundo memórias da comunidade, Anicácio (ou Nicácio, a depender da fonte) foi o primeiro escravo a chegar ao lugar. João Batista de Almeida Costa (2006), tratando acerca de pequenos grupos de africanos e seus descendentes que fugiam da escravidão, sustenta que os mesmos deram origem a quilombos, no interior da bacia do médio São Francisco, os quais eram estabelecidos de duas maneiras. A primeira dizia respeito a escravos fugitivos que, não querendo contato com a sociedade que escravizava, buscaram lugares não habitados por indígenas.

A segunda maneira era quando escravos que fugiam queriam manter algum contato com a sociedade que escravizava, mas que acabaram buscando lugares que portugueses e seus descendentes não queriam, mesmo que próximas a povoados. Esses dois modos são conhecidos como *barreiras estruturais*, isto é, havia algum empecilho para estabelecer relações por conta de questões naturais, como malária, corredeiras, cachoeiras, serras, furnas ou vãos, lugares popularmente conhecidos como *cafundós do Judas*, dentro de florestas e em regiões de difícil acesso. Basicamente, eram terras consideradas sem valor econômico.

Africanos e seus descendentes que passaram a viver no vale do rio Verde Grande o fizeram por conta das muitas lagoas formadas nas *dolinas* (depressão no solo) no interior da caatinga arbórea e umidade, cultivando mandioca, milho, arroz, feijão, fava e banana, por exemplo, nas margens das referidas lagoas, regionalmente conhecidas como *furados*. Essas comunidades quilombolas, portanto, construíram uma agricultura de furado, alimentos eram produzidos em encostas de serras que circundam o vale do rio Verde Grande ou que se situavam nas chapadas desses outeiros. O gado bovino era criado solto no interior da floresta, o que

originou diversas localidades com nomes como *Gado Bravo*, *Gado Velhaco*, *Barreiro do Rio Verde*, *Barreiro da Raiz* e outros.

Voltando a Anicácio, seu tataraneto, chamado Ursulino Pereira Lima, que faleceu no ano de 2016, foi uma das principais lideranças em Cachoeirinha (COVEMG, 2017), lugar esse marcado por despejos, ocorridos em 1964 e 1967, contra camponeses que ali viviam. O povoado desse lugar foi submetido, por mais de 15 anos, a maus tratos. A região, por conta da construção da ferrovia Belo Horizonte-Montes Claros, em 1946, que foi expandida para Janaúba, cidade perto de Cachoeirinha, acabou atraindo posseiros (Lessa, 2007). A ferrovia era considerada como uma salvadora que civilizaria o sertão, redimindo-o de seus flagelos. Por onde ia, a ferrovia levava um imaginário onde a máquina traria oportunidades, além dos muitos posseiros que trazia (Antunes, 2010).

A segunda geração posseira foi atraída por conta da conclusão da ferrovia e informações disseminadas sobre terras livres na região. Em fins da década de 1950, a terceira geração buscou se fixar em Cachoeirinha, concentrando-se em formas legais a fim de assegurar a terra, pagando impostos e buscando documentos de ocupação produzidos por órgãos de Estado. Nativos e posseiros construíram modos de convivência com laços de comunidade com base na terra, religiosidade e comércio. Nos anos 1960, existiam posseiros com documentos de ocupação produzidos por funcionários do *Instituto Brasileiro de Reforma Agrária* (IBRA). Aqueles camponeses eram pouco integrados à economia Norte mineira. Quando do governo de José de Magalhães Pinto (1961 – 1966), o *Projeto Jaíba* foi organizado, com uma proposta de irrigação de 100 mil hectares, distribuição de terras, oferta de assistência técnica e creditícia. Esse projeto acabou chamando a atenção de fazendeiros em busca de terras que se valorizariam na região (Antunes, 2010).

Em virtude do golpe de 1964, a luta por terra na região foi intensificada, ganhando novas formas e mais força com a venda de terras devolutas a particulares, grilagem de terras e mandados judiciais a favor de grandes fazendeiros (Santos, 1985). A fazenda *Arapuá*, que era ocupada por posseiros de Cachoeirinha, passou por um processo de subdivisão. Parcelas da fazenda foram subdivididas judicialmente e repassadas a fazendeiros, como o médico búlgaro Konstantin Christoff Raeff²⁵, o qual vendeu suas terras, em julho de 1964, a Manoelito Maciel

²⁵ Sobre este, o coronel Georgino (cf. figura 13) afirma: “Não se sabe o que mais apreciar em Konstantin Cristoff, Professor em nossa Faculdade de Medicina: se sua maestria como cirurgião, se a beleza de seus quadros repetidas vezes consagrados nas galerias das grandes capitais ou se sua rude franqueza de conhecedor da natureza humana. Esse extraordinário amigo, numa de suas tiradas, disse-me que em nossa Montes Claros há quatro grandes farsantes, pessoas de alta projeção social, econômica e mesmo política, mas farsantes. Citou-os um por um e entre eles estava eu. Os outros, prudentemente, aqui não serão revelados” (Souza, 1996, p. 160).

de Salles, fazendeiro de Vitória da Conquista, Bahia, e a Sebastião Alves da Silva, gerente do *Banco Econômico da Bahia* (Sanglard; Camisasca, 2020). Em depoimento prestado para o delegado Sérgio de Freitas, no ano de 1973, Raeff afirmou que existiam posseiros muito antigos naquelas terras, como a família do José Alves Barbosa, conhecido como João Lalau, descendente do ex-escravo Anicácio (COVEMG, 2017).

Figura 13 – Georgino retratado por Konstantin Christoff.



Fonte: Adaptado de Souza, 1996, p. 3.

Em setembro de 1964, Manoelito e Sebastião entraram com ação de manutenção de posse relativa de cerca de 6.400 hectares, contra 32 famílias posseiras. A ação foi julgada rapidamente, em menos de duas semanas, por José Fernandes de Aguiar, juiz de paz da comarca de São João da Ponte, com liminar favorável aos fazendeiros. Policiais do *10º Batalhão de Montes Claros* e jagunços armados começaram o despejo (Santos, 1985). Na época, o advogado de Sebastião e Manoelito era Georgino (cf. figura 13), o coronel da *Polícia Militar* (cargo ocupado até 10 de abril de 1965), que também exercia o comando do referido batalhão montesclarensense (Sena, 2014; Sanglard; Camisasca, 2020).

Nesse caso, portanto, o advogado foi o agente estatal responsável por comandar policiais que executaram o despejo. Trinta e duas famílias posseiras foram representadas pelo advogado Cassiano Alves de Oliveira, o qual, após cumprimento da liminar, abandonou a defesa, porque

discordava da decisão dos posseiros de continuar com a ação, ao invés de aceitarem proposta dos fazendeiros de transferi-los a outra localização da fazenda. Os posseiros afirmaram que sofreram violências da parte do fazendeiro Manoelito e seus jagunços, incluindo a queima de barracos em que viviam. Desde 1964, violências foram praticadas contra posseiros daquela região.

Pouco tempo depois, sob o argumento de que as terras eram devolutas, posseiros reocuparam as terras, enquanto o processo percorria na justiça. Mesmo os títulos de propriedade de fazendeiros sendo duvidosos, com sinais de grilagem, por conta da trajetória de divisão da fazenda, o *Tribunal de Justiça de Minas Gerais* e o *Supremo Tribunal Federal* decidiram pela manutenção de posse para Manoelito e Sebastião, em decisões de 13 de abril de 1966 e 17 de abril de 1967, respectivamente. O tamanho de terras nos documentos trazidos pelos fazendeiros aumentou no decorrer dos anos, sem explicação coerente. Também suspeito foi o fato de Georgino ter adquirido duas vezes as mesmas terras: uma de Manoelito, em 1968, e outra da RURALMINAS, em 1975 (COVEMG, 2017).

Em 9 de maio de 1967, Georgino, já coronel da reserva, encaminhou à justiça um requerimento de apoio de forças policiais, a fim de acompanhar oficiais de justiça, pois os posseiros tinham reocupado a fazenda, depois do despejo de 1964. Era necessário apoio baseado no argumento de invasão de terras e hostilidade de posseiros, tese que foi aceita pelo juiz de direito Lourenço Pimenta de Figueiredo, da *1ª Vara da Comarca de Montes Claros*. Em 16 de julho de 1967, a CONTAG encaminhou um ofício ao delegado-chefe do DOPS/MG, indicando que violências estavam ocorrendo contra posseiros de Cachoeirinha, além de pedir providências.

José Onofre de Alkmin, policial responsável por Janaúba e Varzelândia, tinha ciência de violências praticadas contra os posseiros, mas se omitia, além de buscar impedir a fundação de um sindicato na região, tendo detido representantes da CONTAG, além de apresentar acusações falsas dirigidas contra os posseiros. Antes do começo de uma reunião, soldados comandados por um capitão chamado Alkmin, sob ordens de Georgino, chegaram e prenderam os quatro membros da CONTAG. Estes estavam há dois dias presos, quando a *Secretaria de Segurança de Belo Horizonte* informou a Alkmin que aquela reunião tinha autorização. Libertos, os representantes foram embora. Só onze anos mais tarde é que entidades sindicais estariam presentes para defender os lavradores (Santos, 1985).

A execução da ordem de despejo se deu em uma quarta-feira, dia 14 de junho de 1967. Durante a ação, Durval da Costa Campos e Antônio Veloso Santos, oficiais de justiça de São João da Ponte, foram acompanhados pelo tenente Alberto Reis e outros policiais do 10º

Batalhão, cujo comandante era, à época, o coronel José Coelho de Lima. Os agentes públicos foram transportados em três caminhonetes. Houve, então, a segunda expulsão. Duzentas e doze famílias de posseiros foram violentamente retiradas de terras em que viviam, abrangendo uma área de aproximadamente 14 mil hectares. Com o começo do despejo, posseiros foram assassinados, enquanto outros decidiram fugir da região. Quanto aos que decidiram lutar pelas terras em que habitavam, eles passaram por diferentes tipos de violências, algo que foi recorrente até os anos 1980 (COVEMG, 2017). Muitos se deslocaram para ruas do povoado, para a beira da estrada ou margens do rio Verde Grande. Um dos principais líderes dos posseiros, Jader de Paula, conhecido como Jadé, em entrevista a Mércio Mota Antunes, afirma que chegou à região em 1959, vindo do Paraná:

[...] essas terra aqui era tudo comum. O que tinha de gente, mas cheinho de gente. Aí eu lá sem poder trabalhar, aí eles foi e falou comigo assim: você quer ir para umas terras lá do outro lado do rio? Eu falei, vou. Aí eles me colocaram ali, em 1959. Quando estava pra inteirar dez anos veio o despejo [...] antes não tinha nada não. Você podia chegar e onde é que tivesse vaga aí você podia fazer uma casa, e fazer roça, e ficar morando. Hoje não é assim mais por causa do olho grande, né. Os fazendeiro com olho grande, que não quer que o pobre tenha direito, quer só eles [...] Se fosse hoje não tirava, porque naquele tempo quem mandava era a ditadura. Chegava, falava que você tinha que sair, aí tinha que sair mesmo. Se não saísse morria, não é? Igual aqui nesse despejo, que morreram seis companheiros meus. Morreram e ficou por isso mesmo. Quem mandava era eles. Eu fiz tudo pra não morrer, porque eles me perseguiu. Perseguiu. Pondo jagunço [...] (apud Antunes, 2010, p. 98).

Segundo Jadé, quando alguém queimava a casa de um posseiro e tomava posse de suas terras, a justiça e os governos evitavam reconhecer qualquer direito do camponês. Essa atitude remete à ideia do *homo sacer*, mencionada no capítulo anterior, que descreve como os posseiros de Cachoeirinha foram tratados, a saber, como seres desprovidos de humanidade e de direitos. Mesmo ao recorrerem a órgãos competentes e serem ouvidos, nada era feito. Um exemplo disso ocorreu quando o secretário estadual de segurança da época, Joaquim Ferreira Gonçalves, nomeou o major Eustáquio Murilo da Silva como delegado especial de Varzelândia.

Este delegado foi encarregado de examinar a existência de problemas entre fazendeiros e posseiros, algo que, provavelmente, ocorreu por causa de um ofício enviado pela CONTAG ao DOPS/MG. No relatório, datado de 13 de agosto de 1967, o major sustentou que “[...] não existia ali [em Cachoeirinha] nenhum desajuste social com relação aos posseiros, o que apenas estava havendo eram comentários com informações falsas e distorcidas da verdade” (Silva, 1967, p. 26). Para ele, “[...] não houve nenhum caso de grandes prejuízos para os posseiros em Cachoeirinha [...]” (Silva, 1967, p. 27).

A partir deste relatório, foi redigido um documento, da autoria de Haroldo Costa Andrade, sugerindo o arquivamento, onde é possível notar a mesma tônica de que estava tudo bem na região: “[...] porque a situação em Cachoeirinha é de tranquilidade e não tiveram grandes proporções os boatos propalados, sugerimos, com a devida venia, a V. Ex^a., senhor secretário, o arquivamento deste relatório [...]” (Andrade, 1967, p. 23). Apesar de tais asseverações, fazendeiros vizinhos de Sebastião e Manoelito, no dia do despejo, fazendo uso de efeito psicológico, avisaram posseiros que eles seriam despejados, já que estavam para chegar oficiais de justiça e polícia. Alguns fazendeiros chegaram a afirmar para aqueles camponeses que, caso não saíssem, seriam presos. Com a notícia dos primeiros despejos, muitos indivíduos que ali viviam se colocaram em retirada (Silva, 1967).

À época, José Rotta, que presidia a CONTAG, não apoiou aquele povo que estava a sofrer com violências e despejos. No ano de 1968, a *Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais* (FETAEMG) recebeu informações de acontecimentos, mas o presidente José Maurício também não atendeu apelos dos violentados pelos fazendeiros. Naquele mesmo ano, um grupo de posseiros foi a Brasília a fim de falar com o presidente Artur da Costa e Silva. Nos anos 1970, eles procuraram governadores de Minas Gerais e foram várias vezes à *Assembleia Legislativa*. A *Ação Popular* (AP), organização política de esquerda, sabendo de conflitos em Cachoeirinha, buscou atuar na organização dos posseiros, tendo, no ano de 1968, alguns de seus integrantes morando na região, o que pouco durou, se tornando um trabalho desativado em 1969, por conta da repressão que foi aumentando (COVEMG, 2017).

Foi em julho de 1968 que o coronel Georgino se tornou fazendeiro, adquirindo terras na fazenda *Arapuá*, próximo à estrada que ligava Janaúba ao povoado de Cachoeirinha. Como já destacado diversas vezes, ele comprou parte da fazenda, enquanto outra parte foi recebida como pagamento por serviços como advogado. Ali, ele construiu uma mansão. Desde o ano do golpe militar, terras daquela fazenda passaram por vendas, de modo que, cada vez mais, hectares adquiridos aumentavam. Foi na década de 1970 que o coronel fez o pedido à RURALMINAS para legitimar 9.680 hectares de terras devolutas correspondentes à área da fazenda Caetitê²⁶, obtida por compra no ano de 1968 (Santos, 1985). No dia 16 de maio de 1975, Georgino comprou uma terra que seria sua, o que indica que as terras nunca pertenceram a fazendeiros, porque eram devolutas (Antunes, 2010). Sobre o casarão, ela está em lugar estratégico. Quanto a ele, Jadé, em entrevista dada a Mércio Mota, afirma:

²⁶ Documentos da RURALMINAS trazem a grafia *Caetitê*, enquanto os do *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* (INCRA) trazem *Caitité* (COVEMG, 2017).

[...] você não podia passar aqui perto, o coronel aqui era cheio de polícia. Olha ali o mastro onde é que ele colocava a bandeira do Brasil quando ele tava aí [...] Colocava a bandeira, e se você parasse lá na beira do rio, nas estradas, dava pra você ver a bandeira, já sabia que ele tava aí. E quem é que vinha aqui? Via de lá, ao menos de longe, ficava cheio de polícia aí, direto. Ninguém podia vir aqui não, ninguém. Só quem vinha mais ele, porque tinha uns capanga aí que vinha mais ele. Os outros que foi despejado não. Na hora que tivesse dois, três conversando, igual nós tá aqui, a polícia já tava aí perseguindo a gente. Olhando se tava armado, se tava com qualquer coisa. Não deixava não (*apud* Antunes, 2010, p. 99).

Quando Jadé fala da bandeira do Brasil no mastro, não é possível não lembrar da figura 8, no capítulo 1, especificamente na parte à esquerda, onde o coronel aparece a hastear uma bandeira brasileira. A ideia que soa é de que a casa funcionava como uma espécie de quartel e lugar de refúgio. Com o despejo, posseiros viveram em condições precárias. As perseguições eram frequentes e duraram por anos. Existiram momentos que foram impedidos de conversar uns com os outros e com atores de fora, além de lhes ser proibido plantar e coletar madeira na região²⁷. Depoimentos mostram a perseguição sofrida e como, a mando de fazendeiros, jagunços ameaçavam e violentavam posseiros. Quanto a essas questões, entrevistas trazem sempre à tona Georgino, Manoelito, ações de policiais sem identificação, bem como os pistoleiros Juju, Guiobaldo e Antônio Preto (Santos, 1985; Antunes, 2010; COVEMG, 2017).

De acordo com a *Comissão da Verdade em Minas Gerais* (2017), os despejados passaram a ter problemas de organização, pois não lhes era permitido se reunirem. Aqueles, tidos como tendo maior papel de liderança eram logo perseguidos e presos. Fome e discriminação foram comuns, já que boa parte dos posseiros não tinha terra para plantar, o que levava muitos a se tornarem boias-frias. Por conta desse contexto, posseiros passaram a fortalecer laços de solidariedade, compartilhando o que conseguiam, como alimentos e moradia, além de terem juntando dinheiro para enviar representantes, às escondidas, para Belo Horizonte e Brasília.

Só nos anos 1980 é que tiveram maior amparo, porque a FETAEMG e o movimento sindical passaram a agir no conflito. Em reunião pública, organizada pela COVEMG, no município de Verdelândia, os presentes mencionaram que cordas eram usadas a fim de amarrar posseiros, cordas essas que eram doadas por um comerciante, chamado Ubaldo Maximo de Carvalho, também conhecido como Ubalde. As cordas eram empregadas em atos de tortura ordenados por Manoelito (COVEMG, 2017). Sobre isso, Pedro Ferreira Queiroz detalhou que

²⁷ Impossível também não lembrar que, na parte final de sua vida, Saluzinho retirava madeira, mourões de cerca e vendia para fazendeiros, em absoluta miséria (Chaves, 2017).

[...] o Juju [jagunço de Antônio Manoelito] fez mais esse mesmo Antônio [Manoelito] marrá [amarrar] foi o povo no meio da rua, né? Que era o mercado. Eles amarraram ele [compadre Ursino] num pau assim, tudo de braço pá trás [para trás] o povo no meio da rua e até eu era pá ser amarrado [...] foi muita gente [...] um bocado [...] A armação do mercado serviu de mourão para amarrar o povo [...] Aquele lugar perto da delegacia hoje, que era o mercado. Os pau fincado, sabe? Os morão [mourão], tudo fincado no mercado. Inclusive, era um amigo meu que trabalhava nesse lugar. Depois ele adoeceu e morreu, que era o finado Tião Carpinteiro. Aí eles desarmaram, assim, como de fazer o mercado e deixaram lá a armação armada. Serviu foi de morão para amarrá o povo [...] marrou [amarrou] de corda e com os braços para trás lá no meio da rua lá, para todo mundo ver e deixou lá amarrado [...] (Queiroz, 2017).

Perseguições e assassinatos ocorreram principalmente entre fins da década de 1960 até metade dos anos 1970. Notícias de jornais detalham a violência na região. Nos depoimentos, posseiros, em sua maior parte negros, descrevem a perseguição sofrida por jagunços que ameaçavam, assassinavam e praticavam outras violências a mando de fazendeiros. Nesses relatos, o nome de Georgino é frequente. Várias publicações que abordam tal conflito mencionam o coronel como mandante de assassinatos de posseiros, e violências dirigidas a eles, na região (Chaves, 2006; COVEMG, 2017). O *Tribuna da Luta Operária*, de 15 a 28 de agosto de 1981, por exemplo, afirma que

Nessa região, em 1967, mais de 200 famílias foram expulsas da terra que ocupavam há mais de 300 anos. Soldados da Polícia Militar queimavam as casas, roubaram e venderam a colheita e além de assassinar seis posseiros deixavam as famílias ao desabrigo. Morreram 64 crianças depois da selvageria, de sarampo e fome. Quem saiu ganhando foi o Coronel Georgino de Souza, na ocasião comandante da PM e hoje um rico fazendeiro (Sucursal BH, 1981, p. 5).

A velocidade com que processos de despejos ocorreram a favor de latifundiários e agentes públicos, o fato de Georgino ser parte interessada e, como policial, ter articulado expulsões e atuado como advogado de donos de terras, os quais o pagavam com terras, revela problemas (Sanglard; Camisasca, 2020). Em seu depoimento, onde relata os ocorridos à *Comissão da Verdade em Minas Gerais*, Pedro Ferreira Queiroz afirma que

O despejo foi brabo, quando sr. Manoelito chegou aqui ele fez coisas que não dá nem pra gente se lembrar, ficar lembrando não, porque é ruim. Ele pegou uma comadre [Dalina], que morava na beirada da lagoa, que era pobre igual a nós, tirou o arroz do fogo, botou na cabeça dela o arroz fervendo, fez ela levar, botou fogo nas casas. Eu estava lá nesse dia, ele falou comigo: ‘Você faz o favor de sumir daqui, porque senão nós lhe mata’ [...] Nós ficamos aí meio, assim, igual bicho aí, solto na cidade, sem futuro e sem eira e sem beira [...] Essa época, eu estava carregando as coisas dos companheiros e vendo a morte nos olhos e o sofrimento (Queiroz, 2017, ênfase minha).

Jesuína Soares de Moura, por sua vez, acredita que o desaparecimento de seu companheiro, Nilo Gomes Teles, entre 1964 e 1967, ocorreu a mando do coronel:

[...] esse companheiro meu, eles andou com ele aqui dentro desse comércio piado, amarrado dentro do carro de um dia prá outro e soltou ele aqui amarrado e esse homem desapareceu que até o dia de hoje ninguém dá notícia. Não se sabe se eles matou, jogou n'água ou se enterrou pro mato ou o que fizeram com ele [...] o Georgino prometeu que ele ia sumir gente aqui dentro de uma tal maneira, que os companheiros não haveria de achar nem osso comido pelos urubu prá levar pro sepulcro. E isso ele me disse foi a mim o dia que ele me ameaçou [...] (Moura *apud* Santos, 1985, p. 55).

Parte da violência é também observada no problema da fome instaurada após o despejo de posseiros de Cachoeirinha, em 1967. Mortes por conta de sarampo e subnutrição foram comuns, especialmente entre infantes. Em 1971, houve uma epidemia de sarampo que causou a morte de 64 crianças (Sanglard; Camisasca, 2020; COVEMG, 2017). Um registro do jornal *Tribuna da Luta Operária*, de 1981, apresenta um número maior, pois fala da morte de 67 crianças de até três anos de idade, além de mencionar enforcamento de posseiros e outras questões.

Intitulada, em caixa alta, “CORONEL JORGE INFERNIZA VIDA DOS POSSEIROS DE CACHOEIRINHA” (SUCURSAL BH, 1981, p. 5; cf. Anexo C), a matéria afirma que o coronel Georgino, ex-comandante do 10º Batalhão, veio cometendo, desde 1967, atrocidades contra posseiros de Cachoeirinha. Apesar das mortes, posseiros persistem lutando. Nos dias 12, 13 e 14 de junho de 1967, o referido militar mandou uma tropa de doze soldados com metralhadoras, bem como vinte jagunços com carabina, revólveres e facões, a fim de esmagar trabalhadores rurais que queriam continuar em suas terras. Um indivíduo mencionado na reportagem, Norberto Lopes, afirma:

[...] ‘Olha, eles atiravam nos porcos, misturavam farinha com feijão, jogavam tudo no terreiro, ataçavam gasolina e punham fogo. Amarravam os varais das casas na traseira dos jipes e deitavam tudo no chão. As ordens do Papagaio de Carvoaria (coronel Georgino) eram não deixar nada em pé. E conseguiram. Mataram todas as criações dos posseiros, ataçaram fogo no mato, queimaram colheitas e derrubaram todas as casas. Os posseiros tiveram que se abrigar embaixo das árvores. Uma crise de sarampo, misturada com a fome, matou 67 crianças de até três anos de idade. Muitos trabalhadores se desesperaram, uns ficaram doidos, outros se suicidaram’ (Lopes *apud* *Ibid.*, p. 5).

Como pagamento pelos crimes e violências, o periódico afirma que o coronel ganhou uma fazenda, vindo a ser o principal responsável pela perseguição que ainda persistia no ano da publicação, a saber, no ano de 1981. Além disso, conta-se que, muitos líderes de posseiros vinham sendo assassinados. Martinho Afonso, também conhecido como Martinho da

Cachoeirinha, foi morto na porta da sua casa, em Janaúba. Isso ocorreu um dia antes de uma ação judicial que viria a devolver-lhe a posse da terra.

Há também indivíduos que foram supostamente tidos por desaparecidos, como “[...] Marcionílio, Mariano, Ursolino, Juarez e Antonio Manso [...]” (*Ibid.*, p. 5). Outros foram enforcados em árvores, com os corpos trazendo bilhetes nos bolsos, comunicando que eles optaram pelo suicídio, mesmo a maioria sendo analfabeta e nem sequer sabendo escrever o próprio nome. À época da escrita, a matéria informa que os posseiros estavam mais organizados e contavam com a direção do *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Janaúba e Vazerlândia*. Segundo o delegado sindical de Barreiro do Rio Verde, Juarez Dias dos Santos,

‘Janaúba tinha 21.566 trabalhadores rurais, hoje temos apenas 8 mil, sendo que mais de 13 mil foram expulsos de suas terras de forma arbitrária, vil e covarde. Temos lutado para segurar o homem no campo, para evitar um futuro de fome e miséria. As pressões que temos sofrido serviram para nos unir, serviram para o homem do campo passar a confiar no outro. Tudo que vemos sair desta terra é nosso. Foi tomado pelos latifundiários e isso nos dá uma revolta muito grande. Sei que estou ameaçado de morte, seu Norberto também e o Clarindo Lima (delegado sindical de Cachoeirinha), Domingos Pôncio Batista e Jaime Soares de Oliveira. Mas nós não vamos recuar’ (*apud Ibid.*, 1981, p. 5).

Enquanto eventos aconteciam, o Estado nada fazia a fim de conter conflitos, o que aponta para uma teia de relações envolvendo poder público, fazendeiros e policiais militares contra posseiros, em uma clara evidência de assimetria de poder nas relações (Teixeira; Lima, 2022; Souza, 2013; Fernandes, 2006). No ano de 1973, uma comissão estadual foi criada, a fim de que houvesse investigação de violências. Para atividades iniciais, a composição inicial do grupo enviado para Cachoeirinha era de membros do DOPS/MG, *Coordenadoria Geral de Segurança* (COSEG) e *Destacamento de Operações de Informação* (DOI).

No relatório produzido, a comissão afirmou que o começo dos conflitos foi por conta de discursos em torno da ideia de reforma agrária, especialmente a partir de 1962, o que levou a invasões de propriedades particulares e do Estado. Ainda, o documento sustentou que os posseiros são violentos e que Norberto José Lopes, um dos líderes, com recursos parcos contribuídos pelo seu povo fazia viagens a Belo Horizonte e Brasília, para ir em redações de órgãos de comunicação e contar seus dramas, associando-os ao nome do doutor Georgino, o qual, no fim do escrito, é inocentado de acusações relativas a violências contra posseiros (Santos, 1985).

Em 1975, Martinho Fagundes, um dos líderes dos posseiros, obteve da RURALMINAS autorização para demarcação de suas terras. Quando, junto de um agrimensor do governo, fazia a demarcação, foi impedido por pistoleiros. Dias depois, uma emboscada foi criada e o mesmo

assassinado. O atirador foi preso. Ele confessou o crime e apontou Waldir Alves Coutinho, como mandante. Este último era filho de João Antônio, fazendeiro que fez alegações de posse e vendeu terras de Cachoeirinha para Manoelito e Sebastião. O pistoleiro desapareceu da prisão e o caso foi arquivado (Antunes, 2010).

Os posseiros ficaram sob violência e abandonados até princípios dos anos 1980, quando Luiz Antonio Chaves, assessor sindical da FETAEMG, mobilizou posseiros na luta pela terra de onde foram expulsos. Foi assim que se criou o *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia*. Chaves (2017) afirma que quando começaram as primeiras reuniões, ele conheceu Jader e seu irmão Ursolino, além de cerca de seis posseiros. Junto a Afrânio Silva, advogado da FETAEMG no Norte mineiro, eles buscaram recuperar as terras de modo legal. Uma das melhores terras estava na fazenda Caetitê:

[...] a melhor terra, que estava localizada exatamente o coronel Georgino, fazenda Caetitê, pomposa fazenda, que ele simulou uma aquisição do Manoelito. Na verdade, ele ganhou pelo serviço prestado. Fazenda Caetitê, logo chegando em Cachoeirinha, à esquerda, a casa dele em cima, do alto assim, pra dominar a região toda. E, e os posseiros nunca engoliam aquilo, né? Então, nós iniciamos por começar a invadir exatamente a terra do coronel Georgino. Tanto é que as terras eram devolutas que o coronel Georgino, em já em [19]69, solicitou a regularização de sua fazenda, junto à RURALMINAS. É... e essa...essa regularização, essa articulação, das terras para o coronel Georgino, ocorreu assim é... num piscar de olhos, vamos dizer assim. Porque normalmente levaria uns meses, por ordem do governador Rondon Pacheco, que determinou à RURALMINAS, que se fizesse imediata titulação para o glorioso coronel Georgino Jorge de Souza que acabava de...de retornar vitorioso, vamo dizer assim, da capital federal, recebeu o título de terras da RURALMINAS, prova maior de que todas as terras eram, de fato, eram terras devolutas, né? (Chaves, 2017).

No dia 8 de abril de 1981, apoiados pela FETAEMG e *Comissão Pastoral da Terra* (CPT), posseiros buscaram ocupar terras onde viveram em Cachoeirinha. Fazendeiros e policiais logo agiram, prendendo oito posseiros, considerados liderança do movimento, entre os quais esteve Jader de Paula (Jadé), conforme é apresentado pelo jornal *Estado de Minas*, de 28 de setembro de 1983, em matéria intitulada *Expulsão de posseiros preocupa a Fetaemg*:

Os posseiros presos na segunda-feira são: Jader de Paula, casado, seis filhos. Em 1967, ocupava uma área de 125 hectares; Henrique Durães de Vasconcelos, casado, 12 filhos que, em 67, ocupava área de 100 hectares; Ursulino Pereira Lima, casado, nove filhos (em 1967, tinha área de 100 hectares); Aristides Aparecido Soares, casado, dois filhos, (em 1967, área de 150 hectares); José Soares dos Santos, solteiro (em 1967, tinha uma área de 125 hectares); Bertulino de Oliveira, casado, seis filhos (em 1967, possuía 50 hectares); Minelvino Francisco dos Santos, casado, 9 filhos (tinha área de 50 hectares); e Florisvaldo Gomes da Silva, casado, sete filhos (em 1967, tinha área de 50 hectares) (Expulsão, 1983).

Apoiando os que foram presos e a fim de contestar a atribuição de liderança pela polícia, outros posseiros ocuparam as fazendas no dia seguinte. Ainda em 1983, o governo mineiro, por meio da RURALMINAS, propôs transferir os posseiros para uma região em Jaíba, situada a mais de dezenas de quilômetros de Cachoeirinha. Segundo Jadé, eram terras ruins para plantar. Diante da negativa dos posseiros, pessoas da RURALMINAS não gostaram do fato de os posseiros não quererem as terras de Jaíba (Antunes, 2010). Com a chegada dos anos 1980, o pretexto de eliminação do comunismo foi deixando de ser invocado e arbitrariedades não mais eram perpetradas explicitamente, fazendo com que conflitos fossem transportados para o âmbito jurídico e político.

Desse modo, FETAEMG e CPT apoiaram ainda mais a organização dos posseiros. Mesmo com as mudanças que vinham ocorrendo, posseiros precisaram continuar alertas quanto a ameaças, vigilâncias, prisões arbitrárias e constrangimentos. Em 31 de julho de 1982, um ato público em Cachoeirinha foi organizado por posseiros e movimento sindical, com o objetivo de denunciar injustiças e pressionar autoridades a desapropriarem a área que deles foi tirada em 1967. O evento foi reprimido, com abusos ocorrendo por policiais e DOPS. Na ocasião, mais de 300 soldados foram mobilizados (COVEMG, 2017; Santos, 1985).

Tancredo Neves, em campanha para governar Minas, tinha prometido terra para os desapossados de Cachoeirinha. O que ele acabou por fazer foi assentar parte das famílias na Jaíba, região que já tinha sido oferecida antes e recusada por posseiros. Em 1983, representantes da RURALMINAS conseguiram convencer 64 famílias a aceitarem ir para Jaíba, as quais passaram a viver no lugar que passou a ser chamado de *Nova Cachoeirinha* (Santos, 1985). As famílias que não aceitaram a ideia acabaram por optar continuar em Cachoeirinha e a lutar pela restituição de terras tomadas. No dia 6 de outubro de 1983, Tancredo assinou o decreto 23.080, o qual buscava desapropriar de áreas de Cachoeirinha, o que chegava a cerca de 13 mil hectares.

Por conta de a desapropriação para fins de reforma agrária ser prerrogativa da *União*, o decreto foi inconstitucional. Assim, o governo de Minas negociou com o fazendeiro Pedro Gonçalves Pereira a desapropriação de 484 hectares. Desses, só 23% eram aproveitáveis. Esse acordo ocorreu apenas porque o fazendeiro teve a possibilidade de escolher outra área ainda maior e em um lugar com melhores condições de produção. No ano de 1986, quando da época da presidência de José Sarney, este assinou o decreto do *Plano Nacional de Reforma Agrária* (PNRA) mineiro, que envolveu desapropriar terras em Cachoeirinha.

As terras incluíram 11 fazendas de diferentes proprietários. Nove delas tinha a condição de empresa rural. Na justiça, os fazendeiros Nerval Leite Flávio e José Antônio Madureira sustentaram que suas fazendas também eram empresas rurais, com o intuito de impedir a

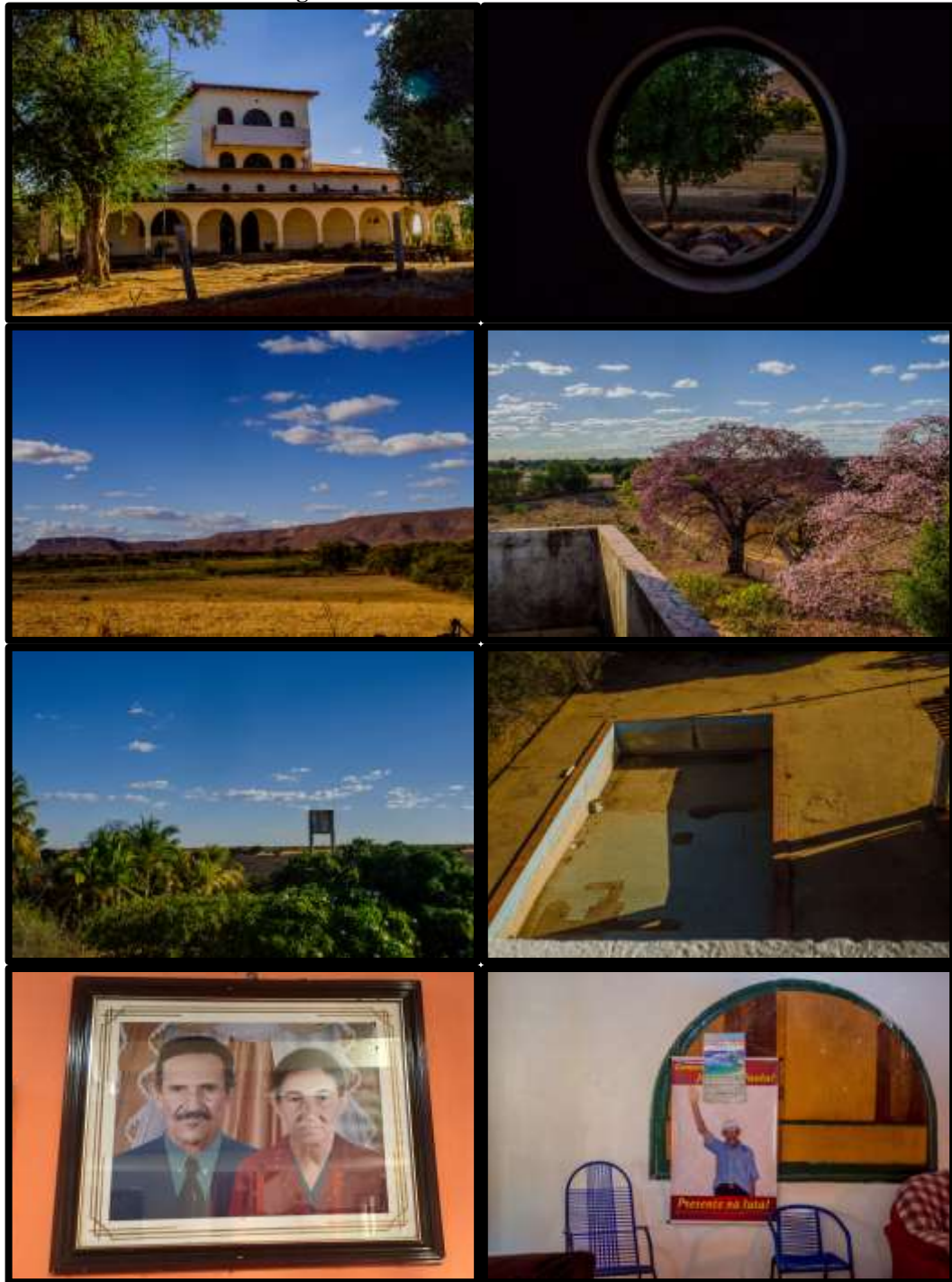
desapropriação, segundo o *Estatuto da Terra*. Houve disputa judicial entre os fazendeiros e o *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* (INCRA). Em 1987, a decisão favorece os fazendeiros, via sentença do juiz federal Sacha Calmon Navarro Coelho, diante da presença de alguns posseiros (Antunes, 2010). No jornal *Estado de Minas*, do dia 6 de fevereiro de 1988, há o seguinte registro, sob a matéria intitulada *Juiz federal diz que o Incra errou e excluiu Cachoeirinha da reforma agrária*:

O Incra chegou a ajuizar a ação desapropriatória perante a 10ª Vara, apesar de proibido por medida cautelar deferida pelo juiz federal da 8ª Vara. A Justiça decidiu que face à medida cautelar, o Incra não poderia desapropriar, indeferindo a ação, liminarmente. Agora com a sentença do juiz federal da Vara Especializada [12ª Vara], confirma-se o êxito anterior dos proprietários e se preceitua em definitivo o impedimento de ‘desapropriar, para fins de reforma agrária, os referidos imóveis, se e enquanto lhes perdurar a condição de empresas rurais’. O mandado de segurança, a contestação da ação de desapropriação e agora a ação ordinária foram patrocinados pelo escritório de advocacia Vilela e Maia, dos advogados Djalma de Souza Vilela e João Fabiano Maia (Juiz, 1988, p. 12).

Lentidão, indefinição e ambiguidade por parte do Estado contribuíram para que o caso de Cachoeirinha viesse a ser marcado por tensões constantes, envolvendo atores com relacionamentos dúbios, em se tratando de conflito por terras. No dia 19 de maio de 1986, um fotógrafo, Milton Barbosa dos Reis, atirou contra Valdeci Alves de Almeida, presidente do *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia*. O primeiro acertou o último duas vezes. Naquele contexto, em resposta ao decreto de José Sarney e do PNRA, fora fundada a *União Democrática dos Produtores Rurais* (UDPR), no Norte mineiro. Apesar de Reis ter alegado vingança, trabalhadores rurais e movimentos de sindicato sustentaram que o crime teve ligação com conflitos de Cachoeirinha, porque o fotógrafo mantinha relacionamentos com fazendeiros, além de que Almeida vinha sofrendo ameaças por conta de suas ações a favor dos posseiros (COVEMG, 2017).

Naquele mesmo ano, posseiros cachoeirenses acamparam em Belo Horizonte, na sede do INCRA, esperando decisão favorável de desapropriação de terras na região de Cachoeirinha. Após muitas burocracias, os camponeses tiveram sucesso em reconquistar parte de terras no ano de 1987, quando do recebimento da fazenda Caetité, de 964 hectares, obtida pela RURALMINAS, com recursos do INCRA. Para marcar o ato, o então superintendente regional deste último órgão, Jafete Abrahão, e o diretor geral daquele primeiro órgão, Ajax Barcelos, “[...] entregaram ao líder dos posseiros, Jader de Paula, as chaves da sede da fazenda [Caetité]” (RURALMINAS, 1987, p. 15).

Figura 14 – Casarão da fazenda Caetité.



Fonte: Adaptado de Rodrigues, 2017.

A antiga sede da fazenda Caetité²⁸ (cf. figura 14), que pertenceu ao coronel Georgino, traz à memória do poder por ele exercido (cf. Queiroz, 1977; Ribeiro, 2013). O sobrado se

²⁸ Curiosamente, Caetité é um lugar de boas memórias para o coronel Georgino. É onde ele nasceu e cresceu. Em sua autobiografia, além de fazer muitas referências ao tema do racismo e de sua cor negra, ele também faz muitas menções a essa cidade: “A minha nunca esquecida Caetité, sempre foi pequenina, mas ilustre, como bem a definiu uma de suas mais eruditas filhas. Suas elites sabiam o que era um rádio receptor, mas o povão aprenderia pouco a pouco, que o progresso, às vezes, parece uma encarnação diabólica” (Souza, 1996, p. 23-

sobressai no cenário e geografia local, dando uma incrível vista para campos em várias direções. Atualmente, ela é propriedade da família do falecido Jader de Paula, o já referido Jadé, um dos líderes de posseiros de Cachoeirinha. A casa traz poucas diferenças desde a época de Georgino. Quando a terra foi reconquistada por posseiros, a piscina nunca mais foi usada, porque, para Jadé, se tratava de um símbolo do poder exercido pelo coronel na região. A casa que antes representava o poder coronelista e a repressão contra posseiros, agora permanece em pé como símbolo contra a ditadura militar (Sanglard; Camisasca, 2020; COVEMG, 2017).

As duas últimas fotos que compõem a figura 14 trazem o senhor Jader. No cartaz, à direita, ele aparece com o braço direito erguido. Na parte superior está escrito, em cor amarela, “Companheiro Jader de Paula”, enquanto que, na parte inferior, há, também em amarelo, “Presente na luta!”. Abaixo desta última frase, na cor preta, aparecem as palavras “Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas e Sul da Bahia” (Rodrigues, 2017), que apontam para a existência de ligas e sindicatos de camponeses durante o período da ditadura e que serviram como braço de apoio e de atuação em favor de interesses de posseiros.

3.3 Um padrão nos modos de ação

A partir dos conflitos agrários ocorrido em Minas Gerais, durante a ditadura militar brasileira, é possível notar um padrão nos modos de ação por parte do regime e seus apoiadores. Quando se olha para o caso de Governador Valadares, Minas Gerais, por exemplo, a oposição a camponeses foi coordenada por militares que participavam da *Associação Rural de Governador Valadares*, os quais buscavam apresentar um discurso de que terras da região eram inférteis, servindo só para a criação de gado. Ali, dois militares reformados se sobressaíram, a saber, Pedro Ferreira e Altino Machado. Eles foram uns dos maiores grileiros da região e contavam com o apoio da *Rádio Educadora do Rio Doce* e do jornal *Diário do Rio Doce*.

À semelhança do caso de Georgino e Cachoeirinha, aqueles indivíduos fizeram uso de meios de imprensa para levar a cabo seus intentos. Não é preciso ir longe demais para descobrir qual era a tônica do discurso. Trabalhadores rurais eram taxados de comunistas, algo semelhante à fala de Georgino sobre o discurso do perigo comunista, luta contra comunistas e não deixar a nação se tornar outra Cuba. Francisco Raimundo da Paixão, conhecido como Chicão e fundador do *Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Governador Valadares*, e

24). Enquanto a cidade e fazenda é benquista para Georgino, para posseiros de Cachoeirinha, por outro lado, a fazenda Caetité é malquista e remete a memórias ruins e aterrorizantes de um período. Também digno de nota é que o dito progresso via SUDENE, para o Norte de Minas, veio a se revelar como uma *encarnação diabólica*.

Carlos Olavo da Cunha Pereira, jornalista que apoiou a atuação do referido sindicato, foram associados a subversivos responsáveis por invasão de propriedade privada.

Em um folheto da época, há o seguinte registro: “Hoje é a terra do fazendeiro a ser invadida e desapropriada. Amanhã, será o seu estabelecimento comercial e seu lar humilde ou rico, mas sempre honrado. Aliste-se em nossas fileiras de luta contra o comunismo invasor, ateu e materialista [...] Não seja omissivo!” (DOPS, 1964). Semelhantemente, em Piumhi, Minas Gerais, a associação rural local divulgou ideias de que o sindicato rural era resultado de atuação de comunistas, agitadores que queriam levantar camponeses contra os verdadeiros donos de terras. O jornal *Estado de Minas*, de 19 de fevereiro de 1964, depois de algumas entrevistas com grandes fazendeiros, trouxe, na matéria intitulada *Comunistas e agentes: fazendeiros se armam para repelir invasores de terras*, as seguintes palavras finais:

[...] frisam os fazendeiros que não são contra a reforma agrária, nem tampouco contra o direito dos lavradores de aspirarem a uma melhor posição econômico-social. O que não suportam e nem permitirão é que essa onda de agitação comunista venha a dominar aquelas terras, cujos habitantes são todos homens fiéis aos princípios que sempre nortearam a nossa vocação de povo livre e cristão. Sabem que os camponeses estão se armando e se cotizando para comprar armamentos, mas afirmam que não temem ameaças, pois também eles estão armados e prontos para qualquer eventualidade (Comunistas, 1964).

Em publicação intitulada *Pântano drenado de Pium-í não constitui área devoluta*, datada de 22 de fevereiro de 1964, no mesmo jornal, fazendeiros que estiveram na redação do jornal, afirmaram que “[...] ‘Elementos comunistas [...] têm procurado tumultuar a vida de Pium-í, iniciaram uma campanha falsa, segundo a qual as terras são devolutas, com o propósito de justificar possíveis invasões [...]’ e que não concordarão que suas propriedades sejam violadas, porque “[...] O nosso direito sobre a área é sagrado [...]” (Pântano, 1964).

Outro ponto a ser mencionado é que é comum em conflitos agrários no estado mineiro a busca por abafar, suprimir e silenciar vozes de camponeses, a fim de perpetuar uma narrativa. No caso Georgino e Cachoeirinha, esse indivíduo, via de regra, conseguiu deixar uma imagem positiva a seu respeito em memórias de boa parte dos montesclarenses. Fotos e homenagens à sua pessoa estão presentes em lugares como OAB e alguns *campi* da UNIMONTES, apesar de violências sob sua responsabilidade. Debaxo do discurso do herói e luta contra o comunismo, práticas foram legitimadas e consideradas dignas.

A ideia reproduzida de que certas questões devem ficar no passado e serem esquecidas é frequente. Isso é observado no documentário *Na lei ou na marra* (2013), vencedor do Prêmio Vladimir Herzog, que trata de ocorridos em Governador Valadares. Opressores, oprimidos,

fazendeiros, trabalhadores rurais, partidários do regime e seus opositores evitam, muitas vezes, falar claramente sobre o que transcorreu. Alguns indivíduos buscam justificar e naturalizar violências. A cidade tem monumentos e homenagens a pessoas que assassinaram, torturaram e perseguiram camponeses e seus apoiadores, à semelhança do que ocorre com Georgino. Lugares como aeroporto, praças, escolas e ruas recebem o nome daqueles executaram violências durante a ditadura militar.

Concluindo, modos de ação que existiram sob a ditadura militar e com aqueles que eram a favor desse modelo implantado, no estado de Minas Gerais, podem ser sumariados nas seguintes linhas gerais: a. uso da imprensa e seus meios para sustentação e sedimentação dos propósitos, bem como expansão do poder, buscando influenciar pessoas por meio de discursos relativos a lutas contra o comunismo; b. construção de narrativas e meios de sacramentar e cristalizar um lado ou versão da história; c. partes do passado devem ser esquecidas e/ou ignoradas; d. ausência de punição para ofensores, enquanto vivos, punição essa que fosse proporcional a violências executadas contra ofendidos, bem como ausência de reparação que condissesse com danos sofridos por ofendidos enquanto estes estiveram vivos (cf. Argentina, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi comum neste trabalho, regata-se aqui outra parte do mesmo, a saber, o título, a fim de amarrar algumas linhas que ainda ficaram soltas. Como se pôde notar, foi trazida uma charge, bem como uma explicação traçando uma breve trajetória de Custer, com a intenção de melhor explicar o título desta produção. O desenho, que caracteriza e propõe um exame crítico da trajetória do coronel Georgino, funciona como uma espécie de tipologia daquele militar que viveu nos Estados Unidos. Diante disso, alguns pontos podem ser mencionados:

a. Em sua vida, ele passou por um processo de galgar a carreira militar, isto é, ele foi ascendendo na hierarquia. Isso leva a refletir sobre uma frase que geralmente é atribuída ao presidente Abraham Lincoln, aquele que aparece em uma foto trazida nesta dissertação. A frase em questão é encontrada em uma biografia escrita sobre o político dos Estados Unidos, da autoria de Horatio Alger Jr., o qual descreve o líder dos Estados Unidos utilizando a frase a seguir: *se queres saber o que um homem é no seu íntimo, dá-lhe poder*. A sentença revela loucuras que um indivíduo com grande poder pode perpetrar. Também, vista por outra perspectiva, indica que quando uma pessoa, em posição de poder, prossegue por caminhos de equidade e justiça, benefícios podem advir sobre os que estiverem sob sua liderança, algo que geralmente difere da realidade brasileira, quando aqueles em posições de poder querem beneficiar a si mesmos e os seus. Apesar dessas asseverações, não se deve perder de vista que o poder de uma autoridade é também fundamentado em dinâmicas sociais e coletivas.

b. O coronel foco desta dissertação agiu contra indivíduos considerados anteriormente nativos da terra. Os que têm vínculo anterior ao solo são aqueles que vieram a compor o que ficou conhecido posteriormente como *Cachoeirinha*.

c. Observa-se uma dupla face no homem. A depender das pessoas, Georgino possui ou a faceta do herói e ou a faceta do demônio da opressão.

d. Também, por meio de seus atos, é possível notar que a terra era considerada, de algum modo, sagrada e essencial para os que dela foram expulsos.

e. No Brasil, o modelo econômico em vigência negligenciou grupos considerados menores, indo de encontro contra povos considerados primários na ordem de chegada à terra. Dinheiro, território e bens foram colocados acima de determinados grupos de pessoas.

f. Os conflitos também são operados entre forças via Estado contra habitantes de uma terra. Estes últimos são considerados hostis, o que acaba por exigir que a força militar, considerada legítima, seja usada para removê-los, a fim de que não mais sejam problemas para intentos e intenções maiores.

g. Por fim, a reflexão que fica é a de que há modos de apropriação e exploração de um território que não tendem a considerar culturas locais e impactos sobre determinados grupos sociais.

Foi possível observar que, desde meados do século XX, a organização do poder, no Norte de Minas, tem uma característica inibitória de certos grupos sociais por meio de autoritarismo. Também, está presente a manipulação, por meio de certas políticas e entre certos grupos de indivíduos que buscam agir em prol de interesses de determinados grupos. Ademais, foi possível observar o valor dado à terra para diferentes grupos. Para fazendeiros e aqueles que estiveram ao seu lado e ao lado de intentos ditatoriais, o território era garantia de ter mais poder e maior riqueza. No caso de pequenos proprietários, o pedaço de chão é ligado à necessidade de produzir alimentos e viver, além de estar ligado à memória familiar e identitária do grupo.

Voltando ao banner que carrega a imagem de Jader (cf. figura 14), um dos líderes dos posseiros de Cachoeirinha, nota-se que, abaixo da imagem daquele homem, está a frase *Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas e Sul da Bahia*, o que faz pensar quais são, porventura, as ligações entre essas partes dos dois estados, durante a ditadura militar, em se tratando também de relações, arranjos, combinações, trocas e alianças entre grandes fazendeiros que agem contra posseiros. Afirma-se isso por conta de terem existido terras em Cachoeirinha que foram compradas por Manoelito Maciel de Salles, fazendeiro de Vitória da Conquista, Bahia, e Sebastião Alves da Silva, gerente do *Banco Econômico da Bahia*.

Investigações adicionais podem ser feitas nesse sentido, por futuras análises, pesquisas e trabalhos, de modo a descobrir e evidenciar ainda mais esquemas e relações existentes entre indivíduos que expulsaram os posseiros daquela região, bem como aqueles existentes entre Sul da Bahia e Norte do estado de Minas Gerais, Norte esse que pode ser chamado de Sul do Nordeste brasileiro, a julgar pela delimitação de atuação da SUDENE. Por meio do caso Cachoeirinha e de ações ligadas à vida do coronel Georgino, espera-se ter sido possível observar um pouco mais sobre a história, no Norte de Minas Gerais, de vendas de terras devolutas que ocorreram para pessoas particulares, grilagem de terras e mandados judiciais que favoreceram grandes fazendeiros, questões essas que podem ser tomadas como marcas presentes no campo norte-mineiro, durante a ditadura militar brasileira²⁹.

²⁹ O modelo de desenvolvimento econômico desigual deu suporte à ditadura militar brasileira, apoiada pelos grupos econômicos dominantes na época. O caso Cachoeirinha é reflexo de um modelo praticado pelo Brasil. Enquanto durou o crescimento econômico, o regime militar se sustentou. Na crise econômica, houve uma abertura política lenta e gradual, em direção ao processo de redemocratização. As consequências dos atos passados sob a ditadura militar deixaram marcas e consequências sociais e econômicas que persistem na economia brasileira.

Caminhando para o encerramento, menciona-se que, a partir das lutas que resultaram em reconquista das terras por parte de antigos habitantes de Cachoeirinha, esta região abordada por esta dissertação é formada por assentamentos como o União, Caetité e Vitória. Alguns posseiros antigos, que moraram no lugar quando das expulsões, conseguiram um lote para plantar e residir, o que acabou por representar para eles uma conquista de grupo, que se liga a outras lutas e conflitos por terra na região. Em casos assim, a força do movimento coletivo é que tem se revelado como grande diferencial a fim de se alcançar sucesso nas empreitadas contra grandes grupos que acabam indo contra culturas, povos e indivíduos locais como os de Cachoeirinha.

Por fim, destaca-se que atitudes de um único indivíduo podem influenciar e afetar a vida de vários outros indivíduos. Também, podem apontar aspectos sociais, características de uma época na qual aquele indivíduo está inserido, servindo como indicativo de marcas de um tempo. Há atos que têm consequências para além de si, atos que também afetam outras vidas. Há atos que revelam tendências de um período. É necessário ter ouvidos abertos e entender que atos carregam consequências em si. Em uma sociedade acostumada a falar demais, e desconsiderar certas vozes³⁰, o ouvir melhor seria de grande valia.³¹

³⁰ Vozes essas que são consideradas ninguém não reconhecidas como portadoras de direitos (Porto, 2011).

³¹ “Sempre vejo anunciados cursos de oratória. Nunca vi anunciado curso de escutatória. Todo mundo quer aprender a falar. Ninguém quer aprender a ouvir. Pensei em oferecer um curso de escutatória. Mas acho que ninguém vai se matricular [...] Parafrazeio o Alberto Caeiro: ‘Não é bastante ter ouvidos para se ouvir o que é dito. É preciso também que haja silêncio dentro da alma’. Daí a dificuldade: a gente não aguenta ouvir o que o outro diz sem logo dar um palpite melhor, sem misturar o que ele diz com aquilo que a gente tem a dizer. Como se aquilo que ele diz não fosse digno de descansada consideração e precisasse ser complementado por aquilo que a gente tem a dizer, que é muito melhor [...] Certo estava Lichtenberg – citado por Murilo Mendes: ‘Há quem não ouça até que lhe cortem as orelhas’. Nossa incapacidade de ouvir é a manifestação mais constante e sutil da nossa arrogância e vaidade [...]” (Alves, 1999, p. 65, 67).

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA de Letras. Centenário Georgino de Souza. **Academia de Letras do Brasil – Seção Minas Gerais**, 22 jun. 2018.
- AGAMBEN, G. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALCÂNTARA, D. M.; GERMANI, G. I. A produção do espaço a partir da resistência. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2004, Goiânia. **Setenta anos da AGB**: as transformações do espaço e a geografia no século XXI, 2004.
- ALMEIDA, A. L. O. (Org.). **Biotecnologia e agricultura**: perspectivas para o caso brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ALMEIDA, A. W. B. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2. ed. Manaus: UFAM, 2006.
- ALMEIDA, R. J. O velho mercado. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros**, v. 7, 2011.
- ALVES, R. A. **O amor que acende a lua**. Campinas: Papirus, 1999.
- ALVES, L. F. S. **O começo do começo**: cosmogonias do Antigo Oriente Próximo. 2022. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2022.
- ALVES, L. F. S.; ATHAYDE, A. L. M.; BICALHO, L. M. A.; COSTA, D. S. R. Dictatorship, Industry, and Colonel: Land Taking in the North of Minas Gerais, Brazil. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO, 2023, Montes Claros. **Anais**. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2023.
- ALVES, L. F. S.; ATHAYDE, A. L. M. Retratos e recortes montes-clarenses: histórias da cidade no período da ditadura militar. **Revista Hydra**, v. 7, n. 13, p. 247-272, 2023.
- AMAMS. AMAMS institui diploma Antônio Lafetá Rebello para homenagear personalidades do desenvolvimento. **Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene**, 12 jul. 2021. Disponível em: http://www.amams.org.br/6/Noticias_3/AmamsInstituiDiplomaAntonioLafetaRebelloParaHomenagear_1064/. Acesso em: 25 abr. 2024.
- AMBROSE, S. E. **Crazy Horse and Custer**: The parallel lives of two American warriors. New York: Doubleday, 1996.
- ANDRADE, H. C. In: MG. **COSEG**: coletânea de documentos. Belo Horizonte: Gabinete do secretário da segurança pública, 1967.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem do Nordeste**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

- ANDRADE, M. C. **Lutas camponesas no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- ANISTIA INTERNACIONAL. **Brasil**: violência autorizada nas áreas rurais. Londres: Índice, 1988.
- ANTUNES, M. M. A teoria da experiência hermenêutica na adequação normativa em conflitos agrários e o papel da fraternidade na racionalidade jurisdicional. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito, Estado e Constituição) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- ARENDT, H. **Eichmman em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**: São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARGENTINA, 1985. Direção: Santiago Mitre. Argentina: Amazon Studios, 2022.
- ARNS, P. E. **Brasil**: nunca mais. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ARRUDA, P. F. **Partidos políticos e disputa eleitoral no Brasil**. São Paulo: EDUC, 2016
- ARRUDA, W. **Efemérides da Academia Montesclarensense de Letras**. Montes Claros: Millennium, 2016.
- ARRUDA, W. Política montes-clarense de ontem e de hoje. Disponível em: <http://montesclaros.art.br/cronicas/0304.htm>. Acesso em 25 mar. 2022.
- AUGUSTO, R. C. **Aprender na prática**: narrativas e histórias de lideranças camponesas, no sertão, Norte de Minas, nas últimas três décadas. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BERNAL, A. O.; DOMÍNGUEZ, J. F.; JIMÉNEZ, S. Y. **Psicología social de la educación**. Barcelona: UOC, 2018.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**: Almeida revista e atualizada. João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Tao, 1979.
- BRAGA, F. S. **A ditadura militar e a governança da água no Brasil**: ideologia, poderes político-econômico e sociedade civil na construção das hidrelétricas de grande porte. Schipholweg: CRC, 2020.
- BRASIL. **Camponeses mortos e desaparecidos**: excluídos da justiça de transição. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2013.

BRASIL. Lei nº 175, de 7 janeiro de 1936. **Decreta e sanciona o plano sistemático da defesa contra os efeitos das secas nos Estados do Norte**. Rio de Janeiro: Presidência da República [1936]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/1175.htm. Acesso em: 4 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, ano 98, n. 286, p. 26184-26272, 15 dez. 1959.

BRASIL. Lei nº 63.778, de 11 dezembro de 1968. **Decreta e sanciona o plano sistemático da defesa contra os efeitos das secas nos Estados do Norte**. Brasília: Senado [1968]. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/486410/publicacao/15669947>. Acesso em: 4 maio 2024.

BUCHHOLTZ, D. **The Battle of the Greasy Grass/Little Bighorn**: Custer's last stand in memory, history, and popular culture. New York: Routledge, 2012.

CÁLICE. Compositor e intérprete: Chico Buarque. Polygram/Philips, 1978.

CAMISASCA, M. M. Resistência camponesa no município de Varzelândia. In: SANT'ANA, Mateus Ribeiro (Org.); FACHINI, Rafael Augusto (Org.). **Caderno de programação e resumos da semana de história UFU 2018**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2018.

CAMPOS, T. O antigo Mercado Municipal de Montes Claros. **O Norte de Minas**, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://onorte.net/opiniao/colunistas/pilarliterario/o-antigo-mercado-municipal-de-montes-claros-1.812763>. Acesso em 29 abr. 2024.

CANAN, L. F. **Leituras da paisagem urbana da cidade de Montes Claros**: análise das transformações do “Coração do Núcleo Urbano”. Dissertação (Mestrado em Geografia). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2014.

CARUSO, C. Charge. **Jornal do Brasil**, 6 out. 1979.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTRO, G. F. **Estudo dos processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização e exclusão de um território com duas faces: o “bairro Chiquinho Guimarães”, Montes Claros/MG**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social), Universidade Estadual de Montes Claros, 2009.

CASTRO, J. M. **“A violência virtuosa” e a construção do militar torturador no Brasil**: um retrato sociológico. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília, 2022.

CHARGE. Cachoeirinha, terra para quem nela trabalha. **Jornal do Sindicato dos Médicos**, set. 1982.

CHAVES, L. A. Depoimento de Luiz Antônio Chaves. Entrevista cedida a Arnaldo Zangelmi, Caroline Cunha Rodrigues, Fernanda Nalon Sanglard, Marina Mesquita Camisasca e Robson Sávio Reis Souza. Belo Horizonte, 2017.

CHAVES, L. A. Saluzinho e a luta pela terra no Norte de Minas. **Revista Verde Grande: geografia e interdisciplinaridade**, v. 1, n. 3, p. 98-107, 2006.

CICERO. Orations Against Catiline. In: CLARK, T. (Trad.). **Select orations of Cicero**. New York: David Mckay, 1952.

COMUNISTAS e agentes: fazendeiros se armam para repelir invasores de terras. **Estado de Minas**, 19 fev. 1964.

CONTADOR, C. R. (Ed.). **Tecnologia e desenvolvimento agrícola**. Rio de Janeiro: IPEA, 1975.

CORREIA, A. I.; RIBEIRO, A. E. M.; AYRES, E. C. B. **História da peleja do sindicato de trabalhadores rurais de Januária contra os grileiros e as grandes empresas**. Minas Gerais: Projeto de Revitalização do Rio dos Cochos, 2010. Cartilha.

COSTA, J. B. A. Cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, G. R. (Org.). **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas**: considerações a partir das Ciências Sociais. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

COSTA, J. B. A. Cultura, natureza e populações tradicionais: Norte de Minas como síntese da nação brasileira. **Revista Verde Grande**, v. 1, n. 3, p. 8-47, 2006.

COTRIM, D. T. Georgino Jorge de Souza. **Jornal Tribuna do Sertão**. Disponível em: <https://www.sertaohoje.com.br/colunistas/dario-teixeira-cotrim/754-georgino-jorge-de-souza>. Acesso em: 20 maio 2024.

COVEMG. **Comissão da Verdade em Minas Gerais**: relatório final. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. v. 2.

CRUZ, M. S.; RIBEIRO, E. M.; PERONDI, M. A.; ARAUJO, A. M.; MALTEZ, M. A. P. F. Comprando qualidade: costume, gosto e reciprocidade nas feiras livres do Vale do Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, p. 1-20, 2022.

CUNHA, E. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Common**: on revolution in the 21st century. London: Bloomsbury, 2019.

DAYRELL, Carlos Alberto; CESAR, Fabiano Cordeiro; FERNANDES, Cristina Rodrigues; SANTOS, Lilian Maria. O sertão rebelde: impactos socioambientais da ditadura civil-militar no Norte de Minas Gerais. **VI Congresso em Desenvolvimento Social**, 2018.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Ícone, 1985.

DELLAMORE, C. (Org.); AMATO, G. (Org.); BATISTA, N. (Org.). **A ditadura na tela: o cinema documentário e as memórias do regime militar brasileiro**. Belo Horizonte: FAFICH, 2018.

DIAS, C. A.; SIQUEIRA, M. V. S.; FERREIRA, L. B. Socio-clinical analysis of the work context and its relationship with the mental illness of military police officers in the Federal District. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 21, n. 1, p. 1-13, 2023.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DINIZ, A. M. A.; BATELLA, W. B. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Sociedade & natureza**, v. 33, n. 33, p. 59-77, 2005.

DOPS. **Pasta 4632**: Material de propaganda veiculado na cidade de Governador Valadares, 21 fev. 1964.

ELIAS, N. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

ENRIQUEZ, E. **A organização em análise**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ENRIQUEZ, E. **Da horda ao estado: psicanálise do vínculo social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

EVARISTO, C. **Becos da memória**. 3. ed. Rio de Janeiro, Pallas, 2018a.

EVARISTO, C. **Olhos d'água**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas Míni, 2018b.

EXPULSÃO de posseiros preocupa a Fetaemg. **Estado de Minas**, 28 set. 1983.

FAUCHER, P. Leviathan captured: neoliberalism as solution and problem in Brazil. In: AMANN, E. (Ed.), AZZONI, C (Ed.); BAER, W (Ed.). **The Oxford handbook of the Brazilian economy**. Oxford: Oxford University, 2018.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERRARO JÚNIOR, L. F.; BURSZTYN, M. Das sesmarias à resistência ao cercamento: razões históricas dos fundos de pasto. **Caderno CRH**, v. 23, n. 59, p. 385-400, 2010.

FERREIRA, H. A. **Dominação política: liderança carismática e populismo**. Um estudo sobre a dominação e a transição do poder político em Montes Claros na década de 80. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

FERREIRA, J. (Org.); DELGADO, L. A. N. (Org.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4.

FISKE, A. P.; RAI, T. S. **Virtuous violence: hurting and killing to create, sustain, end, and honor social relationships**. Cambridge: Cambridge University, 2015.

GALIZONI, F. M. **A terra construída**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, 2000.

GARDNER, Alexander. Antietam, Md. President Lincoln with Gen. George B. McClellan and group of officers. 1862. 1 fotografia.

GASPARI, E. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GINZBURG, C. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989a.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989b.

GOMES, F. S. **Discursos contemporâneos sobre Montes Claros: (re)estruturação urbana e novas articulações urbano-regionais**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAÇA, R. T. Montes Claros era assim.... In: VASCONCELOS, M. V. (Ed.). **Coleção Sesquicentenária**. Montes Claros: Unimontes, 2007. v. 9.

HAMILTON, J. **Battle of Little Bighorn**. Minneapolis: ABDO, 2014.

HARRISON, William. **The description of England: the classic contemporary account of Tudor social life**. New York: Dover, 1994.

IBGE. **Censo agropecuário**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1033>. Acesso em: 24 maio 2023.

IHGMC. O velho mercado municipal. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros**, v. 3, 2006.

INTER TV. Fotos antigas de Montes Claros. **Grande Minas**, 3 jul. 2014a. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/grande-minas/fotos/2014/07/fotos-antigas-de-montes-claros.html#F1267704>. Acesso em 30 abri. 2024.

INTER TV. Fotos antigas de Montes Claros. **Grande Minas**, 3 jul. 2014b. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/grande-minas/fotos/2014/07/fotos-antigas-de-montes-claros.html#F1267706>. Acesso em 30 abri. 2024.

INTER TV. Fotos antigas de Montes Claros. **Grande Minas**, 3 jul. 2014c. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/grande-minas/fotos/2014/07/fotos-antigas-de-montes-claros.html#F1267710>. Acesso em 30 abri. 2024.

IPARDES. **Dinâmica espacial e setorial da força de trabalho**. Curitiba: IPARDES, 1979.

JENKINS, E. N.; ALLISON, P.; INNES, K.; VIOLANTI, J. M.; ANDREW, M. E. Depressive symptoms among police officers: associations with personality and psychosocial factors. **Journal of police and criminal psychology**, v. 34, n. 1, p. 66-77, 2018.

LESSA, S. N. Trem-de-ferro: o mito da modernidade no sertão. *In*: BARBOS, C. C. (Org.). **Sertão: cultura e poder**. Montes Claros: Unimontes, 2007.

LHUILIER, D. Trabalho. **Psicologia & sociedade**, v. 25, n. 3, p. 483-492, 2013.

LUZ, C. (Org.); DAYRELL, C. A. (Org.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: CAA, 2000.

MARTINE, G. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. **Revista Brasileira de Estudos de População**. v. 11, n. 1, p. 41-60, 1994.

MARTINE, G. (Org.); GARCIA, R. C. (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MAURÍCIO, H. Personalidade de Montes Claros – Antônio Lafetá Rebello fez a transformação urbanística de Montes Claros. **Prefeitura de Montes Claros**, 24 mar. 2023. Disponível em: <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/noticia/cultura/personalidades-de-montes-claros-antonio-lafeta-rebello-fez-a-transformacao-urbanistica-de-montes-claros>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. *In*: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosacnaify, 2003.

MEDEIROS, I. F. Entrevista 2. Entrevista cedida a Maria Isabel Soares Almeida Rodrigues e Yasmin de Cássia Ramos Oliveira. Montes Claros, out. 2019.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas**. São Paulo: Atlas, 2006.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MG. **Geografia**. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pagina/geografia>. Acesso em: 05 fev. 2024.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. **Missão prevenir e proteger:** condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

MIRANDA, B. Saluzinho, o herói assustador que resistiu ao cerco militar. **O Tempo**, 18 dez. 2017. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/saluzinho-o-heroi-assustador-que-resistiu-ao-cerco-militar-1.1554577>. Acesso em: 25 mar. 2022.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. In: DINIZ, C. C. (Ed.); CROCO, M. A. (Ed.). As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. **Economia regional e urbana:** contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MONTES CLAROS. Mural. Disponível em: <https://montesclaros.com/mural/default.asp?numero=1588,94>. Acesso em: 17 out. 2019.

MOTTA, F. C. P. O poder disciplinar das organizações formais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 21, n. 4, p. 33-41, 1981.

MUELLER, C. C. Gênese de estratégia agrícola no Brasil. **Revista brasileira de economia**, v. 38, n. 1, p. 3-24, 1984.

MUNHOZ, D.G. **Economia agrícola; agricultura:** uma defesa dos subsídios. Petrópolis: Vozes, 1982.

NA LEI ou na Marra: 1964 – um combate antes do golpe. Belo Horizonte: TV ALMG, 2013.

NATIVIDADE, M. M. **A questão agrária no Brasil (1961 – 1964):** uma arena de lutas de classe e interclasse. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

NETTO, D. “Fazer o bolo crescer para depois distribuí-lo” é ignorância econômica. **A Gazeta**, 27 nov. 2019. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/colunas/delfim-netto/fazer-o-bolo-crescer-para-depois-distribui-lo-e-ignorancia-economica-1119>. Acesso em: 3 maio 2024.

NOVO, A. Delfim Netto sobre atuação no regime militar: ‘Não tenho nada do que me arrepender’. **O Globo**, 23 mar. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/delfim-netto-sobre-atuacao-no-regime-militar-nao-tenho-nada-do-que-me-arrepender-11959575>. Acesso em 3 maio 2024.

NUNES, J. **Comissão Pastoral da Terra:** denúncia. Contagem: CEDEFES, 1985.

NUNES, O. V. R. **O Programa Cidades de Porte Médio:** planejamento e política urbano-regional no Brasil (1976 – 1986). Tese (Doutorado). Universidade de Brasília, 2020.

OAB. OAB/MG 11º Subseção Montes Claros. Disponível em: <https://oabmontesclaros.org.br/sobre/>. Acesso em: 4 dez. 2023.

OLIVEIRA, E. A. F. **Nova cidade, velha política:** um estudo de poder sobre Montes Claros, MG. Orientador: Otávio Soares Dulci. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) –

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 1994.

OLIVEIRA, G. L. Entrevista 3. Entrevista cedida a Maria Isabel Soares Almeida Rodrigues e Yasmin de Cássia Ramos Oliveira. Montes Claros, out. 2019.

OLIVEIRA, M. F. M. (Org.); RODRIGUES, L. (Org.), CARDOSO, J. M. A. (Org.); BOTELHO, T. R. (Org.). **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2000.

O NORTE de Minas. Os prefeitos de Montes Claros e suas administrações: Antônio Lafetá Rebello (1967–1970/1977–1982). **Jornal O Norte**, 15 nov. 2021. Disponível em: <https://onorte.net/opiniao/os-prefeitos-de-montes-claros-e-suas-administrac-es-antonio-lafeta-rebello-1967-1970-1977-1982-1.532604>. Acesso em: 27 de fev. 2023.

ORTEGA Y GASSET, J. El Hombre y la Gente. *In*: **Obras Completas**. 2. ed. Madrid: Revista de Occidente, 1964, v. 2.

OVEJERO BERNAL, A. **El aprendizaje cooperativo crítico**: mucho más que una eficaz técnica pedagógica. Madrid: Pirámide, 2018.

OWEN, O. Government properties: the Nigeria Police Force as total institution? **Africa**, v. 86, n. 1, p. 37-58, 2016.

PAGÈS, M.; BONETTI, M.; GAULEJAC, V.; DESCENDRE, D. **O poder das organizações**: a dominação das multinacionais sobre indivíduos. São Paulo: Atlas, 2006.

PÂNTANO drenado de Pium-í não constitui área devoluta. **Estado de Minas**, 22 fev. 1964.

PAULA, H. A. **Montes Claros**: sua história, sua gente, seus costumes. Belo Horizonte: Minas Gráfica, 1979.

PEREIRA, L. M. Comunidade *versus* “desenvolvimento”: ensaio sobre a história do Norte de Minas. *In*: ESTIVIL, J. (Org.); BALSÀ, C. (Org.). **Economia local, comunitária e solidária**: o desenvolvimento visto de baixo. Famalicão: Húmus, 2022.

PEREIRA, L. M. **Em nome da região a serviço do capital**: o regionalismo político norte-mineiro. Orientadora: Raquel Glezer. 2007. 242 f. Tese (Dourado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007.

PEREIRA, L. M. Entrevista 5. Entrevista cedida a Maria Isabel Soares Almeida Rodrigues e Yasmin de Cássia Ramos Oliveira. Montes Claros, out. 2019.

PEREIRA, L. M.; LOPES, I. R. Experiências e vivências dos trabalhadores da Companhia de Materiais Sulfurosos S. A. – MATSULFUR de Montes Claros – MG (1969-1994). **Revista Semina**, v. 13, n. 1, p. 286-301, 2014.

PORTELLI, A. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTO, M. F. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: um ensaio de epistemologia política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 93, p. 31-58, 2011.

PREFEITURA. **Prefeitos**. Disponível em: <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/cidade/prefeitos>. Acesso em: 25 abr. 2024.

PRIMO, L. C. C. **Demandantes e demandados na história e na cultura política de Montes Claros-MG**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

QUADROS, D. B. **Participação popular na gestão pública municipal de Montes Claros – 2005-2008: avanço ou continuísmo?** Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Montes Claros, 2014.

QUEIROZ, M. I. P. Coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. (Ed.). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

QUEIROZ, P. F. Depoimento de Pedro Mendes de Queiroz à Covemg. Entrevista cedida a Caroline Cunha Rodrigues, Marina Mesquita Camisasca e Thiago Lenine Tito Tolentino. Verdelândia, 06 jun. 2017.

RAMOS, A. G. A sociologia de Max Weber: sua importância para a teoria e a prática da administração. **Revista do Serviço Público**, v. 57, n. 2, p. 267-282, 2006.

RAZAC, O. **Barbed wire: a political history**. New York: The New, 2002.

REBELLO, I. F.; SILVEIRA, J. **Toninho Rebello: o homem e o político**. Belo Horizonte: Cleber Caldeira Editora, 2014.

REIS, D. A. (Org.); RIDENTI, M. (Org.); MOTTA, R. P. S. (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REZENDE, G. C. Crédito rural subsidiado e preço da terra no Brasil. **Estudos Econômicos**, v. 12, n. 2, p. 117-137, 1982.

RIBEIRO, E. M. (Org.). **História dos gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

RIBEIRO, E. M. Programas de desenvolvimento do Norte de Minas. In: *Programas Públicos, Desenvolvimento e Gestão Territorial*, 2023, Montes Claros. Universidade Federal de Minas Gerais.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; CALIXTO, J. S.; ASSIS, T. P.; AYRES, E. B.; SILVESTRE, L. H. Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7, n. 2, p. 77-99, 2005.

ROBBINS, J. S. **The real Custer: from boy general to tragic hero**. Washington: Regenery, 2014.

ROCHA, J. **Nossa correspondente informa: notícias da ditadura brasileira na BBC de Londres**. São Paulo: Alameda, 2021.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RODRIGUES, C. C. **Antiga casa do coronel Georgino**. 06 jun. 2017. Disponível em: <http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/handle/123456789/1741>. Acesso em: 07 fev. 2024.

ROSAS, C. Sessão pública. Depoimento cedido à Comissão Estadual da Memória e Verdade: Dom Helder Câmara. Recife, set. 2015.

SANGLARD, F. N.; CAMISASCA, M. M. Os despejos de Cachoeirinha e a luta por terra no período da ditadura militar. **História Unisinos**, v. 24, n. 2, p. 325-333, 2020.

SANTOS, G. R.; SOUTO, K. G. S. O desenvolvimento no Norte de Minas na perspectiva da Sudene. **Revista Desenvolvimento Social**, n. 12, p. 69-78, 2014.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, S. N. **A procura da terra perdida**: para uma reconstituição do Conflito de Cachoeirinha. 1985. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

SAYAD, J. Preço da terra e mercados financeiros. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 7, n. 3, p. 623-662, 1977.

SCHNEIDER, B. R. **O Estado desenvolvimentista no Brasil**: perspectivas históricas e comparadas. Rio de Janeiro: Ipea, 2013.

SENA, L. F. **História do Décimo Batalhão da Polícia Militar**. Montes Claros: Millennium, 2014.

SENA, S. R. Entrevista 1. Entrevista cedida a Maria Isabel Soares Almeida Rodrigues e Yasmin de Cássia Ramos Oliveira. Montes Claros, out. 2019.

SEVCENKO, N. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. *In*: NOVAIS, F. A.; SEVCENKO, N. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.

SILVA, C. G. Censura, repressão e silêncio: a memória da imprensa escrita de Montes Claros durante o governo militar (1964 – 1985). **Revista Ágora**, n. 11, p. 1-17, 2010.

SILVA, E. M. Relatório. *In*: MG. **COSEG**: coletânea de documentos. Belo Horizonte: Gabinete do secretário da segurança pública, 1967.

SILVA, L. J. D. **A modernidade no sertão**: a experiência do I Plano Diretor de Montes Claros na década de 1970. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Montes Claros, 2008.

SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, 2006.

SIRE, James W. **Dando nome ao elefante: cosmovisão como um conceito**. Brasília: Monergismo, 2012.

SZMRECSÁNYI, T. (Org.); SUZIGAN, W. (Org.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SOUZA, A. L. **Memórias e experiências de trabalhadores no processo de luta pela terra em Cachoeirinha: violência, mobilização e conquistas**. Vale do Jaíba-MG, 1960/1980. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

SOUZA, G. J. **Reminiscências de um soldado de polícia**. Montes Claros: Silveira, 1996.

SOUZA, J. A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo. *In*: BARTELT, D. D. (Org.). A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político. Rio de Janeiro: Heinrich Böll, 2013.

STERN, W. **General psychology: from the personalistic standpoint**. New York: Macmillan, 1938.

SUCURSAIS BH/POA. Invasor de terras é cercado pela polícia. **O Estado de São Paulo**, 22 nov. 1967.

SUCURSAL BH. Coronel Jorge inferniza vida dos posseiros de Cachoeirinha. **Tribuna da Luta Operária**, ano 2, n. 43, 04-17 jul. 1981.

SUCURSAL BH. Mineira destemida de Cachoeirinha diz que com pistoleiro só no tiro! **Tribuna da Luta Operária**, ano 2, n. 46, 15-28 ago. 1981.

SUCURSAL BH. Resistência de invasor surpreende. **O Estado de São Paulo**, 24 nov. 1967.

SUDENE. Logotipo. **Facebook**, 27 out. 2014a. Disponível em: <https://www.facebook.com/sudenebr/photos/pb.100064351972484.-2207520000/890329807644971/?type=3>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SUDENE. Prédio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Facebook**, 11 abr. 2014b. Disponível em: <https://www.facebook.com/sudenebr/photos/pb.100064351972484.-2207520000/783618721649414/?type=3>. Acesso em: 23 abr. 2024.

TEIXEIRA, R. O. S.; LIMA, M. M. A política do tempo no desastre: disputas pela reparação no reassentamento da comunidade de Paracatu de Baixo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, p. 1-22, 2022.

TOLOSA, H. Pobreza no Brasil: uma avaliação dos anos 80. *In*: VELLOSO, J. P. R. (Org.). **A questão social no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1991.

TORRES, J. C. E. **Cadastro único: tecnologia de reclassificação social**. Salvador: EDUFBA, 2016.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ática, 2006.

VALMOR, C. M. S. **Outros modos de viver: pobreza urbana em Montes Claros – 1960 a 1980.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

VEAL, A. **Research methods for leisure and tourism: a practical guide.** Harlow: Pearson Education, 1997.

VIEIRA, F. A. **De policiais a combatentes: a PM de Minas e a identificação com a DSN em meados do século XX.** Orientadora: Márcia Pereira da Silva. 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Montes Claros, 2007.

ZANGELMI, A. J.; QUELER, J. J. “O latifúndio é o Diabo”: apontamentos sobre a inusitada trajetória de Saluzinho. **Tempo**, v. 27, n. 3, p. 606-628, 2021.

ŽIŽEK, S. Are we in a war? Do we have an enemy? **London Review of Books**, v. 24, n. 10, 2002.

ANEXO A – ESTADO DE SÃO PAULO – 22 DE NOVEMBRO DE 1967³²**Invasor de terras é cercado pela polícia**

Das sucursais de Belo Horizonte e Porto Alegre

Armado de três espingardas de carregar pela boca, uma pistola, um revolver e varias facas, um individuo conhecido apenas por Saluzinho está resistindo ao cerco de 15 soldados da Polícia Militar mineira há três dias, escondido numa gruta perto da localidade de Serra azul, a 200 quilometros de Montes Claros, depois de haver chefiado uma invasão de terras na região e de haver ferido quatro policiais que tentaram prendê-lo.

A Polícia Militar mantém a gruta cercada e espera fazer o indivíduo se render a qualquer momento, com bombas de gás lacrimogeneo e de efeito moral. A Polícia afirma que Saluzinho é um homem muito perigoso que age sob as ordens de Pedro Laurentino, agitador profissional que já pertenceu á SUPRA e tenta agora impedir a implantação de um plano de reforma agrária na região, onde moram 200 famílias.

INVASÃO DE TERRAS

De acordo com a Polícia, tudo começou dia 13 último, quando Saluzinho e mais quatro homens, todos armados, invadiu a fazenda de Osvaldo Antunes, perto da localidade de Serra Azul. O bando assumiu o controle da fazenda e obrigou seu capataz abandoná-la.

O dono da fazenda avisou a Polícia, e o delegado de Montes Claros mandou três homens investigar o caso no local. No momento em que chegavam á fazenda, os três militares foram recebidos a bala.

Diante disso, o comandante do 10º Batalhão de Infantaria mandou 15 soldados para a região. Avisado do fato, Saluzinho conseguiu mais 14 homens e preparou uma armadilha para os militares. No entanto, não chegou a haver tiroteio, porque como varios homens o abandonaram, Saluzinho escondeu-se na casa da fazenda, acompanhado apenas de um capanga.

³² SUCURSAIS BH/POA. Invasor de terras é cercado pela polícia. **O Estado de São Paulo**, p. 5, 22 nov. 1967.

BALA NA CABEÇA

O tenente Petronio tentou invadir a casa sozinho e levar dois balanças na cabeça. Está em estado grave no Hospital Militar.

O ferimento de seu comandante desnordeou os soldados, permitindo a fuga de Saluzinho e seu companheiro para uma gruta situada na fazenda, que tem uma entrada só e está situada em local de difícil acesso. O capitão José dos Santos assumiu o comando e cercou a gruta, obrigando o capanga a se render. Este, João Antonio, disse que Saluzinho já tem varias mortes no Paraná e está disposto a resistir até a morte.

Por outro lado, já estão presos em Montes Claros alguns dos homens que ajudaram Saluzinho na invasão de terras: Pedro Neri de Novais, José Fonseca Neri, José Angelo Sobrinho, Carlos Fonseca Neri, João Antônio de Oliveira e Manoel Marques.

SUBVERSÃO

O delegado de Montes Claros entende que a invasão de terras assume um aspecto grave porque na região em que se encontra no vale do Jaíba ou INDA e o IBRA estão mantendo cerca de 200 famílias de lavradores que vivem em constante divergência, por causa de limites de terras. O vale se localiza a cerca de 200 quilômetros de Montes Claros, com meios precários de comunicações, o que favorece a atuação de agitadores.

Entende o delegado que o objetivo principal da invasão de terras é aumentar a confusão no vale do Jaíba, onde os posseiros, em reunião realizada há poucos dias, decidiram não abandonar suas terras, resistindo a qualquer ataque. Disse que o clima é tenso na região, o mesmo acontecendo em relação aos funcionários do IBRA e do INDA, que não sabem quais são as terras que pertencem ao governo. Diariamente os posseiros derrubam as cercas construídas pelos fazendeiros da região e vice-versa, o que agrava a situação.

Por fim, o delegado acredita que com a prisão de Saluzinho, a situação possa ser inteiramente esclarecida, afastando-se a possibilidade de surgimento de novos focos de subversão.

ANEXO B – O ESTADO DE SÃO PAULO – 24 DE NOVEMBRO DE 1967³³**Resistência de invasor surpreende***da sucursal de Belo Horizonte*

As autoridades policiais de Montes Claros, que prenderam ontem Saluzinho comandante de invasão de terras em Minas, surpreenderam-se com a sua grande resistencia física, pois o pistoleiro conseguiu suportar durante três dias os gases das bombas lançadas na gruta em que se refugiara.

Interrogado durante toda a noite de ontem, Saluzinho contou que não se entregou antes porque pensava estar sendo perseguido por jagunços.

A polícia mantém presos, sob a acusação de estar implicados nos incidentes, os 13 camponeses que acompanharam Saluzinho até a gruta e depois resolveram se entregar. João Antonio Bernardes foi o único que permaneceu lá por mais tempo. No dia em que a polícia chegou, ele saiu com as mãos para o alto. Saluzinho ficou, dando inicio o tiroteio.

Após o interrogatorio, foi feito completo exame medico em Saluzinho, pois os medicos queriam explicar como resistiu tanto tempo a tantas bombas. Nada de anormal notaram em sua saude.

Com roupa velha, rasgada e pregada ao corpo pela umidade da gruta, Saluzinho esteve sentado numa cadeira do 10º BI [Batalhão de Infantaria], contando a sua historia, ouvida só pelos policiais, que agora vão completar a sindicancia. Ele ficará preso em Montes Claros até que a Justiça decida sobre seu destino.

³³ SUCURSAL BH. Resistência de invasor surpreende. **O Estado de São Paulo**, p. 5, 24 nov. 1967.

ANEXO C – TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA – 04-17 DE JULHO DE 1981³⁴**CORONEL JORGE INFERNIZA VIDA DOS POSSEIROS DE CACHOEIRINHA**

O coronel Georgino Jorge de Souza, ex-comandante do 10º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Montes Claros, comete, desde 1967, atrocidades contra os posseiros da localidade de Cachoeirinha, município de Varzelândia. Apesar das mortes, os posseiros continuam na luta.

Nos dias 12, 13 e 14 de junho de 1967, o coronel Georgino mandou uma tropa composta por 12 soldados com metralhadoras e 20 jagunços com carabina, revólveres e facões, para esmagar inocentes trabalhadores rurais que queriam apenas permanecer em suas terras. Norberto Lopes conta como foi: ‘Olha, eles atiravam nos porcos, misturavam farinha com feijão, jogavam tudo no terreiro, ataçavam gasolina e punham fogo. Amarravam os varais das casas na traseira dos jipes e deitavam tudo no chão. As ordens do Papagaio de Carvoaria (coronel Georgino) eram não deixar nada em pé. E conseguiram. Mataram todas as criações dos posseiros, ataçaram fogo no mato, queimaram colheitas e derrubaram todas as casas. Os posseiros tiveram que se abrigar embaixo das árvores. Uma crise de sarampo, misturada com a fome, matou 67 crianças de até três anos de idade. Muitos trabalhadores se desesperaram, uns ficaram doidos, outros se suicidaram’.

Como pagamento a essa ação criminosa, o coronel Georgino ganhou uma fazenda e passou a ser o principal responsável pela perseguição que se faz até hoje [1981].

Posseiros enforcados

Nestes anos todos, muitos líderes dos posseiros foram assassinados. Martinho Afonso (Martinho da Cachoeirinha) foi morto na porta de sua casa, em Janaúba, um dia antes de uma ação judicial que lhe devolveria a posse da terra. Outros que ‘desapareceram’, como Marcionílio, Mariano, Ursolino, Juarez e Antonio Manso. O requinte de maldade foi tanto que os posseiros eram enforcados nas árvores e em seus bolsos apareciam bilhetes dizendo que haviam se suicidado. Mesmo sendo na grande maioria analfabetos, que não sabiam escrever nem seus nomes!

³⁴ SUCURSAL BH. Coronel Jorge inferniza vida dos posseiros de Cachoeirinha. **Tribuna da Luta Operária**, ano 2, n. 43, p. 5, 04-17 jul. 1981.

Hoje, a resistência dos posseiros está mais organizada e conta com a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Janaúba e Vazerlândia. O delegado sindical de Barreiro do Rio Verde, Juarez Dias dos Santos, afirma: ‘Janaúba tinha 21.566 trabalhadores rurais, hoje temos apenas 8 mil, sendo que mais de 13 mil foram expulsos de suas terras de forma arbitrária, vil e covarde. Temos lutado para segurar o homem no campo, para evitar um futuro de fome e miséria. As pressões que temos sofrido serviram para nos unir, serviram para o homem do campo passar a confiar no outro. Tudo que vemos sair desta terra é nosso. Foi tomado pelos latifundiários e isso nos dá uma revolta muito grande. Sei que estou ameaçado de morte, seu Norberto também e o Clarindo Lima (delegado sindical de Cachoeirinha), Domingos Pôncio Batista e Jaime Soares de Oliveira. Mas nós não vamos recuar’ (SUCURSAL BH, 1981, p. 5).